

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 18 a 24 de novembro de 1967

Nº 90

Diretor Executivo — Orlando Bomfim Jr.

Diretor — Mário Alves

Redator-Chefe — Fragman Borges

EUA Acumulam Manganês às Custas da Exploração Das Reservas do Brasil

Reportagem na 2ª página do 2º caderno

CONTINUA A TRAMA PARA DECRETAR O ESTADO DE SÍTIO

DEPOIS de fracassar na tentativa de transformar a greve dos marítimos, portuários e ferroviários numa justificação para o estado de sítio, o ministro Armando Falcão e seus aliados no Governo e na UDN estão agora empenhados em pôr em marcha uma versão atualizada do «Plano Cohen», que lhes possibilite realizar a meta que fixaram para o fim do governo Kubitschek: a implantação de um regime de ilegalidade e de repressão terrorista ao movimento sindical e democrático. Através dessa meta essa aliança de reacionários está visando ao governo de Jânio, frente ao qual pretende aparecer numa posição de predominio. (Leia reportagem na 3ª página).

Importante Vitória do Movimento Operário

Artigo de JOVER TELLES
sobre a greve dos marítimos
portuários e ferroviários
na 3a. página deste caderno



Polícia paulista solidária com oficiais presos

COM o ultimato cujo prazo termina hoje, quinta-feira, às 18 horas, apresentado pelos sargentos e suboficiais da Força Pública ao governador Carvalho Pinto para que atenda às suas reivindicações e liberte todos os oficiais presos, a crise que eclodiu a semana passada no seio da Polícia do Estado de São Paulo chega ao seu ponto crítico. Tentando reprimir pela violência o justo movimento dos oficiais e praças daquela corporação por aumento de vencimentos, o governador Carvalho Pinto determinou a prisão de cerca de 200 oficiais (80% dos efetivos). (Reportagem na 4ª pag. deste caderno).



ESTUDANTES de países da África, Ásia e América Latina iniciaram seus cursos na Universidade da Amizade dos Povos, em Moscou. São 500 jovens, mães e rapazes, que começam uma nova etapa na sua educação, cercados pelo carinho e simpatia de seus colegas da capital soviética. Na 6ª página do 2º caderno, publicamos reportagem gráfica sobre os primeiros dias de aula em Moscou. A foto acima mostra a calorosa recepção de uma soviética a uma africana.

SINDICALIZAÇÃO: PRIMEIRO PASSO PARA A ORGANIZAÇÃO

Artigo de ANTONIO CHAMORRO,
na 3ª página do 2º caderno

Volibol acabou: os títulos foram, ficou a experiência

COM os soviéticos levando os dois títulos, o Brasil conquistando um excelente 5º lugar no campeonato masculino, só perdendo na classificação para as equipes dos países socialistas, e o Japão ganhando de mansinho o vice-campeonato feminino, encerrou-se o Campeonato Mundial de Volibol na noite do dia 14, com dois partidos finais e uma excelente festa de confraternização. O público, numeroso como das outras vezes, participou ativamente da confraternização, não regateando seus aplausos mais calorosos às delegações participantes do campeonato que desfilaram após a jornada final dos jogos, coroando aliás o que vinha fazendo desde o início. Desde a URSS campeão, que abriu o desfile aos modestos mas voluntariosos paraguaios, as equipes que desfilavam abandonando o ginásio «Gilberto Cardoso» recebiam carinhosa manifestação de simpatia, com aplausos e lenços acenando em despedida e retribuindo também aplaudindo e acenando com as mãos. Os aplausos mais calorosos foram para os nossos, para Urbano, Lúcio, Quaresma, Marta e Leila que, mesmo enfrentando as dificuldades de preparação, lutaram com denodo no quadro, lóidas as vezes, para dar ao Brasil uma colocação honrosa.



Caminhar Para a Frente

ORLANDO BOMFIM JR.

OS FAUTORES do golpe do estado de sítio incluíram, na sua trama, a balela de que o movimento dos marítimos, portuários e ferroviários fazia parte de um plano internacional de comemorações do aniversário da Revolução Socialista de Outubro. Nada mais justo, é certo, que os trabalhadores comemorem a grande data. Disso não se tratava, porém, a luta pela paridade tem suas raízes nas insuportáveis condições de existência a que estão submetidos todos os que vivem de salários, ordenados e vencimentos fixos.

AI ESTA o exemplo da Força Pública de São Paulo. É um estalo do próprio aparelho repressivo do Estado, instituído para manter a «ordem», que se agita inconformado sob o peso das privações impostas pela carestia. Por outro lado, novos setores de trabalhadores — como os de transportes coletivos da capital paulista e os gráficos baianos — recorrem ao direito de greve para a defesa de suas reivindicações, enquanto muitos outros, em diversos pontos do território nacional, se preparam e encamigam no mesmo sentido.

MAS HA círculos políticos, dentro e fora do governo, nas altas esferas do PSD e da UDN, que não se contentam em pretender manter as massas operárias e populares oprimidas pela elevação desmedida e incontrolada dos preços. Não basta, para eles, minguar o pão. Querem também suprimir as liberdades. Começam negando o direito de luta contra a fome. Para isso, tentam dar vida a cadáveres como o decreto antigrève 9.070 e desencadeiam a prepotência policial, procurando barrar movimentos de massas com prisões em massa (500 grevistas dos transportes coletivos foram apanhados pelo governador Carvalho Pinto à cadeia). E não param aí. Esforçam-se por suspender todos os direitos constitucionais, afundando o Brasil no estado de sítio. E até mesmo a palavra ditadura já voltou a circular nas especulações políticas da imprensa.

UMA COISA é certa. As maquinacões dessa camarra durante a greve dos marítimos, portuários e fer-

roviários foram trazidas à luz do dia. E são de longa alcance suas pretensões. Buscam, pela ilegalidade, o comando político incontrolado do país, tendo em vista um retrocesso reacionário e a direção dos acontecimentos no sentido de influir no governo que vai ser empossado em janeiro.

ENTRETANTO, também é certo que, apoiados em vigoroso e amplo movimento de solidariedade, os trabalhadores em greve souberam se conduzir de maneira a conquistar a vitória das reivindicações próprias e desbaratar a trama urdida contra as liberdades de todo o povo.

NÃO SE PODE dizer que o perigo tenha ficado definitivamente afastado. Ao contrário. Os indicativos revelam que as manobras contra a democracia continuam. Mas os resultados da batalha que se travou mostram de que lado pende a balança. E que podem ser completamente batidos os que pretendem tirar sombra o panorama político nacional. Ante as tentativas de sufocar pela violência o movimento reivindicatório e manter o país com o estado de sítio, forças decisivas se mobilizaram em torno dos trabalhadores. E o grupo reacionário ficou, na verdade, isolado.

A CÂMARA FEDERAL soube, tendo à frente o comando Sérgio Magalhães, desempenhar um papel de relêvo, tanto no esforço pelo atendimento das reivindicações dos grevistas como no empenho em levantar uma barreira à medida de exceção planejada pelo governo. E está colocando, agora, na pauta de seus trabalhos, importantes projetos, como o da lei de greve, do controle da remessa de lucros para o estrangeiro, da anistia a crimes políticos. Trata-se de proposições de inegável valor patriótico e democrático que devem, por isso mesmo, receber o apoio ativo dos trabalhadores e do povo. Mesmo porque será esse um dos caminhos para se levar à derrota as forças da reação, fazendo o Brasil caminhar para a frente e não para trás.

Nota Sindical

As Confederações e a Greve da Paridade

Enquanto os líderes sindicais de todo o país se mobilizavam para prestar solidariedade aos trabalhadores marítimos, portuários e ferroviários, que se encontravam em greve exigindo a paridade de vencimentos com os militares, os dirigentes das confederações dos trabalhadores na indústria, no comércio, nos transportes terrestres e nos transportes marítimos, aéreos e fluviais, procuravam o novo ministro do Trabalho, não para protestar, como era de seu dever, contra as prisões de grevistas, ou contra a intervenção militar nas entidades sindicais, mas para solidarizar-se com o atual titular da pasta do Trabalho, sr. Ayrão de Salles Coelho, que declarou ilegal a greve dos marítimos, ferroviários e portuários.

O pior é que eles, ao se declararem solidários com o novo ministro, fizeram questão de salientar que falavam em nome de 1.625 sindicatos do país. Ora, ninguém lhes deu essa autorização. Ao contrário, tivessem eles um pouco mais de dignidade, respeitassem eles um pouco mais o sentimento de solidariedade, profundamente arraigado na consciência das massas trabalhadoras do Brasil, e a sua conduta diante do estabelecido ministro do Trabalho, seria não de bajulação, mas de condenação enérgica às violências que se praticavam contra as liberdades sindicais e democráticas.

É certo que os gozadores das confederações têm muitas dívidas de gratidão com o sr. Ayrão de Salles Coelho. Foi o atual ministro do Trabalho, que antes ocupava o cargo de diretor do DNT, um dos homens que confortou os srs. Deocleciano, Parmiglianni e Sindulfo, quando eles levaram aquela valia histórica no Palácio do Planalto, em Brasília, ao tentarem falar em nome dos trabalhadores, por ocasião da assinatura presidencial na Lei Orgânica da Previdência.

Como o dr. Ayrão também recebeu uma consagrada vaia no Teatro João Caetano, quando tentou intimidar os trabalhadores marítimos, portuários e ferroviários, com o poder de repressão do Estado, era de se esperar que os chamados pelegos, procurassem retribuir, por um dever de gratidão, as mesmas palavras de conforto e de desagravo com que o ministro valado lhes brindara anteriormente. São coisas que se compreende. Os amigos — diz a sabedoria popular — a gente os conhece nas horas difíceis. Como eles são amigos, nada mais justo que trocassem abraços de solidariedade, quando os efeitos da vaia ainda eram visíveis nas bochechas do ministro. O que não se compreende, o que não se admite, é que eles tivessem falado em nome dos trabalhadores.

Com efeito, a conduta dos trabalhadores brasileiros e dos autênticos líderes sindicais, foi muito diferente da dos titulares das confederações acima mencionadas. No Estado da Guanabara, dirigentes de sindicatos representativos de diversas categorias profissionais, levantaram o seu mais firme protesto contra as violências policiais, exigiram a libertação dos grevistas e a desocupação das suas entidades de classe. O Conselho Sindical de São Paulo enviou uma comissão de cinco membros para se juntar ao Comando da Greve, nos entendimentos com as autoridades. No Estado do Rio e demais Estados, o movimento de solidariedade aos grevistas e de condenação às autoridades coatoras não foi menor.

Esses fatos revelam a distância que separa os atuais dirigentes das entidades sindicais de grau superior, com exceção dos da CONTEC, dos sentimentos e dos interesses das massas trabalhadoras.

Acontecimentos dessa natureza comprovam, por outro lado, que só na medida em que os trabalhadores tomam conhecimento dos seus próprios problemas, que se organizam e que lutam efetivamente para solucioná-los, é que conseguem desmascarar os falsos dirigentes sindicais. Foi a vitória a greve nacional de marítimos, portuários e ferroviários que teve o mérito, depois do III Congresso Sindical Nacional, de fazer revelar, com toda a clareza, a verdadeira posição de inimigos do movimento operário, que vem sendo adotada pelos srs. Deocleciano, Parmiglianni, Sindulfo e Alfredo Nunes.

Nilson Azevedo

TRABALHADORES DENUNCIAM:

JK Nomeia o Que há de Pior Para a Previdência Social

Os acontecimentos degradantes que precederam a escolha dos representantes dos empregados e do Governo para os órgãos superiores da previdência social continuam a escandalizar a opinião pública e, muito particularmente, os trabalhadores e os meios sindicais brasileiros.

Depois do golpe que os pelegos efetuaram em comum acordo com o atual governo e com os agentes do sr. João Quadros, graças a que conseguiram se apoderar de todos os cargos do DNPS, CSFS, SAPS e SAMDU, impedindo que os verdadeiros dirigentes sindicais participassem das eleições, surge, agora, o ato do presidente da República, nomeando conhecidos dilapidadores dos cofres públicos para ocupar importantes funções nos órgãos da previdência, e violando a própria Lei Orgânica da Previdência Social que estabelece, no parágrafo 1º do artigo 103, que «a escolha dos representantes do Governo deverá recair em pessoas de notórios conhecimentos de previdência social, dentre eles um servidor da instituição com mais de 10 anos de serviço.»

Um dilapidador

O fato que causou maior revolta entre os trabalhadores brasileiros, principalmente entre os bancários, foi a nomeação do sr. Enos Sadock de Sá, que desde junho de 1958 vem sendo denunciado pelos bancários de todo o Brasil como administrador relapso e dilapidador dos cofres do IAPB, entidade a que preside. Enos foi nomeado representante do Governo junto ao Departamento Nacional de Previdência Social. A propósito desse escárnio aos contribuintes da previdência social, o Sindicato dos Bancários do Estado da Guanabara enviou ao Presidente da República o seguinte telegrama:

«Os bancários cariocas, face a nomeação do sr. Sadock de Sá, pura componente do DNPS, manifesta junto a V. Excia. sua profunda consternação ante a quemle ato governamental, que revela insensibilidade diante dos anseios dos trabalhadores no sentido da moralização da previdência social. Sadock de Sá, símbolo do administrador desonesto e dilapidador do patrimônio previdenciário dos bancários, é pessoa menos indicada para figurar no órgão superior da previdência, uma vez que o seu passado, não autoriza qualquer esperança de posições favoráveis a renovação moralizadora, além de constituir uma contradição flagrante o fato de pertencer ao órgão fiscalizador exatamente aquele que teve, durante dois anos consecutivos, as suas contas desaprovações, inclusive pelo próprio D. N. P. S. Coerentes com a luta que vimos travando em favor da eficiência administrativa e assistencial do IAPB, segundo critérios moralizados e sobriedade de gastos, levamos a conhecimento de V. Excia., nosso mais veemente protesto contra aquela indicação, bem como a maneira antidemocrática com que se procedeu as eleições dos representantes dos trabalhadores para os órgãos superiores da previdência social. Tais ocorrências — prossegue o telegrama — entendemos como destinadas a anular as conquistas da classe trabalhadora expressas na nova Lei Orgânica da previdência social. Desde já, os bancários cariocas, vigilantes e intransigentes na defesa de seus direitos, manifestam a V. Excia., a par do seu profundo desagrado, a firme disposição de não permitir que o DNPS se transforme em obstáculo a uma política da Previdência Social realmente voltada para os legítimos interesses dos trabalhadores, e a medidas moralizadoras, inclusive a apura-

ção de responsabilidades das administrações anteriores do IAPB, posição que temos certeza corresponder aos desejos de toda a classe bancária, como também ao das demais categorias profissionais».

Batista Ramos denuncia

Mas o critério calamitoso que presidiu a nomeação dos representantes governamentais não valeu apenas para a indicação do sr. Enos Sadock de Sá Mota. O próprio ex-ministro do Trabalho, sr. Batista Ramos, em entrevista coletiva a imprensa, a propósito de sua exoneração, salientava: «A minha exoneração, como todos sabem, está particularmente ligada à forma e a solução adotadas pelo Governo na composição dos colegiados da previdência social. Defendi, arduamente, a inclusão de um mínimo de técnicos no preenchimento dos cargos referidos e, não tendo sido aceito o meu critério, só tinha mesmo que renunciar.» Mais adiante, o ex-ministro assinala que o Presidente da República preteriu inúmeros técnicos, preferindo nomear, em seu lugar, pessoas completamente desvinculadas da previdência social, entre as quais um médico e diretor da fábrica de motores (sr. Mário Pires), e em cidadã conhecida apenas como parente do censor da polícia (sr. Antonio Chediak).

Defesa de JK

O mais curioso é que, no dia seguinte às denúncias feitas pelo ex-ministro do Trabalho, um cidadão de nome Walter Peixoto, ex-procurador do IAPFESP, concedeu uma entrevista a «O Globo», na qual procura defender as nomeações escandalosas feitas pelo presidente Kubitschek e apresentá-las, ainda, como campeãs da moralidade. O sr. Walter Peixoto salienta, textualmente, que o ex-ministro Batista Ramos

não tinha autoridade moral para exigir a nomeação de seus candidatos aos órgãos da previdência social, uma vez que não havia cumprido as determinações do presidente da República, que o mandara intervir no IAPFESP para apurar irregularidades que lhe foram denunciadas.

O sr. Enos Sadock de Sá, presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, foi denunciado pelo Conselho Fiscal daquela instituição como dilapidador dos seus bens. Durante dois anos consecutivos, 1958 e 1959, as contas do sr. Enos não foram aprovadas pelo Conselho Fiscal. O próprio Departamento Nacional de Previdência Social recusou as contas de Enos. Mas Enos agora representa o Governo da República naquele órgão que durante dois anos repudiou as suas contas. Pode não ser o fim, mas é quase.

Milhões de cruzeiros do IAPB foram gastos sem que até hoje o sr. Enos Sadock prestasse contas ao Conselho Fiscal da instituição. Já em fevereiro de 1959, isto é, há mais de um ano, os representantes dos bancários de todo o país reuniram-se no Rio de Janeiro e, por maioria absoluta, resolveram se dirigir pessoalmente ao presidente da República, junto a quem denunciaram as graves irregularidades que ocorriam no IAPB, e exigiram a substituição imediata do seu presidente, sr. Enos Sadock de Sá Mota. Manifestações dessa natureza tiveram lugar em todo o país. O presidente da República sabia e sabe quem é Enos. Contudo, não houve em nome-lo representante do Governo junto ao DNPS, um dos órgãos mais importantes da Previdência Social. Os trabalhadores de todo o país estão denunciando esses fatos vergonhosos, e protestando enérgicamente junto ao presidente da República, exigindo a reconsideração dos seus atos.

Paridade: Operários Mobilizados Aguardam a Votação do Projeto

O Comando Geral da Greve dos Marítimos, Portuários e Ferroviários, que continua em reunião permanente, acompanhando a tramitação do projeto de paridade de vencimentos, lançou uma nota pública na qual declara o seguinte: «Parte de nossas reivindicações começaram a ser atendidas (votação da paridade na Câmara Federal, não punição dos grevistas, libertação dos presos, etc.). Por isso nossa assembleia suspendeu a greve, retirando dos elementos antidemocráticos os motivos para o estabelecimento do Estado de Sítio, a repressão policial e administrativa, e dando ao Governo da República mais uma oportunidade de resolver as reivindicações dos marítimos, portuários, ferroviários e funcionários públicos, civis e autárquicos».

Após agradecer a solidariedade recebida dos trabalhadores, dos estudantes, dos parlamentares e da imprensa, o Comando afirma que os marítimos, portuários e ferroviários, continuam unidos e prontos para voltarem à greve, se as suas reivindicações não forem atendidas plenamente.

Os dias de greve

Embora o ministro da Viação tenha baixado instruções a todas as empresas e repartições subordinadas ao seu Ministério para que recebessem os grevistas, sem nenhuma punição, as autoridades governamentais ainda não resolveram assumir o compromisso de pagar os dias de greve.

O ministro Amaral Peixoto, procurado pelo Comando Geral da Greve, esclareceu que todas as medidas governamentais sobre a greve dos ferroviários, portuários e marítimos, só serão tomadas em conformidade com a opinião de todos os ministros, civis e militares. Baseado nesse critério, o ministro da Viação afirmou não poder assumir o compromisso de pagar os dias de greve, mas salientou que defenderá aquela reivindicação dos trabalhadores na próxima reunião interministerial.

Nova greve

O presidente do Sindicato dos Operários Navais, sr. Firmino Fernandes, declarou ao ministro que todos os estaleiros do Estado do Rio terão as suas atividades paralisadas, se os dias de greve não forem pagos aos trabalhadores. Outros setores que participaram da greve pela paridade mostram a mesma disposição dos operários navais, uma vez que já constitui tradição no movimento operário brasileiro o recebimento dos dias de greve.



Continua a luta pela Paridade

EM MONTEVIDÉU

Encontro Latino-Americano Dos Operários da Construção

Será realizado de 9 a 12 de dezembro próximo, em Montevideu, o I Encontro Latino-Americano de Trabalhadores da Construção, Madeira e Materiais de Construção Civil. As entidades sindicais brasileiras que congregam trabalhadores dos ramos acima mencionados foram convidadas a enviarem seus representantes ao importante conclave, que se reunirá sob a seguinte ordem-dia:

- 1) exame da situação econômica e social dos trabalhadores da indústria da construção, da madeira e de materiais de construção da América Latina;
- 2) ação comum das organizações sindicais pela melhoria das condições de

Os trabalhadores marítimos, portuários e ferroviários continuam em assembleia permanente, acompanhando a tramitação do projeto de paridade, que já foi aprovado na Câmara com a emenda que beneficia as três combativas categorias. O Comando Geral da Campanha já declarou que uma nova greve será deflagrada se as suas reivindicações não forem atendidas.

vida e de trabalho, pelo melhoramento e ampliação da previdência e da segurança social, e da defesa dos direitos sindicais; 3) ação comum para conseguir o desenvolvimento das obras públicas, tais como escolas, hospitais, estradas, pontes, etc. com o fim de assegurar pleno emprego e o desenvolvimento progressista dos países latino-americanos; 4) luta pela independência, o direito de autodeterminação dos povos, o desarmamento e a paz; 5) organização de uma Comissão Coordenadora das lutas reivindicatórias, que assegure o intercâmbio de experiências e o fortalecimento da solidariedade entre as organizações dos trabalhadores

da construção civil da América Latina. O conclave foi convocado pelas seguintes entidades sindicais: Sindicato Unico Nacional da Construção Civil e Anexos do Uruguai; Federação Industrial Nacional da Construção do Chile; Federação de Trabalhadores da Construção, Cimentos e Similares da Colômbia; Sindicato Geral da Construção de Costa Rica; Sindicato de Pintores e Decoradores da Província de Pichincha (Quito) Equador; Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Lima e Balmário e a Federação dos Trabalhadores em Construção Civil do Peru

cresce a Solidariedade ao Líder Jôfre Corrêa

Permanecem no cárcere o líder camponês Jôfre Corrêa Neto e seus companheiros de luta em favor dos direitos e das reivindicações de cerca de duzentas famílias de Sta. Fé do Sul, exploradas pelo fazendeiro Zico Diniz.

Solidariedade

Com o objetivo de ser intensificada a campanha pela libertação daqueles lutadores, realizou-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Paulo, uma reunião de dirigentes sindicais e camponeses, perante uma expressiva assistência. Deliberaram, depois de ouvirem de uma exposição do sr. Nestor Vera, diretor da ULTAB, promover uma campanha de assinaturas dirigida ao governador de São Paulo, levantar recur-

sos financeiros para o custeio da defesa no Supremo Tribunal e sustento das famílias dos presos e finalmente, em Brasília, tomar todas as medidas jurídicas que o caso requiera. Usaram ainda da palavra os srs. José Flores (Sindicato dos Marceneiros), Enio Sandóval Peixoto (advogado), Francisco Ferraz de Oliveira (Associação Cívica de Defesa das Liberdades) e vereador João Louzada.

Moradores do bairro do Ipiranga entregaram aos membros da Comissão de Solidariedade a importância de 1.300 cruzeiros e os participantes da reunião contribuíram com a soma de 1.365 cruzeiros. Os metalúrgicos cooperaram com 4.115 cruzeiros. A Comissão de Solidariedade, instalada à Av. Rangel Pestana 2.163, sala 11 (ULTAB), vem recebendo contribuições para aquele fim.

Defende Teu Direito

SALÁRIO-ENFERMIDADE — Comprovado o afastamento do empregado por motivo de doença, nos termos do Decreto 6.905, de 1944, incumbe ao empregador remunerá-lo durante os quinze primeiros dias. Ac. TST, 1.ª Turma (Proc. 858/57), Relator Pires Chaves.

Viola o art. 2.º do Dec.-lei 6.905 a decisão que não dá validade a atestado de médico do SAMDU para fins de pagamento dos primeiros quinze dias de afastamento do empregado. Aquêlê órgão foi criado por decreto federal para, além dos serviços médicos domiciliares e urgentes, prestar assistência médica relativa a outros serviços médicos especializados. Ac. TST, 3.ª Turma (Proc. 2.733/57), Relator Antônio Carvalhal.

É válido o atestado passado por médico do SESI para justificar a ausência e provar a enfermidade com direito ao auxílio-enfermidade. Ac. TST, 1.ª Turma (Proc. 1.553/59), Relator Oliveira Lima.

O salário-enfermidade é devido na base do salário atual, isto é, o mesmo a que teria direito o empregado no período de afastamento em razão da doença. Negando recurso extraordinário contra decisão que assim entendeu, o despacho agravado é incensurável. Ac. STF, 1.ª Turma (Ag. Inst. 17.847), Relator Nelson Hungria.

A etapa não integra a remuneração para o efeito de pagamento do salário-doença. Ac. TST (Proc. 4.471/55), Relator Thello Monteiro.

A doença adquirida em férias não obriga o empregador ao pagamento do salário-doença. Ac. TST, 1.ª Turma (Proc. 3.447/52), Relator Delfim Moreira.

Não tem direito ao salário-enfermidade o empregado que ficar doente quando afastado do serviço, em gozo de férias. Ac. TST (Proc. 2.170/49), Relator Romulo Gardim.

O pagamento de diárias por acidente de trabalho, não exclui a responsabilidade do empregador quanto à concessão do salário-enfermidade de que trata o Decreto-lei 6.905. Ac. TST, 3.ª Turma (Proc. 352/57), Relator Mário Lopes.

Não tem direito a férias o empregado que, durante o período de sua aquisição, receber auxílio-enfermidade por período superior a seis meses, embora descontinuo. Aplicação do art. 133, alínea d, da Consolidação das Leis do Trabalho. Ac. TST, 2.ª Turma (Proc. 705/57), Relator Oscar Saralva.

Afastando-se o empregado do serviço, pela segunda vez, por doença, não há como negar-lhe o direito ao salário-enfermidade pelo fato de se tratar da mesma doença. Ac. TST (Proc. 600/56), Relator Mário Lopes de Oliveira.

Alta indevida, dada a trabalhador enfermo em gozo de auxílio-doença, não pode obrigar o empregador ao pagamento de salários em razão de novo período inicial, nos termos do Decreto-lei 6.905, incumbindo à própria instituição de previdência o pagamento devido nesse período. Ac. TST, 2.ª Turma (Proc. 858/57), Relator Oscar Saralva.

Se o empregado, no mesmo dia, recebe o atestado de incapacidade da instituição de previdência, reconhecendo-lhe o direito ao auxílio pecuniário a que se refere o Decreto-lei 6.905, e o aviso-prévio de dispensa, isto, por certo, é inoperante, não podendo prejudicar o seu direito ao salário-enfermidade. Ac. TST, 2.ª Turma (Proc. 2363/56), Relator Thello Monteiro.

Para concessão do salário-enfermidade, nos termos do Dec.-lei 6.905, é válido o atestado fornecido pelo Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU). Ac. TST, 3.ª Turma (Proc. 424/57), Rel. Tostes Malta.

B. Calheiros Bomfim

CONTINUA A TRAMA PARA DECRETAR O ESTADO DE SÍTIO

Há um novo "Plano Cohen" em andamento. Como não podia deixar de ser, na "era Kubitschek", o mentor e principal articulador do plano é o mesmo promotor fracassado do "continuismo" e personagem de todas as manobras reacionárias que partiram do governo, nos últimos dois anos, o ministro da Justiça Armando Falcão. Seu objetivo é instituir no país o regime de estado de sítio, como meio de desencadear uma violenta repressão policial ao movimento democrático e nacionalista — particularmente, ao movimento sindical, à frente nacionalista no Congresso e nos partidos, e aos setores nacionalistas do Exército.

O plano, entretanto, não interessa apenas a esse velho campeão do fascismo indígena. Falcão está conseguindo interessar nele todo um conjunto de políticos reacionários, que estão alarmados e desorientados com o ascenso do movimento de massas, e se vêem diante da perspectiva de aparecer junto ao futuro governo como forças sem expressão e sem influência real. Com ele está a direção da UDN — que ainda não sabe se a eleição de Jânio foi mesmo para ela uma vitória —, diversos grupos dirigentes do PSD, e todos quantos tenham interesse em implantar no país um regime de terror ao estilo Frondizi.

Não se faz sequer mistério sobre a existência do plano. "O Globo", de terça-feira, veio carregado de matérias anticomunistas, e em uma delas se mencionava a existência de um "relatório enviado às autoridades superiores do país", dando conta de supostas articulações, promovidas pelos comunistas, naturalmente, sob "ordens do exterior", com o objetivo de "subverter a ordem". Sabe-se, por outro lado, que o ministro da Justiça distribuiu nos últimos dias a todos os governadores estaduais uma circular de "advertência", em tudo semelhante a tal relatório, o qual, por sua vez, em nada difere dos outros numerosos relatórios que têm sido feitos, desde o "Plano Cohen", cada vez que os conspiradores do governo, a pretexto do anticomunismo, se lançam em empreitadas golpistas reacionárias.

O acordo entre as lideranças da Maioria e da Oposição, em Brasília, para a aprovação do estado de sítio, já está firmado. Faltam, apenas, as condições externas para que as lideranças possam impor aos liderados a medida extrema, pois, tanto na bancada do PSD como na da UDN, principalmente entre as chamadas "Ala Mônica" e "Bossa Nova" — os setores destes partidos mais vinculados aos interesses populares e nacionalistas — já se fez sentir uma resistência tenaz à idéia do sítio. Os parlamentares do PTB e do PSB, por seu lado, sabendo-se diretamente visa-

dos pela trama golpista, estão naturalmente dispostos a resistir à medida.

O objetivo de Falcão e seus cúmplices é, então, criar no país uma falsa atmosfera de crise, capaz de dobrar as resistências e os escrúpulos que se manifestam, não só no Congresso, mas, também, em setores do governo e das Forças Armadas. O episódio ainda recente da greve dos marítimos, portuários e ferroviários foi uma demonstração óbvia de que Falcão está empenhado em promover uma baderna que justifique a sua pretensão de "defensor da ordem".

Desde o primeiro momento, a atitude de Falcão e de seus aliados no governo e na oposição foi a de aproveitarem-se da greve para conseguir o estado de sítio e desencadear a repressão ao movimento sindical e democrático. A própria nomeação do novo ministro do Trabalho, o burocrata e policial Alirio Coelho, dias antes da greve, já mostrou a verdadeira intenção golpista do governo: ela não teve outro objetivo senão o de alijar o PTB daquele Ministério e assim "limpar as mãos" da máquina governamental para a repressão à greve. O sr. Kubitschek, que participa da trama golpista desde o primeiro momento, de boa-vontade ou porque está perdendo o controle do seu governo, mas vacila durante todo o tempo, porque vê nela também um golpe certo em suas pretensões à popularidade, provou naquele ato da demissão do ministro Batista Ramos que é uma peça ativa nos planos de Falcão.

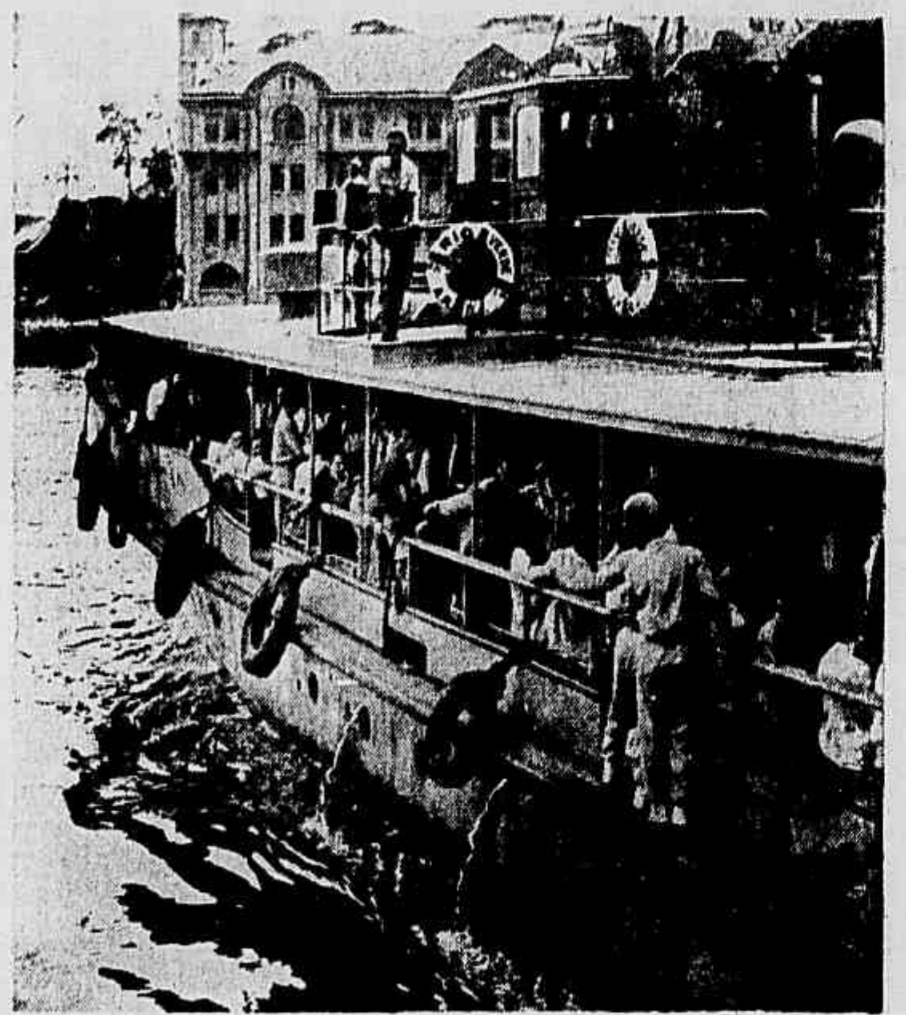
Ao invés de procurar evitar a greve, dando aos trabalhadores garantias de que a paridade reclamada por eles seria aprovada, a preocupação do governo foi, pelo contrário, durante os dias que precederam o movimento e em toda a sua duração, a de provocar a ira dos trabalhadores e de acua-los na necessidade de deflagrar e, depois, prosseguir a greve. A Nota do Ministério, declarando "ilegal" a greve e inaugurando oficialmente a infâmia da "orientação vinda do exterior" para os grevistas; as calúnias e ameaças jogadas à face dos trabalhadores pelo ministro do Trabalho, na assembléa do Teatro João Caetano; o empenho com que os líderes da Maioria e da Oposição procuraram sabotar a aprovação do projeto da paridade, na Câmara Federal — que era a condição básica dos trabalhadores para aceitarem o término da greve; a pressão exercida pelo governo sobre o Congresso para que este se considerasse "coagido" pelos grevistas e se impusesse como questão de princípio a não votação da paridade enquanto durasse a greve; e, ainda, à última hora, a tentativa de chacina promovida por Falcão na assembléa dos grevistas realizada no Sindicato dos

Metalúrgicos, durante a qual foi aprovada a suspensão da greve, são alguns fatos, entre muitos outros, que demonstram a preocupação do governo em agravar a crise, para justificar o golpe.

A firmeza demonstrada pelos trabalhadores, a pronta solidariedade manifestada pela grande maioria do movimento sindical para com os grevistas, a enérgica e imediata reação dos setores democráticos dos partidos e do Congresso, fizeram com que o tiro de Falcão, pelo menos nesse primei-

ro tempo, lhe saísse pela culatra. Os grevistas obtiveram uma vitória quase completa em suas reivindicações. O governo teve de ceder, os trabalhadores presos foram libertados e nenhum sindicato ficou sob intervenção.

Mas, os movimentos dos golpistas depois da greve indicam que, apesar da derrota que sofreram, eles estão muito longe de desistir. A nação deve estar preparada para novas e mais ousadas provocações dos incansáveis imitadores do "Plano Cohen".



Ligação de emergência

O serviço de barcas entre o Rio e Niterói, também foi paralisado pela greve. Lanchas da Marinha, durante os três dias de paralisação, fizeram o possível para evitar que a ligação entre as duas cidades ficasse cortada.

IMPORTANTE VITÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

JOVER TELLES

O dia 7 de novembro constituiu-se num importante marco da história do movimento operário no Brasil. Nesse dia, quando ainda se ouvia o eco da memorável greve nacional dos estivadores, da greve geral dos trabalhadores em carris urbanos do Estado da Guanabara, e do eco da greve geral dos gráficos e dos metalúrgicos de São Paulo, os marítimos, portuários e ferroviários, concentrados em três pontos diferentes da cidade, dirigiram-se, em passeata, conduzindo faixas e cartazes, a bandeira nacional e as flâmulas de seus sindicatos, rumo ao Teatro João Caetano onde, após terem realizado o entêro simbólico do deputado Menezes Côrtes, decretaram em monumental assembléa, a deflagração da greve geral pela aprovação do projeto de paridade de vencimentos entre civis e militares.

Durante três dias o movimento paredista, que envolveu cerca de 400 mil trabalhadores de setores vitais da economia nacional, paralisou o transporte marítimo, o das principais ferrovias e os serviços portuários de todo o país. Mais uma vez os portuários, ferroviários e marítimos, que não têm o direito de fazer greves, desmoralizaram e derrotaram o famigerado decreto anti-greve 9070 e a «Lei de Segurança Nacional», numa demonstração evidente de que as imposições da vida não podem ser enquadradas nos cânones reacionários forjados pelos homens.

Diante do vigor revelado pelos trabalhadores, o Governo entrou em crise. Sucederam-se as reuniões ministeriais. Brasília deixou de ser, temporariamente, o centro político da Nação, e a luta das massas passou a ser o fator determinante dos acontecimentos. O pânico apouso-se das classes dominantes. Ministros foram substituídos, e o Diretor do DOPS teve de ser exonerado. A greve pela paridade de vencimentos adquiriu um co-

lorido político, aprofundou o processo de polarização das forças em presença no tabuleiro político do país. Face à pressão dos trabalhadores, todos os partidos políticos tiveram de definir-se, bancadas parlamentares lançaram notas marcando sua posição, a Câmara dos Deputados passou a reunir-se em caráter permanente, as forças armadas foram colocadas de prontidão, e sucederam-se as reuniões dos comandos militares e policiais em todos os Estados. Os trabalhadores fortaleceram a confiança na força de sua unidade e de sua organização. Para todas as classes e camadas progressistas da população brasileira tornou-se mais claro o papel hegemônico da classe operária, o que reforçou a respeito e a confiança do povo na capacidade dirigente do proletariado. Nessa batalha, o proletariado soube expressar o sentimento de indignação e de protesto de todo o povo contra a política entreguista, reacionária e de fome, executada pelo atual governo.

Visando intimidar os trabalhadores e esmagar sua luta, o Governo colocou em ação todo seu dispositivo de repressão. Decretou a ilegalidade da greve. Já no primeiro dia, acima de 100 operários foram jogados nos cárceres. A feliz coincidência da data em que se comemorava o 43º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro com o surto grevista na Argentina, no Chile, na Colômbia e na Venezuela, serviu de pretexto para vincular o movimento dos marítimos, portuários e ferroviários brasileiros a «forças externas» e a «ordens emanadas do exterior». O Governo pretendia, assim, justificar a cruel repressão que planejara, com objetivos políticos antidemocráticos. Tropas do Exército ocuparam as Estações das ferrovias, bem como as demais empresas que participaram da greve e a faixa do cais do porto. Foram nomeados interventores militares para as empresas paralisadas. Por ordem do Governo, as autarquias e demais órgãos vinculados publicaram edital convocando os grevistas a se apresentarem de volta ao trabalho «sob pena de serem imediatamente demitidos os que não tenham estabilidade funcional e submetidos, os estáveis, a processo administrativo.» O ministro da Viação publicou nota determinando a volta dos operários ao trabalho, sob pena de serem demitidos sumariamente e submetidos a processo criminal duplo por infração à Lei Penal e à Lei de Segurança Nacional.» No início da greve, o Governo determinou a censura nas emissoras de TV e nas Estações de Rádio. Diversos sindicatos foram interditados pela polícia. Nas combinações palacianas, o Governo forjava o estabelecimento do Estado de Sítio. E tudo isso com o apoio ostensivo dos principais dirigentes da C.N.T.I., da C.N.T.T., da C.N.T.C. e da Confederação fantasma dos marítimos. Traíndo mais uma vez o mandato que receberam dos operários e o sentimento de solidariedade para com os grevistas demonstrado pela classe operária brasileira, esses senhores revelaram sua verdadeira

catadura de falsos líderes, de belizistas das classes dominantes que, como um câncer maligno, permanecem incrustados no organismo sindical de nossa terra.

Mas todas essas manobras e medidas foram em vão. Os trabalhadores marítimos, ferroviários e portuários a tudo resistiram, dando uma demonstração e um exemplo edificante de firmeza e de coragem na luta. Como resposta à ação provocativa do Governo e de seus representantes mais reacionários, como o fascista Armando Falcão e o velho policial Alirio Coelho, os operários em greve esconderam, ainda mais, suas forças. As violências praticadas pelo Governo despertaram um movimento de solidariedade sem precedentes na história do movimento operário no Brasil. Mesmo depois de aplicadas as medidas de intimidação pelo Governo, declararam-se em greve os 10.000 ferroviários da Rede Ferroviária do Nordeste, os 16.000 ferroviários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, os ferroviários da Leste da Bahia, da Pheos-Conquista, da Messoró, da Rede de Viação Mineira, e de outras ferrovias, 27 dirigentes sindicais do Estado da Guanabara reuniram-se e fizeram publicar uma nota oficial de solidariedade à luta dos trabalhadores em greve, protestando contra as medidas de repressão tomadas pelo Governo e reclamando do Congresso Nacional a rápida aprovação do Projeto de Paridade. Nesse mesmo sentido, manifestaram-se os trabalhadores do Estado do Rio, de São Paulo, de Minas Gerais e de outros Estados. O Comando Sindical de Porto Alegre, em reunião plenária, decidiu protestar veementemente contra os atentados às liberdades democráticas praticados pelo Governo, repelir a ameaça do Estado de Sítio e a intervenção nos sindicatos. O Comando resolveu, ainda, manter os sindicatos em assembléa permanente. Todo o movimento sindical no R. G. do Sul manteve-se em estado de alerta. A União Nacional dos Servidores Públicos manteve-se em assembléa permanente no curso da greve.

Mas, não somente de seus irmãos operários os marítimos, ferroviários e portuários obtiveram uma solidariedade ativa. A juventude estudantil, através da UNE, esteve permanentemente junto aos grevistas. O movimento desenvolveu-se apoiado pelo Funcionalismo Público, Civil, Federal e Autárquico da União, pelos demais setores de trabalhadores, pelas forças mais progressistas da Nação e pela opinião pública em geral. Diversos destacamentos da classe operária, que labutam em empresas de capital privado e, portanto, não se beneficiarão diretamente da aprovação da paridade de vencimentos, também paralisaram o trabalho. Enorme importância reveste o fato de que ferroviários da Central do Brasil mantiveram-se em greve por 24 horas incorporando-se, assim, definitivamente, ao movimento operário, depois de longos anos de silêncio.

Se é verdade que, na ação antidemocrática do Governo, mancomunaram-se setores conderáveis

do P.S.D. e de outros partidos, como a U.D.N. e o P.L., também é verdade que as atitudes firmes da bancada do P.T.B., do deputado Sérgio Magalhães, do P.S.B., bem como a posição democrática assumida por inúmeros parlamentares do P.S.D., do P.S.P. e de outros partidos, constituíram fatores positivos para obstar a conspiração palaciana, e ajudaram a barrar o esquema, que se forjava, a favor do Estado de Sítio.

Prova de que o Governo não conseguiu intimidar os operários é o fato de terem os trabalhadores de diversas empresas nos Estados voltado ao trabalho muitas horas depois de ter cessado a greve no R.G. Os operários não se guiaram pelo alarde atemorizador do rádio e de certa imprensa. Somente voltaram ao trabalho após terem recebido a palavra-de-ordem do Comando Geral de Greve. Na assembléa realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, os marítimos, ferroviários e portuários, embora decididos voltar ao trabalho quando foram cercados pela polícia militar e civil. Diante de mais esse movimento, os trabalhadores deslocaram-se novamente em greve e estiveram a retirada das forças policiais. E somente depois da realização da mobilização suspenderam a greve.

Os trabalhadores suspenderam a greve, voltaram ao trabalho, mantendo, porém, em funcionamento, com suas formas de combate internas, mas unidas, organizadas e mais tempestivas e levando como frutos da batalha uma série de vitórias. Com a força de sua ação unitária, de sua organização, da solidariedade que receberam e do apoio do povo, os trabalhadores conseguiram:

- 1 — Impedir o estabelecimento do Estado de Sítio e garantir, assim, a vigência das liberdades constitucionais;
- 2 — Fazer aprovar, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Paridade de Vencimentos;
- 3 — Obrigar a polícia a desintertar a sede dos sindicatos por ela ocupados;
- 4 — Libertar os companheiros presos no curso da greve;
- 5 — Anular as medidas punitivas já decretadas pelo Governo, e garantir a reintegração dos trabalhadores em seus respectivos.

A maior vitória, no entanto, consiste na consolidação da unidade de ação e orgânica dos marítimos, portuários e ferroviários, obtida na luta. A grande vitória representada pela unidade nacional desses três setores fundamentais da classe operária reveste-se de grande importância e será, por isso mesmo, defendida como a menina dos olhos dos trabalhadores. Nesse sentido, a última assembléa decidiu que o Comando Geral de Greve fique com poderes para deflagrar a greve, de novo, se o Governo não assegurar a aprovação da lei que trata da paridade de vencimentos entre civis e militares.

Como se vê, os trabalhadores não puseram um ponto final na sua gloriosa jornada. Mantêm-se mobilizados e prontos para, se necessário, desencadear nova ação.

Fora de Rumo

Paulo Motta Lima

Anuncia-se que o sr. Mazzilli, encurtando sua permanência nos Estados Unidos, por onde viajava, regressou para fazer face à ameaça de não ser reeleito na presidência da Câmara. Acrescenta-se que o afastamento do sr. Mazzilli durante a greve dos marítimos, portuários e ferroviários, constituiu um dos fatores da derrota sofrida pelo governo naquela emergência. Alude-se a derrota do governo em círculos do socialismo e a alusão é colhida pelos jornais.

Como teria o sr. Mazzilli, contribuído para essa derrota? Segundo essas fontes, por omissão. Afastou-se da presidência, dando vez ao sr. Sérgio Magalhães, que em primeiro lugar, negou que a greve representasse coação ao Congresso. Segundo lugar, o sr. Sérgio Magalhães, ameaçou trazer a Câmara de volta ao Rio, em vista da instável atitude do Executivo, que instalou seu Quartel General nas Ladeiras, que olhava a greve como uma ameaça para as instituições e ameaçava repetidamente, com arrogân-

cia fascista, a tranqüilidade pública, toda vez que abria uma gaveta secreta a afirmava, através de um ministro egresso do Clube da Lanterna: "Aqui temos prontinha uma mensagem pedindo aos carneiros de Panurgio, o estado de sítio". Nenhuma fonte oficial apontou essa ameaça como coação aos trabalhadores, que exerciam, com a greve, um direito assegurado pela Constituição. Também não se apontava como injúria, ao Congresso contar-se com o sítio como pão ganho.

Além do sr. Sérgio Magalhães, outros botaram o pé atrás. Sondagens feitas pelo sr. Abelardo Jurema demonstraram que o pedido de sítio, constituiria aventura. Os membros do governo, ao que parece, pretendiam comemorar, com o estado de sítio, a 10 de novembro, um aniversário do Estado Novo. As cúpulas do PSD e da UDN mostravam-se, desse modo, dispostas a oferecer ao sr. Kubitschek, no fim de seu governo, uma saída de senão, (sem entrada de leão). Através dos líderes da maioria e da mi-

noría, Jurema e Agripino, a pequena e heroica Paraíba, em lugar do "nego", daria ao sítio, submisso "O K", pronunciado de boca torçada, como manda o figurino americano. As cúpulas aceitariam qualquer posição, mas a verdadeira maioria, composta de democratas de vários partidos, oferecia resistência e o sítio poderia ser negado.

Esses fatos explicam a alusão em fontes oficiais, a derrota do governo. Derrota política, depois da tentativa de negar as reivindicações econômicas dos grevistas, no projeto da paridade. Derrota de ponta a ponta, compartilhada pela cúpula udenista. Derrota que também deixou mal os que na hora do fogo, tiraram o corpo fora, como o sr. João Goulart, e os que se limitaram como o sr. Jânio Quadros, a ficar lendo, muito ao longe, boletins policiais sobre a greve e as manobras do sítio, mensagens servidas em bandejas de prata, por atendentes mal-acostumados do Itamarati, entre salameiros e gentis.

Campanha Dos Frigoríficos Contra os Matadouros



Os frigoríficos fizeram publicar na «Última Hora» de 12 de novembro passado, meia página de matéria paga, sobre o Matadouro Municipal de Santa Cruz, para concluir que «os matadouros municipais representam uma fase já superada no fornecimento de carne às cidades», que «o reaparelhamento dos matadouros municipais representaria desgaste desnecessário de dinheiro público», por existir «mais de suficiente capacidade de abate nos diversos matadouros frigoríficos da zona do Brasil Central».

Anglo, a Wilson, a Swift e a Armour, que já controlam o fornecimento de carne aos grandes centros, iniciam, assim, sua ofensiva pelo monopólio total. Fechados os matadouros municipais, estaria liquidada uma das poucas possibilidades que restam aos governos de enfrentar os frigoríficos nos períodos de pressão alista.

Quando o governo está sendo alertado sobre a possibilidade de utilizar os matadouros municipais como meio de fornecer carne barata à população, e enfrentar os trustes da carne, quando existe na Câmara Federal um projeto do deputado Jacob Franz

que determina, entre outras medidas, o reaparelhamento dos matadouros municipais de Santa Cruz, na Guanabara, e Carapicuíba, em São Paulo, — os frigoríficos saem em campo contra os matadouros.

Revela-se portanto, os verdadeiros interessados no adiamento, por 12 anos, do reaparelhamento do matadouro de Santa Cruz (o que lhe permitiria industrializar o boi) e na não-instalação das câmaras frigoríficas que desde 1953 infurjam nos seus galpões (ver NOVOS RUMOS, número 88). Para que possam dizer agora que os matadouros municipais estão superados por não industrializarem e não frigorificarem...

Argumentam ainda, os frigoríficos que eles próprios têm «mais do que suficiente capacidade de abate». De fato, os frigoríficos estrangeiros, com capacidade, em conjunto, para abater 12.000 bois diários, trabalham com apenas 1/3 de sua capacidade. Mas os frigoríficos não dizem que muitos anos antes de sua instalação já existia o Matadouro de Santa Cruz. Se houve quem se instalasse sem levar em conta a capacidade de abate já existente, foram os frigoríficos estrangeiros.

Camponeses Nacionalistas

Na «Colônia 14 de agosto», no município de Taquari, no Rio Grande do Sul, os camponeses nacionalistas organizaram um Comitê de luta e elegeram a sua primeira diretoria. Para a presidência foi escolhido o agricultor Antônio

Praia Irulegui e para o cargo de secretário-geral o agricultor Laura Vianna. Presidentes de Honra foram designados o engenheiro João Peny e o coronel Ney da Silva Bueno. Na foto, os diretores da entidade.

COM O APOIO TOTAL DA POPULAÇÃO

Moji: Metalúrgicos Fizeram e Ganharam Greve de 11 Dias

Moji das Cruzes, (do Correspondente) — Os trabalhadores da «Mineração Geral», indústria metalúrgica desta cidade, pertencente ao grupo Jafel, conquistaram aumento salarial de 35% após uma greve vitoriosa que teve a duração de 11 dias. O aumento, concedido pela Justiça do Trabalho de São Paulo, apesar de não atender inteiramente ao que pleiteavam os trabalhadores, foi maior do que o que pretendiam conceder os patrões (29%).

do apoio prestado pela população aos grevistas, votou uma verba de ajuda às famílias dos trabalhadores da «Mineração Geral», da importância de 200 mil cruzeiros.

Durante o tempo em que perdurou a greve, os sindicatos da categoria em Santo André, São Bernardo e São Caetano, constituíram uma comissão permanente de ajuda aos seus companheiros de Moji, enviando, diariamente, ao comando da greve, valiosas contribuições em espécie e em dinheiro. Também o Bispo de Santo André, D. Jorge Marcos, ofereceu toda sua solidariedade aos grevistas, além de contribuição para auxiliar as famílias dos trabalhadores.

Experiência valiosa

O movimento vitorioso, que envolveu 2.300 operários metalúrgicos do município, foi liderado pelo sindicato de classe na cidade e contou com apoio efetivo da Federação dos Metalúrgicos, assim como com o de outras entidades sindicais e populares do Estado.

Quando a greve eclodiu os trabalhadores saíram às ruas para explicar ao povo de Moji as razões do movimento, as condições miseráveis em que viviam em virtude dos baixos salários que ganhavam, receberam a solidariedade total da população. Numerosas comissões de ajuda foram organizadas e a Câmara de Vereadores da cidade, em virtude

Unidade

Um dos fatores de maior destaque verificado durante o movimento, foi a completa unidade registrada entre os trabalhadores. Não houve um só que traísse o movimento; por 11 dias a fábrica ficou totalmente paralisada e a maioria dos trabalhadores participou, diariamente, das assembleias realizadas na sede do sindicato e das passeatas organizadas pelo comando do movimento.

Nacionalistas solidários com grevistas

Nilópolis, (Do correspondente DIOGO SOARES CARDOSO) — Realizou-se no último dia 10, na sede da direção do Comitê Municipal de Nilópolis do Movimento Nacionalista, assembleia para a apresentação e discussão dos Estatutos da Entidade. Na oportunidade, foi aprovada por unanimidade proposta do sr. Antônio Lopes Gonçalves, para o envio de um telegrama de solidariedade aos marítimos, ferroviários e portuários em greve pela paridade. O telegrama é o seguinte: «O Comitê Municipal de Nilópolis do Movimento Nacionalista, congratula-se com os trabalhadores na luta iustíssima pela paridade».

Rádio Praga: emissões para o Brasil

A Rádio Praga transmite para o Brasil, diariamente, em dois horários: às 19,30 e 20,30 horas, nas ondas de 16, 19 e 25 metros.

O Despejo de Camaçari e a Reforma Agrária

COSTA PEREIRA
Advogado da Liga Camponesa de Pescaira

O despejo do engenho Camaçari foi procedido de forma dramática. A medida pode ter sido executada com apoio na letra da lei, porém ela alterou sensivelmente o problema social, vez que, centenas de camponeses foram expulsos das terras, embora alguns deles, nascidos ali, há mais de 50 anos, com posse mansa e pacífica.

A imprensa informou o principal motivo do despejo, tendo feito alusão a falta de pagamento do fôro e a criação de uma «Liga Camponesa», naquela engenho.

Se isso for verdade, Santo Deus, a Justiça do Cabo, ficará comprometida com semelhante calamidade, pois é estranhável que no século atual negue-se a direito de reunião para fins lícitos a qualquer classe.

As «ligas» são organizações pacíficas, fundadas exclusivamente para dar assistência ao homem do campo. Aquela que se encontra abandonado comprando feijão por Cr\$ 3.000,00 o saco, para depois da colheita vender a Cr\$ 1.000,00 aos tubarões. Os lavradores estão evidentemente desprezados. O agricultor planta, colhe às vezes, mas muitas vezes não tem o direito de COMER o que plantou. De sorte que o caso do engenho Camaçari é um desses fatos que sensibilizam a opinião pública, e o povo comentou, com indignação a tragédia do Cabo.

Até então desconhecia o fato e também os documentos que instruíram a ação de despejo; porém acho que, pelo menos, o direito a posse devia ter sido sustentado. O nosso código civil, apesar de estar de cabelos grisalhos, ainda protege o instituto da posse. Mas, ignora, todavia, a que houve de desfavorável aos lavradores, na demanda, limitando-me, com efeito, a dizer que o Dr. Juiz de Direito, daquela comarca agiu, segundo suas convicções, as quais não são mais novas do que o Código Civil. É bem verdade que o ilustre Juiz arrimou-se numa lei fabricada em 1916, e com ela decidiu uma questão no ano de 1960...

Infelizmente, o nosso Código Civil emprega aos julgadores escravos da lei convencionados que, se fosse dado e passado o fato há 30 anos, justificaria-se sua aplicação. Mas, sucede que vivemos uma época em que tais decisões chamam a opinião pública, e que vale dizer é uma injustiça.

Estudantes Bolivianos Aplaudem Ajuda Soviética

O Centro dos Estudantes Bolivianos no Brasil resolveu dirigir-se ao governo de seus pais salientando a importância do oferecimento feito pelo chefe do governo soviético, Nikita Kruschov, de entregar uma usina de preparação de estanho de graça à Bolívia. A moção, aprovada numa assembleia especial do centro, depois de ressaltar a importância do estanho para a economia boliviana, pede ao governo de Paz Estenssoro que revele ao povo do país toda a amplitude da proposta soviética, que imponha a planificação e o controle sobre a indústria mineira boliviana, para evitar os abusos e prejuízos atuais e declara que a Bolívia é inteiramente soberana para aceitar oferecimentos de quaisquer países, desde que sirvam aos

autênticos interesses de seu povo e não sejam acompanhados de condições de qualquer espécie.

Professores brasileiros solidários com magistério peruano

A Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, com sede no Rio de Janeiro, enviou ao governo do Peru, através da embaixada desse país aqui no Brasil, um apelo no sentido de que sejam atendidas as reivindicações dos professores peruanos que, desde 1957, lutam pelo reajuste de vencimentos.

Coluna do Lector

COMO ASSINAR NR

Do leitor José Elias de Paulo, estudante de Recife e entusiasta das Ligas Camponesas, recebemos carta solicitando informações sobre como fazer uma assinatura anual de NOVOS RUMOS.

É bastante enviar um cheque ou vale postal, no valor de uma assinatura anual (Cr\$ 500,00), para NOVOS RUMOS, o nome e endereço do assinante. No caso de desejar receber o jornal por via aérea, o assinante pagará mais uma taxa de 200 cruzeiros, além do valor correspondente à assinatura.

Quando a ida de estudantes brasileiros para a Universidade da Amizade dos Povos, as informações nesse sentido, só podem ser dadas pela própria Universidade.

GERENTE SABIDO

De um leitor que se diz operário da Companhia de Fiação do Rio de Janeiro, recebemos carta denunciando irregularidades que seriam cometidas pelo gerente da fábrica no que se refere ao aproveitamento dos trabalhadores e ao pagamento de salários. Afirma o missivista que a empresa adotou um tal horário que, no fim do mês, são poucos os operários que conseguem receber um salário correspondente ao mínimo.

HUMORISTA POPULAR

Erwin Loeschner, Santa Catarina. Recebemos sua carta com suas anedotas. Agradecemos o interesse mas, infelizmente, não nos é possível aproveitá-las tendo em vista o fato de que o jornal não tem seção humorística.

ÁGUAS POLUIDAS

A população de Jacareí vem exigindo das autoridades medidas contra a fuma «Simão S. A.», de cuja fábrica de papel são despejados compostos químicos que envenenam as águas do Rio Paraíba e põem em sério perigo a saúde das populações que vivem nas cidades ribeirinhas.

A denúncia é formulada em carta que nos envia um leitor de Jacareí, no Estado de São Paulo.

PADRE HUMBERTO CAVALCANTTI

Infelizmente não nos é possível, por falta de espaço, publicar novamente os trechos da conferência proferida em Moacé, pelo padre Humberto Cavalcanti, como nos sugere o leitor Menandro Palis.

AS ARENGAS DO ALBERTO

Chamando a atenção para o programa radiofônico da «Ação Demo-

CRISE SÓ ACABARÁ COM AUMENTO DE VENCIMENTOS

Solidária Com Oficiais Presos Toda a Polícia de São Paulo

Com o ultimato cujo prazo termina hoje, quinta-feira, às 18 horas, apresentado pelos sargentos e suboficiais da Força Pública ao governador Carvalho Pinto para que atenda às suas reivindicações e liberte todos os oficiais presos, a crise que eclodiu a semana passada no seio da Polícia do Estado de São Paulo chega ao seu ponto crítico. Tentando reprimir pela violência o justo movimento dos oficiais e praças daquela corporação por aumento de vencimentos, o governador Carvalho Pinto determinou a prisão de cerca de 200 oficiais (80% dos efetivos). Ao contrário do que esperava o Sr. Carvalho Pinto, sua atitude veio agravar ainda mais a situação, provocando a solidariedade de toda a corporação aos oficiais perseguidos.

Em reunião realizada em seu Centro Social, segunda-feira última os sargentos e suboficiais da força Pública decidiram dar um prazo de 72 horas para que o governador atenda as suas reivindicações (60% de aumento de vencimentos) e liberte todos os presos, do contrário se apresentarão, incorporados, à prisão em solidariedade a seus superiores. Atitude idêntica tiveram os soldados e cabos, em reunião realizada no mesmo dia, durante a qual resolveram também encaminhar ao governador Carvalho Pinto um memorial exigindo, entre outras coisas, o seguinte:

- 1) Anistia para todos os oficiais presos;
 - 2) Aplicação à toda a Força Pública, da gratificação por risco de vida;
 - 3) Aumento imediato de vencimentos na base de 70 por cento;
 - 4) Retorno a todos das referências canceladas;
 - 5) Abono provisório a partir do mês de outubro, tendo em vista os novos níveis de salário-mínimo.
- Manifestações de solidariedade à luta dos oficiais e praças da Polícia têm partido de diversos setores da população, particularmente do seio dos trabalhadores. O movimento tende a se estender a todo o Estado e alcançar outros setores profissionais. Consta mesmo que os sargentos e suboficiais, em sua reunião de segunda-feira, decidiram apelar para os metalúrgicos e outras categorias profissionais no sentido de que entrem em greve de solidariedade aos oficiais presos e pela sua imediata libertação.
- O movimento dos oficiais e praças da Força Pública de São Paulo tem a

crítica» (?), o leitor Douglas Mesquita Brito registra, em carta que nos envia, o seguinte: «O Alberto Curl, através do microfone da PRF-4, defende arduamente coisas que só um laiale, um vendido poderá fazê-lo... Por exemplo: acha justo um novo aumento das tarifas de bondes, alegando que a Light não auferir lucro com tal serviço. E mais, exige que as autoridades investiguem a «infiltração comunista nos meios operários e estudantis».

DICIONÁRIOS

Walter de Souza, Belo Horizonte, Minas Gerais. Agradecemos as felicitações. Quanto ao que nos pede: 1) existem e podem ser encontrados com facilidade nas livrarias, dicionários alemão-português e vice-verso; 2) — em relação aos dicionários russo-português, existe um à venda nas livrarias. Para maiores informações a esses respeito, dirija-se ao Instituto Cultural Brasil-URSS, rua México, 119, Estado da Guanabara.

BÍBLIA DO COMUNISMO

«Se os grandes movimentos, as revoluções de idéias se tornaram possível através de sua «Bíblia» (veja-se o Islamismo, o Cristianismo, etc), por que não podem os comunistas do mundo inteiro ter uma «Bíblia» para se orientar? Tal é a interrogação do leitor F. G. P. (Rio) que nos escreve sugerindo a publicação de uma obra com esse caráter.

A VIDA

Desejamos «Paz e Amizade» a todos, escreve-nos o leitor Evaldo Hugo Olésczuk, de Curitiba — Paraná. A missiva é acompanhada de um seu trabalho intitulado «A Vida», do qual transcrevemos abaixo um trecho: «Vamos, brasileiros; vamos nos unir, vamos viver de maneira justa, vamos cumprir a nossa missão... A mocidade é o fruto de uma nova vida; vamos, mocidade, vamos lutar por um Brasil melhor e não andar nos antros da perdição, nem se atirar ao desespero. Isso não adianta nada».

OBSERVAÇÕES

Do leitor João D. da Silva, de S. Paulo, recebemos carta contendo algumas observações sobre o jornal. Elas foram anotadas e as providências necessárias já estão sendo tomadas.

COLEÇÃO

João Antônio da Costa, Guarulhos, São Paulo. Seu pedido foi encaminhado à gerência que deverá providenciar. Quanto ao envio da correspondência e reportagens, quis na dirigir à sucursal de São Paulo.

NOVOS RUMOS

Diretor	Mário Alves
Diretor Executivo	Orlando Bomfim Júnior
Redator Chefe	Fragmon Borges
Secretário	Luiz Fernando Cardoso
Gerente	Guttemberg Cavalcanti
Redatores	
Renato Arena, Paulo Motta Lima, Nilson Azevedo, Fausto Cupertino, Rui Facó, Solon Pereira Neto	
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7314	
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905	
SUCURSAL DE S. PAULO	
Rua 15 de Novembro, 228	
8º andar — S/827	
Tel: 37-52 64	
Endereço telegráfico —	
«NOVOS RUMOS»	
ASSINATURAS	
Anual	Cr\$ 500,00
Semestral	250,00
Trimestral	130,00
Áerea anual, mais	200,00
Áerea trimestral, mais	100,00
Áerea semestral, mais	50,00
Número avulso	10,00
Número atrasado	16,00

TOLSTOI: UM GRANDE PENSADOR RUSSO

LIEV NICOLÁIEVITCH TOLSTOI, o nosso familiar Leão Tolstói de *Guerra e Paz*, *Ana Karênina*, *Ressurreição*, está sendo lembrado neste momento em todo o mundo no transcurso do cinquentenário de seu falecimento.

A data é importante, mas se tão amplas e universais são as comemorações do grande escritor russo é que suas obras, o espírito profundamente humano de que elas estão impregnadas, influíram em gerações sucessivas de escritores e artistas em todo o mundo.

E verdade que ele já era o herdeiro e continuador de eminentes pensadores, humanistas, poetas, críticos que se projetavam na literatura russa, como Biélinki, Tchernichévski, Púchkin, Gógol e tantos outros. Mas assim mesmo sua obra representou uma revolução — no sentido de que resolvia e mostrava à plena luz a alma atormentada de um povo. Espelhava essa alma nuamente, em seus transeles de agonia e revolta.

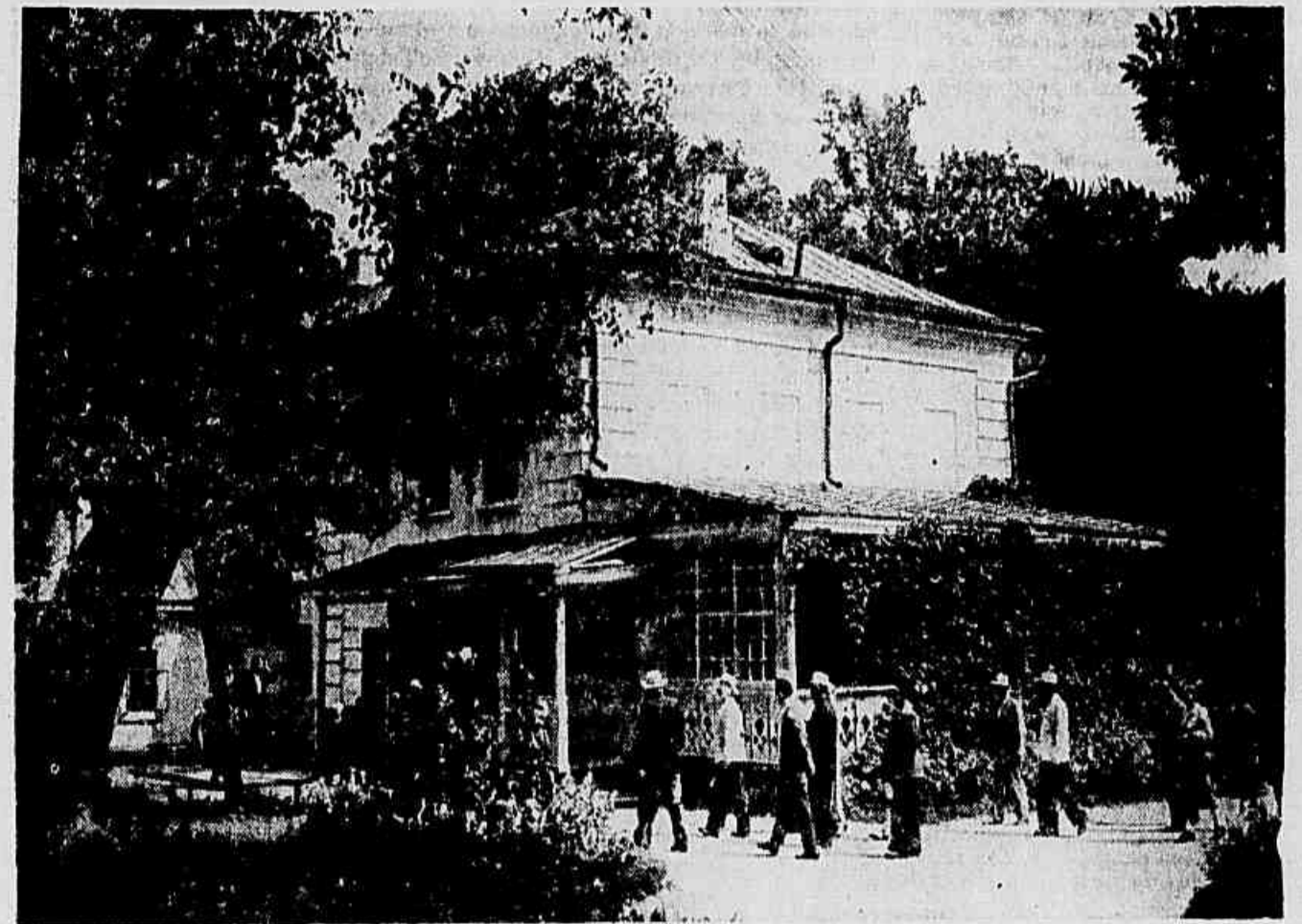
Leão Tolstói viveu uma longa vida, tendo nascido em 1828 e morrido em 1910, e viveu-a plenamente, em contacto direto com o povo russo, do qual jamais se separou. Sua condição de nobre não constituiu uma barreira à sua aproximação do homem simples, humilhado e ofendido, oprimido e explorado, em busca da salvação na terra. Nascido numa mansão de latifundiários, Iássnaia Poliana, Tolstói conheceu de perto o que era a vida do camponês russo, do servo da gleba, um homem de extraordinário vigor mas que desconhecia sua força.

Tolstói teve o mérito de contribuir com sua obra preciosa para revelar essa força, torná-la consciente e atuante.

«Espelho da revolução russa» — chamou-o Lênin em estudo hoje clássico, essencial para a verdadeira compreensão da obra de Liev Nicoláievitch Tolstói.

Lênin e Tolstói

Lênin considerava a obra de Tolstói como o reflexo perfeito, elaborado por um cérebro genial, das condições de vida na Rússia czarista. Apontava-lhe inúmeras contradições, mas, acrescentava, expressão das contradições dominantes na vida russa da última terça parte do século XIX. Na sua opinião, as contradições existentes nas idéias de Tolstói deviam ser julgadas não do ponto-de-vista do movimento operário contemporâneo e do socialismo moderno, mas do ponto-de-vista do protesto contra o capitalismo em marcha, contra a ruína das massas deslocadas de suas terras. «Tolstói é grande — dizia Lênin — como intérprete das idéias e das tendências que se formaram entre os milhões de camponeses russos com o advento da revolução burguesa na Rússia. Tolstói é original porque o conjunto das suas idéias, tomadas em bloco, exprime justamente as particularidades de nossa revolução, como revolução burguesa camponesa. As contradições nas idéias de Tolstói, deste ponto-de-vista, são um verdadeiro espelho das condições contraditórias que dominam a atividade histórica do camponês em nossa revolução». E acrescentava o futuro chefe da revolução socialista: «A maior parte dos campo-



O governo soviético transformou a mansão de Iassnaia Poliana em Museu, onde são guardados todos os pertences do pensador russo que se conservaram. Sua biblioteca, a cama onde dormia, sua mesa de trabalho, enfim, tudo que foi possível manter. A foto é da fachada da casa, num dia em que ela estava aberta à visitação pública.

Museu Tolstói

meses chora e reza, raciocina e sonha, escreve petições e envia delegados» — tudo de acordo com o espírito de Liev Nicoláievitch Tolstói (artigo de 1908).

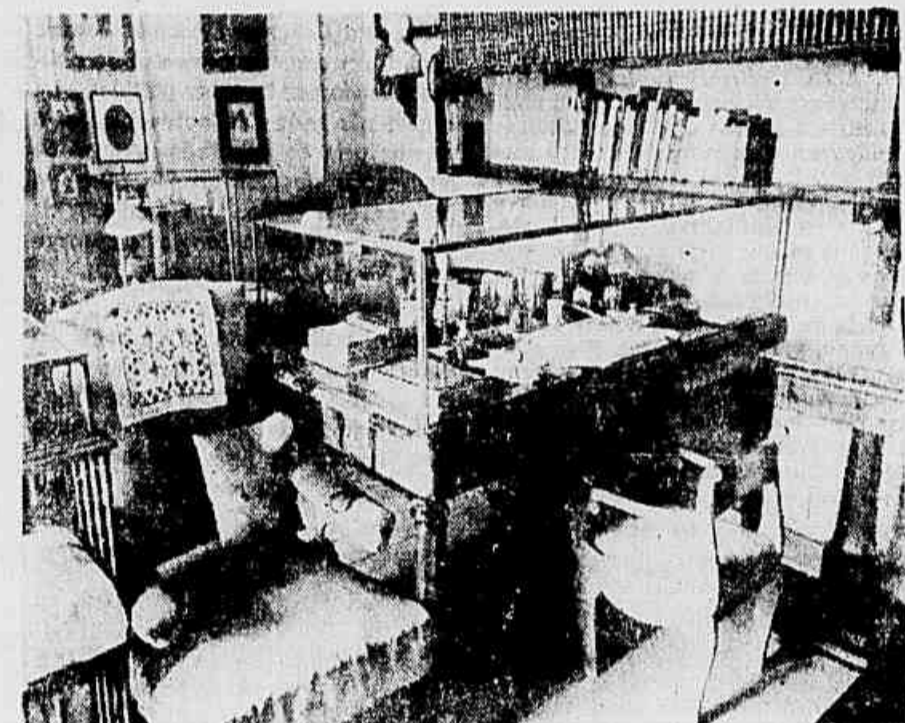
Por diversas vezes, Lênin se ocupava de Tolstói e sua obra, fazendo-lhes a análise profunda. E afirmava que para fazer da grande obra de Tolstói um patrimônio de todos era necessário lutar cada vez mais contra um regime social que havia condenado milhões e dezenas de milhões de homens ao obscurantismo, ao embrutecimento, aos trabalhos forçados e à miséria — era necessário a revolução socialista.

Tolstói patrimônio do povo

A reação mundial, durante muitos anos, tentou crer que a revolução socialista repudiava as conquistas culturais do passado. A mentira logo se desfez. O povo russo, com a revolução, liquidou o analfabetismo que o mergulhava nas trevas e se tornou o verdadeiro e legítimo dono da herança cultural de seus melhores filhos. Tolstói deixou de ser o escritor de uma minoria de letrados para tornar-se o artista de milhões. Sua obra é hoje lida por massas enormes na União Soviética, em todos os países socialistas e se propaga pelo mundo. Nestes 43 anos pós-revolução as obras de Tolstói foram editadas em mais de 90 milhões de exemplares, em diversas línguas dos povos soviéticos e de outros povos.

A reação e Tolstói

Ainda hoje, a reação mundial não se conforma em que as obras-primas de Leão Tolstói espalhem pelo mundo um sopro de humanismo e de revolta. Escritores e ideólogos da reação tentam deturpar Tolstói, ocultando o que nele se contém de inconformismo, hostil à exploração e à opressão, para salientar seu lado místico. Esquecem que Tolstói foi de tal forma o fermento revolucionário de uma sociedade em decadência que, já na ve-



Local de trabalho

Essa é a mesa de trabalho de Tolstói. Ali ele escreveu seus grandes romances, inclusive *Guerra e Paz* e *Ana Karênina*. Hoje ela é Tolstói, em Iassnaia Poliana guardada como relíquia, no Museu de

de uma vida nova, pioneiro que foi na luta milenar da humanidade pela conquista de uma sociedade em que desapareceram as misérias que geraram a revolta de grandes espíritos como Tolstói.

O Brasil e Tolstói

No Brasil, Tolstói foi sempre objeto de admiração e respeito e suas obras são cada vez mais procuradas pelo grande público.

Não chegaram a formar-se entre nós, como em outros países, sociedades de «tolstóianos». Mas entre a nossa intelectualidade o eminente escritor russo encontrou sempre apreciadores de seu gênio. Um escritor de raízes tão populares como Lima Barreto reconhecia a influência de Tolstói em seus romances.

Sucedem-se ultimamente as edições das obras-primas de Tolstói em português, sobretudo de *Guerra e Paz* e *Ana Karênina*. E não há dúvida de que na medida em que o povo brasileiro vença o analfabetismo os grandes romances de Tolstói mostrar-lhe-ão um dos pontos mais altos a que chegou o espírito humano em seu constante desenvolvimento.

Milton Pedrosa autografará

«Noite e Esperança»

Amanhã à tarde, sexta-feira, dia 18, na Livraria São José, o conhecido escritor Milton Pedrosa participará de uma tarde de autógrafos, ocasião em que atenderá a seus inúmeros leitores e amigos. Depois de «O homem que não gostava de cães», lançamento da Livraria Civilização Brasileira, que obteve grande sucesso, Milton Pedrosa acaba de publicar, pela Editorial Vitória, mais um livro, «Noite e Esperança», onde os leitores encontrarão uma excelente novela, de que título ao livro, e alguns contos selecionados.



Todos visitam

A mansão de Iassnaia Poliana, onde Tolstói viveu, é visitada por todos que conhecem sua obra. A foto acima foi tirada num domingo, quando mais intensa é a visitação à antiga residência do autor de *Ana Karênina*.

Falando em Morte

Não sou de falar em morte porque gosto muito de viver, mas agora, depois que assisti ou estou assistindo ao que se tenta fazer com Osório Borba, acho-me no dever de fazer uma pública declaração sobre a minha própria morte.

Morre um ateu, morre uma pessoa que durante toda sua vida foi anticlerical e mesmo anti-religiosa e logo que essa pessoa morre, a primeira coisa que os vivos — parentes ou aderentes, ou mesmo longínquos amigos — fazem é se preocuparem em «salvar-lhe a alma». Peço aos meus amigos e aos meus companheiros, à minha filha e ao meu irmão que quando eu morrer não tentem de nenhum modo fazer-se diferente do que fui em vida. Querem chorar? Chorem porque isso de choro cada qual dá o que tem em lágrimas. Mas não me imponham extenuações, nem missas de sétimo dia. Deixem eu morrer, como vivi. Um morto acabou, desapareceu, foi embora. Não se trata de viagem longa, mas de silêncio eterno. Flores podem levar, porque de flores eu gosto, mas não façam encomendações de corpo, nem pensem que serão agradáveis a mim atos religiosos — quaisquer que sejam — sobre meu cadáver.

Gostaria de ser enterrada em Belém do Pará e isso por várias razões: é a minha terra, meu amado não pude viver mas onde seria bom morrer e também porque o cemitério de Santa Isabel em Belém, é todo arborizado de mangueiras. Gostaria e muito de alimentar aquelas mangas, gostaria de servir-lhes de adubo, tanto elas são dignas disso. Também não me ponham lençóis no rosto para cada pessoa descobrir e querer saber como fiquei morta. É uma curiosidade doentia, indigna de séres chamados civilizados.

Pudesse eu escolher e seria incinerada, acabaria num pózinho talvez preto, talvez amarelado, mas pózinho que soprado para o ar conseguisse ser pó mesmo e diluir-se no ambiente.

Devo ainda dizer que se eu aparecer morta sem mais nem menos não façam comigo mais romances. Ou me mataram para roubar (o que foi um erro) ou foi coisa da polícia, porque suicídio isso jamais cometerei, como jamais cometerei qualquer espécie de fuga em qualquer terreno. Gosto demais de viver para suicidar-me ou ter alguém que me mate por amor. Quem mata é por ódio; não façam romance comigo, por favor.

Creio que disse tudo. Com o velho Borba morto, vivos pensaram logo em mandar dizer missas para salvá-lo. De quê? Ele foi dos raros homens que salvou-se em vida pela sua dignidade, pela sua lealdade. Uma coisa digo a todos: não sou espírito nem creio em espíritos mas se alguém, quando eu morrer, tentar fazer cretinices sobre meu cadáver, rompo tudo e sou até capaz de arranjar espírito mesmo, só para voltar e fazer muita maldade com aqueles que não souberem respeitar-me no momento em que já estiver indefesa.

Fique esta crônica como um aviso e como não tenho nenhuma espécie de dinheiro não preciso transformá-la em testamento. Mas não se impressionem; quero viver mais dez anos, viver e lutar.

Nada de mortos governados pelos vivos

Enenda

Tópicos Típicos

«Ben-Hur», romance de Lewis Wallace, foi filmado pela Metro. O filme saiu fiel ao livro, isto é: uma droga. Lá pelas tantas, quando Jesus acaba de ser crucificado, começa a chover — e a chuva atinge a mãe e a irmã de Ben-Hur, que eram leprosas, curando-as da moléstia.

Os espectadores dividem-se quanto à interpretação da cena: uns acham que foi milagre do Cristo; outros, mais céticos, acham que a lepra das duas senhoras era falta de banho mesmo.

Aliás, ainda é bom quando Hollywood transpõe para a tela obras literárias de baixa qualidade, porque assim, pelo menos, esta deixando em paz Dostoiévski.

Filme inspirado em livro de gênio é responsabilidade que um cineasta menor não tem condições para enfrentar. Geralmente resulta em desastro à literatura e ao cinema.

Eisenstein pensou até em filmar «O Capital» de Marx, mas Eisenstein podia ter essas ambições, porque exatamente era Eisenstein. Agora, vocês já pensaram no que seria uma filmagem de «O Capital», dirigida por Richard Thorpe, com Dorothy Lamour de «sarong» interpretando a «Mais-Valla»?

Mas não há de ser nada, minha gente. Até hoje, «O Capital» tem conseguido escapar, talvez por ser um livro pesado, de difícil leitura. E' como repadura: é bom mas não é mole, não...

O próprio embalador-ano João Neves da Fontoura, que passa por ser um homem culto, ainda não o leu. Outro dia, vendo numa vitrina os cinco volumes encadernados com o título «Das Kapital», João Neves perguntou para um amigo:

— E' sobre Brasília?

Aliás, há muita gente entre nós que pensa que marxismo é a doutrina dos irmãos Marx.

Alguns, inclusive, usam contra aquilo que supõem que seja o marxismo argumentos que os marxistas usaram contra o materialismo mecanicista.

Na semana passada, um capadócio escreveu que os marxistas, ao declararem que «a propriedade é um roubo», esqueceram algo muito importante: para que haja um roubo, é preciso que exista antes propriedade. Vejam quanta cretinice!

Em primeiro lugar, atribuir aos marxistas a idéia simplista endossada por Proudhon de que a propriedade é um roubo, abstraindo-se de todo o histórico da instituição. Em segundo lugar, usar contra a tese «marxista» um raciocínio desenvolvido pelo próprio Karl Marx contra Proudhon:

«O fruto, como violação da propriedade, pressupõe a existência da propriedade...» (Marx-Engels, Obras Escolhidas, Ed. Vitória, vol. I, pag. 364)

Pedro Severino



Medalha Comemorativa

Está sendo distribuída na União Soviética uma medalha cunhada para assinalar o cinquentenário do falecimento de Leão Tolstói. No verso da medalha está o retrato do escritor e a inscrição «Leão Tolstói 1828-1910». No reverso estão escritas palavras de Maximo Gorki sobre o autor de «Guerra e Paz» e as datas 1910-1960.

Teatro

Beatriz BANDEIRA

“DOIS NA GANGORRA”

Depois de uma temporada de grande sucesso no Prata, a Companhia Tônia-Celi-Autran, volta ao Meia...

O DESTINO DA CÂMARA DE VEREADORES:

Lacerda Quer Matar no Berço a Oposição ao Seu Governo

O debate sobre o destino da atual Câmara de Vereadores carioca está dominando o noticiário dos jornais...

A posição dos comunistas e dos demais partidos mais consequentes, no caso, já está definida desde o 21 de abril passado...

São várias as razões apontadas pelos comunistas e democratas para a defesa dessa posição...

Consideram, por outro lado, que a solução determinada pela lei aprovada pelo Congresso...

O governo conseguiu protelar a aprovação da Lei até as vésperas da mudança da Capital...

dias antes do 21 de abril, o deputado Sérgio Magalhães conseguiu reunir a assinatura de 203 deputados...

Só depois dessa corajosa iniciativa do vice-presidente da Câmara, foi possível ganhar a boa vontade da maioria governamental...

Não é entretanto difícil acompanhar o raciocínio de Lacerda, neste caso. Ele já foi ardoroso partidário da defesa dos mandatos dos vereadores...

Lacerda já ainda, além, não se batendo apenas pela intocabilidade do mandato dos vereadores...

O poder constituinte, para uma Constituição estadual, não exige os mesmos requisitos da Constituinte federal...

cebido pelos vereadores da atual Câmara. Estes, portanto, além de terem mandatos de quatro anos...

Desse que a Câmara aprovou a negociação dos terrenos, entretanto, Lacerda deixou de interessar-se pela sorte dos vereadores...

Um dos comandados de Lacerda, o sr. Theodoros Cavalcanti, dá um exemplo ainda mais gritante de «Niracismo»...

Para Lacerda, agora, trata-se de evitar a todo custo, que se forme uma oposição sólida ao seu governo...

do que uma Câmara de 80 deputados (os constituintes mais os 50 vereadores), a maioria dos quais não tem atualmente qualquer vinculação com o chefe do «Clube da Lanterna».

Por esta mesma razão, a imprensa reacionária tem dado ampla cobertura à campanha udenista contra os vereadores...

Pela Lei em vigor, os constituintes foram eleitos com mandato de dois anos. Pretendem contudo, duplicar ou, mesmo, aumentar para cinco anos este prazo...

E' significativo, por outro lado, que a campanha contra os vereadores recrudescer, e se fale mesmo na anulação de seus atos depois de 21 de abril...

Ajuda

NOVOS RUMOS

Como era esperado, obteve a melhor receptividade entre nossos leitores e amigos o apelo por nós divulgado no penúltimo número deste jornal...

Paralelamente, começam a chegar à nossa redação as primeiras contribuições:

Table with 2 columns: Name and Amount. Includes Ex-rainha da IP (30,00), Um amigo de Pernambuco (100,00), Um republicano espanhol (1.000,00).

pelo povo, como a intervenção na Companhia Telefônica (Light) e a aprovação do Plano de Classificação dos funcionários...

Bondes da Light Ameaçam a Vida Dos Passageiros

Reportagem de ARMANDO FRUCTUOSO

Houve um tempo nesta nossa «Veilhacapa» em que o transporte de passageiros em bondes era considerado o menos perigoso...

A Light e o progresso

Desde criança que lemos propaganda da Light afirmando que a mesma se encontra a serviço do progresso da cidade...

prime várias linhas e, apoiada num regulamento de 1907, demite centenas de trabalhadores e fica com os aumentos de tarifas que o povo paga...

Nossa corporação, que em 1952 tinha 11.279 empregados, com a onda de demissões ficou reduzida e é hoje composta apenas de 6.841 trabalhadores...

Assim, é a Light desmascarada por seus próprios trabalhadores.

Perigo de vida na Zona Sul

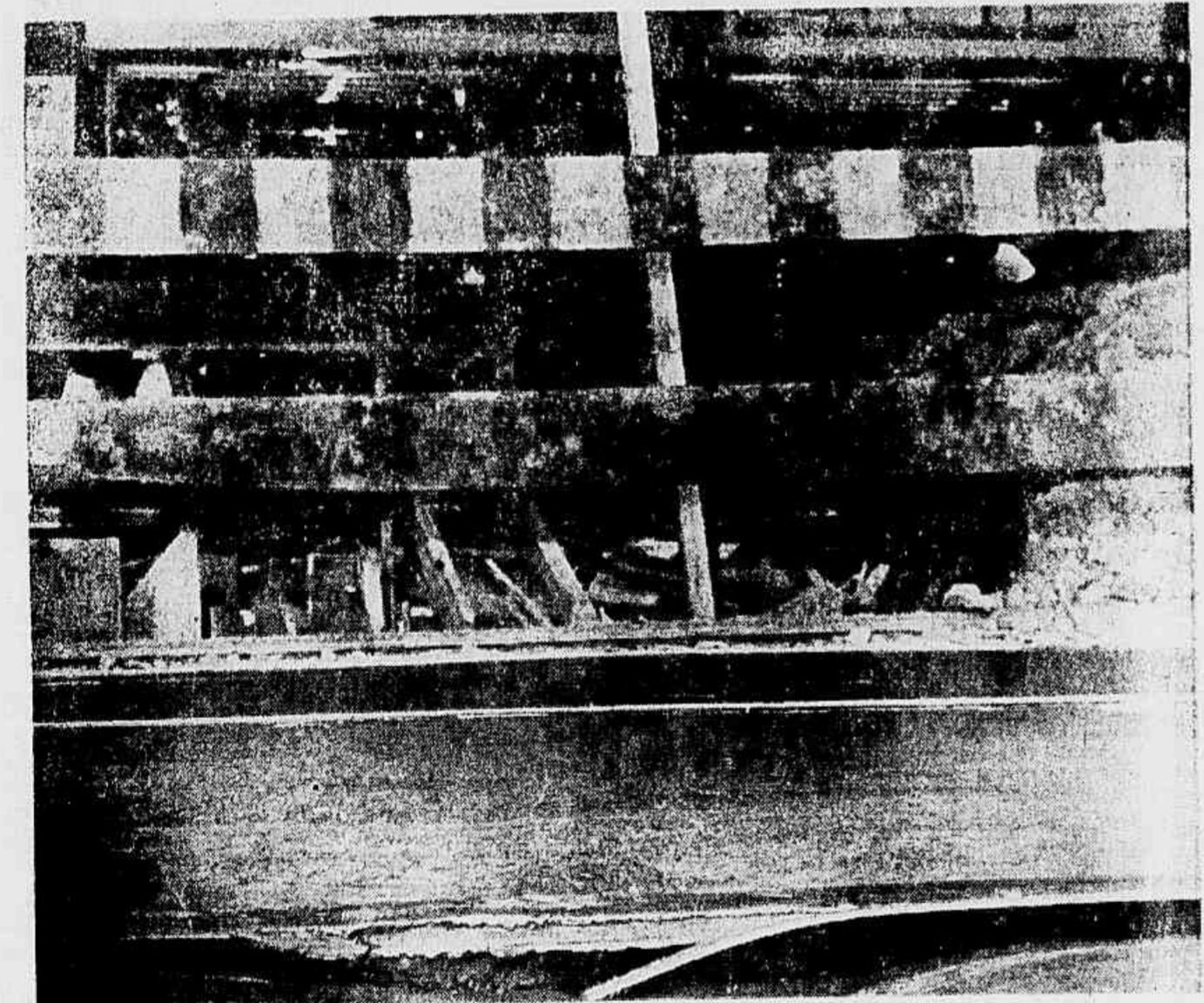
Onde o serviço de Carris está pior é na Zona Sul. Em dezembro de 1960 terminará o contrato da Cia. Ferro Carril Jardim Botânico com a P.D.F.

neiros parecia impossível, está acontecendo — descarrilamentos de bondes em linhas retas, e isto devido ao péssimo estado dos trilhos...

Com os dormentes que sustentam os trilhos, a coisa é escandalosa. A Light retira os dormentes podres mas não coloca novos...

Fomos também informados por motomeiros da Zona Sul que a Light transferiu 15 carros motores e 18 reboques para a 1.ª Seção — Ponte dos Marinheiros...

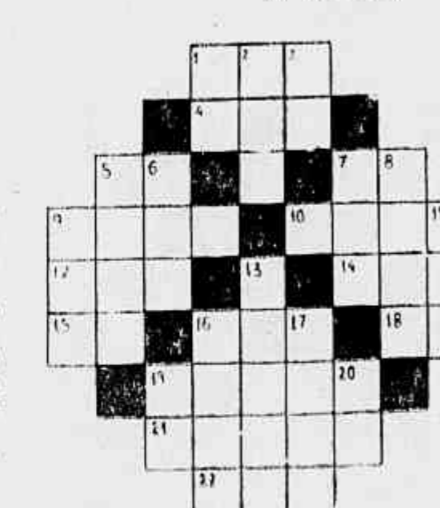
E' preciso que o Departamento de Concessões da P.D.F. abandone o seu «silêncio que vale ouro» e defenda os interesses da população carioca.



Se tens amor à vida... Se tens amor à vida, não andes de bonde. Os acidentes se multiplicam e casos fatais podem se verificar a cada minuto...

PALAVRAS CRUZADAS F. LEMOS

Horizontais: 1 - Espécie de capa sem mangas usada pelas confrarias e irmandades religiosas. 4 - Do verbo "IR". 5 - número indivisível. 7 - Neste momento. 9 - Homem de pequena estatura. 10 - Planta da família das gramíneas. 12 -irmão dos pais em relação aos filhos destes. 14 - Balcão onde se servem bebidas. 15 - Vento. 16 - Termo; remate; acabamento. 18 - Desacompanhado. 19 - Construção junto ao mar, geralmente em forma de torre, em cuja parte superior há um foco luminoso para indicar aos navegantes a entrada do porto ou a existência de recifes na costa. 21 - Planta da família das Aristolochiaceas. 22 - Época; período.



Verticais: 1 - Resposta ao apelo do nome. 2 - Igual; semelhante. 3 - Artista feminino plural. 5 - Juntar; aproximar. 6 - Parte do corpo, na extremidade do braço. 7 - Personagem bíblica, patriarca célebre por sua piedade e resignação. 8 - Criada de companhia (plural). 9 - Registro de sessão de corporações. 11 - Planta da família das Leguminosas-Papilionáceas. 13 - Puxar; sacar. 16 - Cada um dos diferentes aspectos que a Lua e outros planetas apresentam, segundo a maneira como são iluminados pelo Sol. 17 - Alargamento do prazo para pagamento ou restituição de alguma coisa. 19 - 1.ª nota da escala musical. 20 - Tecido fino como esmalta.



Segure sua vida

O carioca que usa os bondes da Light, como meio de transporte, não dá apenas uma demonstração pública de paciência. Revela, ao mesmo tempo, um grande despreendimento e um a coragem fora do comum...

DEMOCRACIA CRISTÁ PERDEU O CONTRÔLE DAS GRANDES CIDADES

Itália: PCI e PSI Governam em Mais de 2.400 Municípios

LUIZ GAZZANO

A Democracia Cristã caracterizou sua administração pela realização de grandes obras, por uma política econômica sadia e pela aprovação de leis do mais alto interesse para os trabalhadores. Apesar disso, os comunistas continuam a ganhar terreno na Itália. — fazendo tais observações em comentário dedicado aos resultados do pleito administrativo realizado nos dias 6 e 7 do corrente, o "Osservatore Romano", órgão oficial do Vaticano, denota perplexidade diante da vitória obtida pelo partido de Togliatti e pergunta o que se poderá fazer de agora em diante para impedir o avanço crescente dos comunistas na Itália.

A preocupação manifestada pelos setores mais conservadores da política governamental italiana e pelo clero, assim como o jogo de números utilizado para provar uma pretensa afirmação do gabinete Fanfani diante dos resultados das urnas, revela no essencial a importância política que foi dada à manifestação eleitoral que, apesar do caráter local (renovação dos conselhos comunais e provinciais) de que se revestiu, foi conduzida pelas correntes em luta sob o signo da aprovação ou não do atual governo italiano e da sua política interna e externa.



O povo julga a democracia cristã

Desgasta

Depois de governar a Itália durante doze anos, a Democracia Cristã apresenta sensíveis sinais de desgaste e vem se mostrando

incapaz de atender aos anseios do povo italiano, que exige uma definição da situação e uma guinada para a esquerda representada pela formação de um governo de coligação democrática e a aplicação da Constituição, assim como pelo combate aos monopólios e à sua ação nefasta ao desenvolvimento progressista da Itália.

Os anseios por tal modificação na composição do governo, que não exclui a participação da própria democracia cristã representada pelos seus setores democráticos e antifascistas, foram expressos pelos resultados do recente pleito, apesar da mistificação de um governo de centro-esquerda (com a participação de republicanos, liberais e social-democratas), tentada pelo DC, tendo à frente Amintore Fanfani (o mais popular líder "esquerdista" do partido), após o fracasso da experiência direitista de Tambroni.

incapaz de atender aos anseios do povo italiano, que exige uma definição da situação e uma guinada para a esquerda representada pela formação de um governo de coligação democrática e a aplicação da Constituição, assim como pelo combate aos monopólios e à sua ação nefasta ao desenvolvimento progressista da Itália.

Os votos do PCI (6.085.788), somados aos dos socialistas de Nenni (3.580.348), representam 38,9% contra 40,3% da DC. Os comunistas avançaram de 1,5% em relação aos votos obtidos na eleição de 1958, mantiveram as posições que tinham no plano provincial e municipal e conquistaram novas comunas. As forças populares, socialistas e comunistas, em muitas cidades aliadas aos social-democratas e republicanos, deverão passar a controlar, pelos dados conhecidos, mais de 2.400 comunas, contra 2.346 que controlavam antes.

há mais de 10 anos pela "esquerda" da democracia-cristã, o avanço dos comunistas propiciou a conquista da maioria absoluta pelas forças populares. Por outro lado, na maioria das comunas já governadas pelo PCI em aliança com o PSI, o partido de Togliatti registrou avanços notáveis, principalmente em Biogna, que desde 1946 é administrada por um prefeito comunista.

Nota Internacional

Subserviência

O Governo de J.K. chega ao fim de seu mandato com uma política externa ainda mais reacionária e subserviente do que a do início de sua gestão. Na semana passada, a Comissão de Tutela da ONU resolveu por grande maioria de votos exigir da ditadura portuguesa um relatório completo sobre a situação de suas colônias na África e na Ásia, como parte de um vasto inquérito sobre a opressão praticada pelo colonialismo português contra estes povos. Enquanto a maioria dos membros do bloco militar da OTAN, com os Estados Unidos à frente, se absteve para não fazer "má figura" diante dos africanos, seis países votaram contra a resolução apresentada pelos afro-asiáticos e apoiada pelos socialistas: Portugal, Espanha, França, Bélgica, União Sul-Africana e Brasil. Em outras palavras, quatro potências coloniais, um país fascista que utiliza o trabalho escravo dos africanos que habitam as colônias europeias e massacrava a maioria africana, e o nosso país, que não tem colônias, não utiliza trabalho escravo de naturais de outros países e não tem inversões em colônias. Como se explica a atitude dos representantes do Governo brasileiro?

Dois motivos existem para essa política reacionária. Um é a própria subserviência de nossos governos em relação ao imperialismo que, mesmo quando por demagogia não toma posição aberta em defesa do colonialismo, exige que seus laços o façam. Outro é a proteção prestada por Kubitschek à agoniante ditadura de Oliveira Salazar. Para sustentar Salazar contra a vontade do povo português tornou-se necessária uma outra ajuda além das armas e do dinheiro entregues pelos Estados Unidos à ditadura: era preciso dar-lhe prestígio e nenhum outro país poderia cumprir este papel melhor do que o Brasil, diante das profundas ligações que existem entre os dois povos. Como se vê, o segundo motivo, na realidade, é apenas uma decorrência do primeiro e a posição do delegado brasileiro na Comissão de Tutela não se deve a qualquer tendência fascizante ou supinamente reacionária que possa ter, mas ao conjunto da política externa subserviente de nosso país. Não tem outro porquê a proteção dada pelo Governo brasileiro à ditadura sanguinária de Stroessner no Paraguai ou os sucessivos incidentes e provocações armados pelo Itamarati.

Para confirmar esta verdade, anuncia-se agora que o Itamarati já enviou instruções à delegação brasileira na ONU para que vote contra a resolução afro-asiática que pede a organização e fiscalização da ONU num plebiscito para consultar o povo argelino sobre seu futuro. O presidente eleito, sr. Jânio Quadros, e a maioria esmagadora da opinião pública e dos círculos políticos e sociais brasileiros já se manifestaram solidários à luta do povo argelino, representado legitimamente pelo Governo Provisório da República Argelina, contra o colonialismo francês. A "estratégia ocidental", nome oficial da política imperialista, entretanto, continua impondo ao governo brasileiro uma política que não é sua e que não serve aos seus interesses.

Fausto Cupertino

«Bossa nova» na lógica imperialista

O sr. Mário Amadeo não e nem melhor nem pior do que o pequeno exército de "boys" que o Departamento de Estado comanda na Assembléia Geral da ONU. Personagem pouco conhecido, o delegado argentino na ONU foi, entretanto, considerado pelas agências internacionais como "muito respeitado" pelos diplomatas das Nações Unidas, segundo telegrama recentemente divulgado pelos jornais. E, portanto, um bom representante da diplomacia dita ocidental.

Falando sobre a representação do Congo na ONU, o sr. Amadeo disse que se o organismo mundial não reconhecesse os regimes revolucionários, ele acabaria transformando-se num "museu de antiguidades". Isto porque o Departamento de Estado mandara Amadeo defender o reconhecimento dos representantes do coronel Mobutu. É interessante observar que, um mês antes, por ordem do mesmo departamento, Amadeo pronunciou um fervoroso discurso em defesa da clique de Chiang Kai-shek que, segundo ele, "representa" 650 milhões de chineses. Em outras palavras, quando o regime é realmente revolucionário e conta com o apoio maciço do povo, aí então Amadeo é "contra"...

«Mão Vermelha» assassina líder africano

A conhecida organização terrorista e colonialista "Mão Vermelha" organizada pelos fascistas franceses para combater os movimentos de libertação nacional na África dita "francesa" assassinou recentemente, na Suíça, o dirigente da União Popular do Camerun, dr. Felix Moumié. Moumié, juntamente com outros líderes da UPC atualmente exilados na Guiné, em Gana e outros estados africanos, dirigiu a luta pela independência de seu país durante vários anos, depois da guerra.

Concedida a independência, o colonialismo francês colocou no governo do Camerun elementos de sua confiança, exigiu que o comando do exército nacional ficasse nas mãos de oficiais franceses e impuseram a perseguição à UPC. O colonialismo francês coloca suas últimas esperanças nos agentes que colocou no Senegal, no ex-Congo francês, na Costa do Marfim, do Camerun e em vários outros membros da "comunidade francesa". Os métodos bandidos e as manobras colonialistas, entretanto, não têm futuro e não tardarão em fracassar completamente.

Primeiro passo

A queda do governo Tambroni, decorrente de imponentes manifestações populares que se registraram em toda a Itália na primeira quinzena de julho, e que custaram a vida de dezenas de antifascistas assassinados pela polícia nas ruas de Roma, Reggio Emilia, Catania e Palermo, constituiu o primeiro passo no processo de luta ativa pela modificação da estrutura do governo italiano. Já em

Quem ganhou e quem perdeu

Tanto no que se refere às eleições provinciais como às municipais, o grande derrotado foi a democracia cristã. Perdeu mais de 2% da votação, representado pelo contingente apreciado de um milhão de eleitores, além do controle de algumas das grandes cidades da Itália. Os reflexos disso, apesar de os homens do governo

Por outro lado, é de se registrar a importância do avanço obtido pelos comunistas, nos grandes centros industriais do norte da Itália (Milão, Turim e Gênova), que possibilitará a formação de juntas e a eleição de prefeitos dos partidos democráticos e populares. A vitória do PCI é de grande significação sob esse aspecto, pois permite afastar os democrata-cristãos do poder em cidades como Turim, Gênova, Milão e Florença. Nessa última cidade, governada

Os outros partidos

Em relação à votação dos outros partidos, deve-se registrar um avanço dos social-democratas e dos liberais, que no plano federal flutuam na área do centro-esquerda, a estabilidade dos republicanos, também dessa área, e um avanço do MSI (fascistas) em detrimento dos monarquistas.

Os socialistas de Nenni perderam votos em relação a 1958. Tal fato se deve principalmente à posição dubia tomada pela direção do partido, e pelo próprio Nenni, em relação ao governo democrata-cristão e à política de aliança com os comunistas.

Congresso Congolês Denuncia: Casavubu Agente Dos Belgas

O primeiro-ministro Patrice Lumumba dirigiu uma proposta à ONU para que ela fiscalize a realização de um plebiscito em todo o Congo para que o povo diga qual o governo que considera legítimo. Lumumba desiste assim de suas prerrogativas de chefe do governo legal, apoiado pelo Parlamento, para que se resolva definitivamente a crise política que dura quase desde a independência do Congo. O presidente Casavubu, que atualmente se encontra na ONU ainda não disse nada sobre a proposta de Lumumba, mas é provável que não concorde com ela. Casavubu e o coronel Mobutu, que dirigiu o terceiro golpe de Estado inspirado pelo Presidente e pelos belgas, não estão interessados em que a normalidade volte ao país, pois esse será o fim de seu poder.

Durante os debates sobre o Congo na Assembléia Geral, suspensos na semana passada contra a vontade dos Estados Unidos e dos belgas, que queriam forçar a ONU a coonestar o governo ilegal de Mobutu, o Senado e a Câmara do Congo se dirigiram à Assembléia nos seguintes termos: "Casavubu não deixou o país sem o consentimento do Congresso e não fala em nome da nação congolês". Em outras palavras, a própria presença de Casavubu em Nova Iorque é irregular.

O dedo dos belgas

Prosseguindo, o telegrama, assinado pelos presidentes da Câmara, Josef Casongo, e do Senado, Josef Oqueto, mostra que os ver-

dadeiros responsáveis pela atuação de Casavubu e de Mobutu são os belgas "que não hesitaram em utilizar os meios menos escrupulosos possíveis para derrubar ou despojar de seus poderes o governo legal eleito pelo povo e presidido pelo primeiro-ministro Patrice Lumumba. Congolezes foram corrompidos pelo dinheiro dos grupos financeiros e a Segunda Divisão do Exército belga forneceu armas e munições ao Exército congolês e corrompeu seus oficiais pagando-lhes milhões de francos para isso."

Depois de lembrar que o presidente Casavubu desobedeceu a Constituição do país ao desconhecer a decisão do Congresso que rechaçou sua tentativa de afastar o primeiro-ministro Lumumba do governo, o telegrama do Congresso acusa Casavubu, juntamente com Mobutu e Justin Bomboco, presidente dos chamados "comissários gerais" criados por Mobutu para disfarçar seu regime militar, por terem servido de agentes para as manobras dos belgas. Milhões de francos foram entregues a Mobutu pelos colonialistas para "corromper as massas congolezas, os membros do Parlamento e os funcionários, e para assumir o controle da situação política em nome dos paternalistas belgas".

Mobutu apertado

A posição do Congresso congolês exprime apenas o estado de espírito que reina em todo o Congo.

Na própria capital do país, Leopoldville, o coronel Mobutu não pôde sair de seu quartel-general sem a proteção de grande número de soldados. Depois de manter preso durante alguns dias o chefe do governo da província de Leopoldville, Mobutu foi obrigado pela pressão popular a colocá-lo em liberdade. O chefe do governo provincial, Clefhas Camitatu, como a maioria dos governantes provinciais, apóia o governo legal de Lumumba e se opôs aos desmandos de Mobutu e suas tropas vendidas aos belgas. A polícia provincial de Leopoldville passou a guardar todas as ruas da cidade, impedindo qualquer violência do Exército contra o povo. O próprio comando da ONU se viu obrigado a auxiliar Camitatu e suas tropas foram postas à disposição do governo provincial, apesar dos protestos de Mobutu. A prisão de Camitatu foi um verdadeiro tiro pela culatra, porque agora Mobutu teve que aceitar um acordo mediante o qual suas tropas só poderiam agir com o consentimento do governo provincial.

Também na província de Orient, onde os partidários de Lumumba ganharam as eleições quase por unanimidade, os belgas e seus auxiliares no Congo, Casavubu, Mobutu, Bomboco e companhia, tentaram organizar uma conspiração militar para derrubar o governo provincial. Alguns oficiais de Stanleyville, receberam dinheiro das companhias mineiras belgas mas não conseguiram desempe-

nar sua missão, porque os soldados, a polícia provincial e o povo de Oriente esmagaram a conspiração antes que ela pudesse ser iniciada.

Desculpa esfarrapada

Enquanto isto, em Bruxelas, o governo colonialista belga reclamava contra o relatório preparado por Rajeshwar Dayal, representante da ONU no Congo condenando as manobras belgas para manter o caos no país e impedir sua emancipação completa. O governo belga não pôde desmentir as acusações de subversão, intervenção nos assuntos do Congo, suborno de funcionários civis e militares, e organização de conspirações para derrubar o governo legal do país. Protegidos pelos Estados Unidos, os colonialistas belgas procuram entravar a ação da ONU no sentido de garantir a legalidade no Congo e forçar o organismo internacional a defender seus privilégios e agentes no país.

A ONU deve decidir de uma vez por todas qual o seu papel no Congo: defender a independência do país ou servir de cobertura para a restauração do colonialismo. A realização do plebiscito é uma forma concreta de restabelecer a legalidade, já que os funcionários das Nações Unidas parecem continuar acreditando que garantir as prerrogativas do Congresso e do governo legal do primeiro-ministro Lumumba significa intervir nos assuntos internos do Congo.

Enquanto Eduardo Victor Haedo, que no próximo ano presidirá o corpo executivo colegiado que governa o Uruguai, dizia em Manhattan a Nikita Kruschiov que ele (Haedo) representava o país mais democrático do mundo, em Montevideu, a atmosfera ia ficando carregada.

A polícia esgotava seu estoque de gás lacrimogêneo «made in U.S.A.» para dissolver violentamente manifestações estudantis, e poucos dias mais tarde o governo, que em princípios do mês enviara sua «Carta de Intenções» ao Fundo Monetário Internacional, organizava uma exibição espetacular de força, apelando para o Exército, para a polícia e até para os bombeiros a fim de «atacar na linha» os estudantes e impedir de qualquer outra manifestação que também havia sido proibida.

usado dessa vez. (Sabia-se extra-oficialmente que o gás lacrimogêneo estava esgotado há quatro dias, quando a polícia dissolvera uma manifestação estudantil usando as suas reservas de gás na proporção de 60 granadas por quarteirão e uma centena dentro do edifício da Universidade).

Por fim, o Comitê de Greve Universitário anunciou que desistia da manifestação. E as explicações vieram pela boca do dirigente estudantil Hugo Echaviz: falando no comício, rodeado pela polícia, explicou a seus companheiros indignados que «não devemos deixá-los assassinar; saímos para as ruas no momento que os estudantes escolherem, e não no momento que o governo escolher» e que «nós os estudantes não vamos servir de pretexto para que o governo declare as Medidas de Fronteira Segurança» (Estado de Sítio).

Outras ações

Dessa forma, o governo uruguayo, presidido este ano por Benito Nardone, marcou um lento na guerra não declarada que mantém com os estudantes. Mas as trincheiras persistem: o estudantado anunciou agora outras táticas de combate: organizar comícios relâmpagos, buscar a efetiva ação comum com os sindicatos, sob o lema já consagrado de «Operários e Estudantes Unidos e Adiante». E o eco demorou muito pouco; o poderosa Plenário Sindical, formado pela Central Única de Trabalhadores Uruguaios e Grêmios independentes, correspondendo a 250.000 trabalhadores, — praticamente todo o trabalho sindicalizado do país — deu a conhecer seu apoio à «justa luta dos estudantes» e anunciou que acompanhará essa luta «no terreno que as circunstâncias exigirem».

Capitulações diante do FMI e conseqüências

A primavera uruguia iniciou-se sob tais signos, e mais estes outros uma solicitação do governo uruguayo ao Fundo Monetário Internacional pedindo um empréstimo de 30 milhões de dólares (que evidentemente a Uruguai já havia proporcionado ao F.M.I.); a correspondente «Carta de Intenção» anunciando uma série de medidas gratuitas ao organismo; um pedido (aprovação) de julgamento político para o Conselho Haedo por ter-se ausentado do país sem permissão da Assembléia Geral (Parlamento); a eliminação quase total de todos os entraves à importação, cumprindo o governo parte do prometido ao F.M.I. na Carta de In-



Estudantes e operários unidos

tenção; o conseqüente protesto das indústrias que falam de golpe mortal à indústria nacional, fechamento de fábricas e desemprego; um discurso do Presidente da Federação Rural dizendo que o Uruguai «tem por enquanto um destino pastoril e agrícola» ao que o ministro da Agricultura e Pecuária (Carlos Puig, que também é ministro do Interior e, por conseqüente, o chefe da repressão anti-estudantil) deu sua aprovação; uma greve geral de 12 horas realizada pelos sindicatos em defesa da Revolução cubana; e uma segunda greve geral de 48 horas dos mesmos sindicatos «em defesa das liberdades democráticas e contra o F.M.I.» Tudo em pouco mais de um mês e, desde antes, desde 15 de agosto, a greve têxtil que paralisa uma das indústrias mais importantes do país, resistindo ao congelamento de salários que, segundo se diz, é condição secreta para a concessão do empréstimo do F.M.I.

E, desde antes mesmo, desde que em novembro do ano passado o Governo decretou a Reforma Cambial por sugestão do F.M.I., abalando os tipos de câmbio preferenciais e eliminando os convênios bilaterais de comércio exterior, uma inflação galopante que des-

fez a um velho e consagrado lema — «Operários e Estudantes Unidos e Adiante» — os trabalhadores e estudantes uruguayos estão empenhados em luta tenaz em defesa da soberania nacional do seu país, da vida e da felicidade do povo da vizinha República. A 20 de outubro último, apesar das ameaças de provocação e repressão por parte da polícia, realizaram uma grandiosa manifestação (foto) pelas ruas da capital do seu país, em defesa das liberdades democráticas e contra as perigosas concessões que o governo está fazendo ao FMI.

Estranho

amanhecer

A «Cruza da América», ou pelo menos as maiores de sua capital, despertaram a 1 de outubro e viram o centro da cidade em pé de guerra: a avenida principal, 18 de Julho, e as ruas paralelas, duas de cada lado, interditadas ao público; em cada esquina pelotões da divisão de Segurança, da Guarda «pública», do Exército, equipados com pistolas lança-gases, mautares e metralhadoras; nos parques e em outros pontos estratégicos, destacamentos do Exército acampados à espera; pelas ruas vedadas ao trânsito normal circulavam patrulheiros, jipes, ambulâncias, carros «Neptuno» e caminhões militares carregados com tropas.

O espetáculo pouco comum não causou grande surpresa; sabia-se que os estudantes iam promover uma manifestação — ou pretendiam fazê-lo — pelas ruas centrais, reclamando maiores recursos para o orçamento universitário. Surpreendente era o aparato terrorífico disposto para a ocasião; os moradores mais antigos não se recordavam de ter visto nada parecido.

Na

Universidade

Cerca de 1.500 policiais e soldados sitiaram os 2.000 estudantes que se haviam reunido em frente à Universidade. As brigadas lança-gases estavam em silêncio por trás de suas máscaras que, estranhamente, deixavam descobertos os olhos; esse detalhe revelou que as pistolas não estavam carregadas com o mais ou menos inofensivo gás lacrimogêneo, mas não houve oportunidade para se apurar o que ia ser



Rua deserta fala de greve

No quadro da luta do povo uruguayo contra o governo entreguista de Benito Nardone, o «duce» de novo estilo, trabalhadores e estudantes promoveram duas grandes greves de protesto, uma de 12 e outra de 48 horas. O apelo foi respondido pela população de Montevideu e a rua deserta atesta o sucesso da manifestação.

NOVOS RUMOS

Estranho

amanhecer

A população de Montevideu ficou certamente surpresa com a fisionomia de sua capital, ao amanhecer do último dia 1º de outubro: o centro da cidade estava em pé de guerra. Tanto a Avenida 28 de julho como as ruas paralelas, duas de cada lado, estavam ocupadas militarmente e vedadas ao público. Por quê? Para reprimir os estudantes uruguayos.

Uruguai: Povo Resiste à Tirania do FMI

Por MUÑOZ UNSAIN
Serviço especial de PRENSA LATINA

concertou até as repartições públicas e as estatísticas: durante o mês de agosto o custo da vida aumentou em 7,10 por cento, de acordo com o Ministério da Fazenda, mas só em 0,75 por cento — segundo as Indústrias.

Nardone, presidente do Conselho Nacional do Governo, prossegue com suas palestras pelo rádio diariamente, feitas sob o pseudônimo de «Chico Tozo», numa linguagem um tanto gauchesca e muito pouco sintática. Fala de «dissolventes ideologias forasteiras» e declarou que sente «um mau cheiro de fora» quando alguém se refere à Reforma Agrária. E os grandes criadores de gado viram converter-se em novos ricos os seus novilhos, ao subir meteóricamente o preço da carne.

Entretanto, a tese das «ideologias forasteiras» aplicada a toda situação

difícil não vinga, a não ser nos grandes jornais, filiados à S.I.P., onde continuamente aparecem «reportagens», «relatos», «artigos» e notas «jornalísticas» de procedência oculta culpando o «comunismo internacional» por quase tudo.

Fantasma gasto e governo inquieto

A maioria dos leitores aprenderam a sorrir diante de tais versões «objetivas». Os comunistas não são muitos no Uruguai, e todo mundo sabe disso. Esse fantasma, diz-se nas ruas, está muito gasto.

As manifestações operário-estudantis de agora fazem lembrar as de outubro de 1958 que preludiam a queda, depois de 93 anos de governo, do Partido Colorado nas eleições de 30 de novembro daquele ano.

Os estudantes têm fé em si. Os operários estão seguros de suas forças. Ninguém quer tomar parte em grandes movimentos. Por ora, simplesmente estão dispostos a fazer respeitar as liberdades sindicais e democráticas, a defender seus salários e a educação. Mas o panorama se está complicando demais.

E o governo não se sente tranqüilo diante de manifestações como as de 20 de outubro, quando 25.000 operários e estudantes — apesar da polícia — desfilarão pelas ruas da cidade repetindo um estribilho inquietante: «PAREÃO».



Estranho amanhecer

A população de Montevideu ficou certamente surpresa com a fisionomia de sua capital, ao amanhecer do último dia 1º de outubro: o centro da cidade estava em pé de guerra. Tanto a Avenida 28 de julho como as ruas paralelas, duas de cada lado, estavam ocupadas militarmente e vedadas ao público. Por quê? Para reprimir os estudantes uruguayos.

EU VI OS MÁRTIRES ARGELINOS (I)

Só Agora as Crianças Aprendem a Brincar

MADELINE RIFFAUD

De L'HUMANITÉ exclusivo para ...

Compreenda quem puder. Não poderá dizer tudo. Chegou o tempo em que os jornalistas devem escolher suas palavras para exprimir o que viram, o que sabem, o que é verdade... quando se trata de uma certa guerra.

Eu volto do Outro Mundo. Chama-se Tauré, Le Kef, Sassié. Poderia ser também Souk El Arba, Gafsa, Sbeïtla... O Outro Mundo está nas fronteiras da Tunísia com a Argélia, onde há a guerra.

Caminhei por lá, caminhei muito. São montanhas nuas, uma paisagem lunar, quase sem árvores e sem pastos. Pedras e areias onde sopra um vento que rescende a morte...

Que os críticos se tranquilizem. Não procurei os soldados da ALN nem os vi. Não era este, aliás, meu objetivo.

Mas, argelinos, sim, eu encontrei. Serão 160.000, dos quais pelo menos 50.000 crianças perdidas. Quem pode enumerá-los exultantemente espalhados como estão, ao acaso do êxodo sobre algumas centenas de quilômetros de fronteira, ao longo da linha Marice?

Se não há mais pássaros é porque foram comidos há muito tempo, por meninos que fossem.

Volto do país da fome, duma infelicidade imensa em que os donativos vindos do mundo inteiro nada mais podem fazer senão ajudar a sobreviver.

Uma criança argelina me disse: «Tua máquina de escrever faz um ruído de uma metralhadora muito afastada... A criança que tinha a idade da guerra e tinha em sua cabeça apenas metralhadoras e fuzis, a criança que tinha fome na montanha tunisina, entretanto, me disse também:

— Estamos bem aqui. Você vê, estamos contentes aqui. Você vê, estamos tranquilos aqui.

A alguns quilômetros do lado argelino a guerra fazia, naquela manhã, eu me lembro, seu ruído de foguetes...

O mais velho levava uma marmitta

Orfãos. «Pedidos sem coleira»... Eles são milhares nas fronteiras do Marrocos e da Tunísia. Numa Argélia em chamas, quantos serão? Falaremos mais uma vez das fronteiras. Desceremos ao inferno. Procuraremos chegar mais perto, hoje, até os «privilegiados», nos subúrbios de Túnis.

Em cinco casas, das quais a primeira foi aberta há dois anos e com grande dificuldade pela UGTA (União Geral dos Trabalhadores Argelinos), há atualmente cerca de mil órfãos argelinos.

Entregue a sua cólera, a guerra aí os lançou. Estes dois pequenos que agora se dão a mão... Foi quando o exército arrasou as cidades, próximas de Souk Arras, para estabelecer zonas interditas à população suspeita de ajudar a ALN. Um dia, de manhãzinha, depois de um bombardeio interminável, foram vistos saindo da montanha, dirigindo-se para a fronteira da paz. «Nós nos escondemos no bosque».

Eles se dirigiram para as sentinelas tunisinas, minúsculos sobre a encosta, presos um ao outro pela mão, descalços, vestidos de farrapos. O maior trazia, Deus sabe por que, uma marmitta de barro, com sôpa, Vazio, é claro...

São legiões de pequenos polegares da linha Marice, sem casa, sem pai, sem mãe, sem nada mais do que lembranças que os fazem berrar durante a noite. Alguns são mutilados, têm uma perna ou um braço amputados. Muitos, quando chegam das fronteiras, estão atacados de tuberculose, raquiticos na

O novo êxodo

melhor das hipóteses. Seus cabelos ondulados são devorados pela tinxina. Eles não sabem mais sorrir. Recusam-se durante muito tempo a brincar. Ao fim de algum tempo, eles não «reaprendem» a brincar, entendem? Eles «aprendem»

Nos primeiros meses, eles têm o hábito de esconder sob os colchões ou em seus bolsos uma parte do pão que recebem. Ainda incapazes de compreender (pois isto jamais lhes havia acontecido antes...) que daí em diante irão malhar sua fome, duas vezes por dia.

Durante muito tempo, se mantêm reservados diante de seus monitores. Entretanto, muitos deles são argelinos e, embora não tenham estudado pedagogia, eles a inventam novamente pela força da ternura: «Estas crianças são pequenos lobos nascidos da guerra e da guerra. Outros são como homens, sérios demais e já combatentes que seu exército teve de lançar à força em território tunisino. Aos 10 anos, elas querem combater...»

Nós lhe damos o máximo de liberdade possível, deixamos que elas se adaptem. Uma casa, um jardim, uma cama, livros, tudo isto as assombra, às vezes até mesmo apavora-as porque não estão habituadas. Dizemos: «Coma, durma, desenhe o que quiser. Nada lhes é exigido. Gostariamos que elas esquecessem...»

Foi por seus desenhos coloridos de aquarela que eu inicialmente entrei em contato com as crianças da casa chamada «Yasmina», uma palavra que quer dizer «jasmin», em Marsa, perto de Túnis.

Os burrinhos estão de cabeça para baixo

Havia cidades, paisagens, mas sempre com aviões sobrevoando. Como todas as crianças do mundo, os pequenos argelinos desenham casas, burrinhos, tiens. Mas as casas são rasgadas pelos bombas, os bichos têm a cabeça para baixo, os tiens saltam de seus trilhos sob os golpes dos partisans. Outros desenhos representam homens ligados por cadeias e que os soldados espancam com chicotes. O que Said, de 6 anos, quis contar foi o golpe da «magneta». O outro, Ali, de 9 anos, desenhou um cão. Muito bem! Mas, olhando melhor, vê-se que o cão tem um ser humano sob suas patas. Este universo infantil é uma apocalipse em que as cores violentas falam do sangue, da tortura... Que histórias enchem estas cabecinhas, que incêndios estão refletidos em seus olhos?...

A gente pensa que sabe tudo sobre a guerra. Depois uma criança nos elha ou faz um desenho na nossa frente. Então, compreende-se subitamente que embora se tenha revelado, escrito, gritado sobre os horrores que engendrou depois de seis anos a guerra da Argélia, diz-se apenas, na realidade, muito pouca coisa...

Porque uma tarde estas crianças se abrem sem que nada se lhes tenha pedido. Também comigo elas falaram. Em «Yasmina», as «grandes» fazem um jornal em árabe em francês. Porque lhes é ensinado o francês, porque «fazemos diferença» — disseram-me os monitores argelinos — entre os colonizadores e seu povo. Isto o prova...

Expliquei que nós também fazemos um jornal para dizer a verdade às pessoas. Com 10 anos, um argelino pode compreender perfeitamente tudo isso. Algumas vieram, umas depois das outras... sem qualquer monitor.

Com as palavras francesas ou de dialeto que elas conhecem, ajudam-se umas às outras quando esquecem uma

palavra. Durante horas elas me cantaram tanta coisa que daria para fazer um livro. Só parávamos para a hora da refeição (um prato de feijão branco, é tudo o que havia para comer, e pão, mas o bastante para não ter fome).

«Minha mãe? Está morta...»

«Meu pai está na prisão dos militares. Era um fellah. Quase não tínhamos terra nossa. Trabalhava-se para o colono. Eu era pastor. Jamais estive na escola antes daqui. Minha aldeia já não existe mais. É por isso que estou aqui. Todos aqueles que podiam correr se salvaram. Isto aconteceu quando quiseram instalar a linha elétrica (A linha Marice, entre a Tunísia e a Argélia). Havia um vizinho nosso que era velho, não entendeu a ordem dos militares quando lhe disseram que se retirasse. Então ele foi queimado. Minha mãe está morta...»

«Eu guardava as vacas, com minha irmã. Quando voltamos certa tarde não havia mais a aldeia. Tudo estava queimado. Não sei onde estão meus pais. Há um menino que se chamava Belkacem e que se escondeu. Ele viu que a «França», aqueles que têm os olhos vermelhos, faziam com que todos paríssem com os braços para o ar, assim. Nós, com 12 rapazes, dissemos: «Vamos para a Tunísia». Morávamos a 10 quilômetros de Souk-Arras. Ponha o nome da aldeia, não ponha o meu nome porque meus pais talvez estejam com os militares, no campo. Caminhamos dois dias, duas noites, escondi-nos. Encontramos a ALN. Eles nos deram de comer. Deram-nos um guia para chegar à fronteira...»

«Meu pai era mineiro, em Kouif. O trabalho o liquidou. Eu tinha 9 anos, fazia o abastecimento para os djounouns (os combatentes). Nas, os rapazes, é verdade, passávamos por toda parte, sabíamos muitas coisas. Por isso é que eles também espancavam os pequenos como os grandes. Aqui, os outros rapazes me chamam de «o sargento». Meu nome é Ahmed B. H. Tenho onze anos agora. (Ele tem um sorriso muito branco, os dentes pontagudos, os olhos muito vivos. Sinto contra mim seu calor de rapaz confiante. Ele tem muita vontade de falar). Um dia minha mãe me disse: «Vá ver seu tio em Tebassa, no hospital». Eu fui. Meu tio me disse: «Tenho 200 francos. Vou morrer, já não preciso mais deles, tome-os e depois vá comer alguma coisa». Na rua, era quase noite, encontrei um soldado um pouco bêbado tocando 10 vacas, que tinham sido roubadas de algum lugar. Ele me disse: «Tome as vacas e conduza-as ao posto francês». Pensei: os djounouns têm fome no djebel. Não tive medo. Fui para a montanha. Embora fosse de noite, caminhava com as vacas. Vi um fôgo, os djounouns me disseram: «São para nós as vacas?». Eu lhe disse: «Sim». Eles me tomaram em seus braços, me beijaram, deram-me de comer. O oficial me disse: «Você será sargento!». Depois eu não podia mais

descer para a cidade. Combatia-se ali. E além disso o soldado podia me reconhecer. O oficial me disse: «Você vai para a Tunísia aprender a ler». Eu chorei para ficar com eles. Os djounouns não quiseram. Então eu aprendi a ler. Não sei o que aconteceu a minha mãe...»

«Eu corria mais depressa que o cachorro»

Um outro menino tem o braço amputado. «Aconteceu quando nós nos salvávamos atravessando a linha... É preciso que eu estude bem. Porque tenho apenas um braço. Eu poderei ser professor mais tarde...»

«... Quando eu fugi, tudo queimava, todo mundo atirava. Havia gente morta por toda parte. Eu conduzia o burro que puxava o charrete. A família se afastou de mim. Talvez eles estejam mortos...»

«Em cima de mim, sabe, eles jogaram o cão. Tenho as marcas (ele levanta seu short, é verdade). Mas eu corria mais depressa que o cachorro. Eles levaram meu pai para o campo. Era um guarda campestre, mas ele aproveitava para ajudar nosso exército. Minha mãe foi procurar seu corpo. Quando eu a vi, todo esburacado, assim, caí ao chão. Fiquei dois dias com febre. Minha mãe me disse: «vai embora, porque se eles voltarem...»

Agora entrou o monitor: «É preciso ir brincar, diz ele. E você, Amor, está na hora da aula.» Ele se

desculpa: «Contar alivia-os, mas agora basta. À noite é que é duro para nós, quando eles sonham alto. E depois quando eles ficam doentes, o que acontece frequentemente, e que se os ouve gritar: «Mamãe! Mamãe! Felizmente eles nos amam muito. Em geral, apesar de tudo o que aconteceu, eles estão prontos a amar. São formidáveis os meninos...»

Veja, você, por exemplo, eles a aceitaram rapidamente. É que eles viram antes médicos austriacos, holandeses. Eles não têm mais medo de pessoas vestidas a europeia. Também recebemos mercadorias da URSS, da China, da França. Eles sabem. No início, diziam: «Digam-nos, como é possível isso? Eles nos enviam comida e livros. Eles choram, nos abraçam muito, querem a paz com a Argélia. Mas lá, na nossa terra, só nos fazem mal. Por quê?»

Eu sentia ainda nos meus braços os pequenos corpos frágeis. Tinha nos olhos seu sorriso, seu olhar, oferecido sem reservas. Tinha nos ouvidos outras histórias que não posso, não, realmente não posso, você compreende porque, reproduzir aqui. Nada pude responder ao monitor.

Além disso, este estava feliz, repentinamente comovido ao ponto de chorar, com um desenho na mão: «É formidável Ben Aid desenhou flores. É a primeira vez. E ainda por cima com a mão esquerda! Porque Aid, quando você souber...»

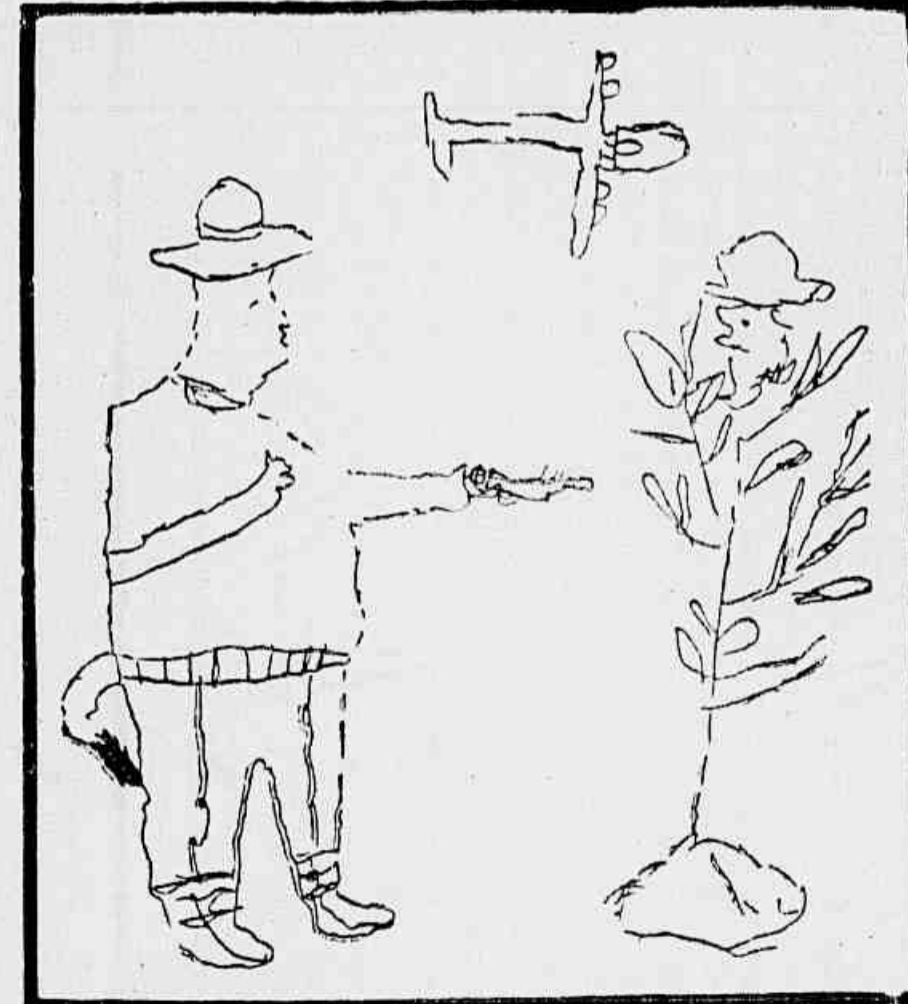


Mutilado para o resto da vida

Nem as crianças conseguem escapar à sanha do exército colonial francês na Argélia. Desde muito cedo elas aprendem a saber o que significa uma guerra, igualadas aos adultos em seus sofrimentos.



De um momento para o outro as tropas coloniais francesas surgem numa aldeia e ordenam aos seus habitantes que se retirem imediatamente. Poucas horas depois as casas estão reduzidas a cinzas. Dezenas de homens e mulheres são presos e assassinados, e seus filhos, quando conseguem escapar, têm que fugir para as montanhas ou para os bosques e depois procurar o auxílio da ALN e se refugiar na Tunísia. As cenas de chacina, pilhagem, assassinato, bombardeio e tropelias ficam gravadas em seu espírito para o resto de suas vidas.



Flagrante de uma guerra

Todos os desenhos feitos pelas crianças argelinas refugiadas na Tunísia mostram invariavelmente cenas de bombardeio ou de assassinato, os animais geralmente são mostrados de cabeça para baixo... mortos...

NOVOS RUMOS

PARA ONDE VAI O NOSSO MANGANÊS (I)

EUA Estocam em Seu Território Reservas de Manganês do Brasil

«Pesa sobre toda a indústria siderúrgica dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Estados do Sul séria ameaça de exaustão de nossos cansados depósitos manganêsferos», declarou recentemente o renomado geólogo Iphygênio Soares Coelho, durante a Semana de Estudos Geológicos e Econômicos do Quadrilátero Ferrífero, promovida pelos estudantes da Escola de Minas de Ouro Preto no fim do mês passado. A advertência se torna tanto mais grave pela autoridade

de daquele que a fez. Muitas outras advertências têm sido feitas no mesmo sentido. E não obstante o Brasil continua dilapidando suas reservas de manganês, comprometendo o seu futuro siderúrgico, sem levar em conta a dura lição de Cuba, outrora grande fornecedora de manganês aos Estados Unidos, e que hoje vê-se obrigada a importar esse minério.

Material estratégico

O manganês é considerado, quer por sua absoluta necessidade para

a indústria siderúrgica, quer pela parcimônia com que aparece no subsolo de nosso planeta, como matéria-prima altamente estratégica. Tanto é assim que os Estados Unidos dela fazem estocagem, para isso importando mais do que o necessário para seu consumo interno.

Além de indispensável na produção de aço comum, o manganês é largamente utilizado na indústria de aços-liga e aços especiais, pois confere a estes qualidades como tenacidade, maior resistência ao choque e à abrasão, aumento da

resistência mecânica, etc. Assim, os chamados aços a manganês são especialmente utilizados na construção de rodas de carro, peças de pontes, ferramentas cortantes e quaisquer maquinarias sujeitas a fortes e continuados atritos, além de serem imprescindíveis em qualquer indústria de armamentos.

URSS faz represália

Explica-se dessa forma que os países mais industrializados sejam os maiores consumidores de manganês e que os Estados Unidos, por possuírem apenas reservas de muito baixo teor, e de difícil aproveitamento, sejam o maior importador desse minério. Já em 1950 os Estados Unidos dependiam em cerca de 95% das suas necessidades do manganês importado e hoje importam anualmente mais de 2 milhões de toneladas.

Até 1939 a União Soviética foi o maior fornecedor de manganês dos EUA, fornecimento este interrompido com a II Guerra, quando a Índia começou a ocupar o 1º lugar, seguida do Brasil e da Costa do

Marfim. Em 1945, a URSS voltou a fornecer manganês aos EUA, suspendendo novamente o fornecimento em 1952, em represália ao *Battle Act*, lei norte-americana de 24 de janeiro de 1952, segundo a qual ficou proibida a exportação de materiais que pudessem ser utilizados para fins militares e para-militares para a União Soviética e todos os países comunistas.

Brasil: maior fornecedor

Por outro lado, a Índia passou a adotar uma política de defesa de seu manganês, exigindo aumento de preço e elevando, em 1957, o imposto sobre a exportação desse minério. Além disso, depois dos acontecimentos de Suez, aumentaram as taxas de fretes e seguros das mercadorias que atravessam o Canal, o que igualmente encareceu o manganês indiano. Tais fatores contribuíram para que a partir de 1957 o Brasil passasse a ser o maior fornecedor de manganês aos EUA, chegando no ano passado a abastecer cerca de 40% das suas necessidades.

Os Estados Unidos não importam apenas o manganês necessário à sua utilização presente. Desde 1939, quando Roesch aconselhou ao governo americano adquirir um excedente de 200 a 300 mil toneladas sobre o consumo, para a formação de estoques, os Estados Unidos vêm agindo no mercado internacional com vistas a este objetivo de estocagem. De fato, nos EUA, o montante conjunto da produção interna e da importação de manganês supera o montante consumido, como se verifica no quadro abaixo.

MANGANÊS NOS EUA

	1956	1957
Produção	345	325
Importação	2.222	2.780
Total	2.567	3.105
Consumo	2.264	2.105
Excedente estocado ..	303	1.000

Nota Econômica

A produção mundial de café exportável situa-se atualmente entre 65 e 75 milhões de sacas, ao passo que o total mundial das exportações não ultrapassou ainda os 40-45 milhões de sacas. Essa elevada margem entre a produção e o consumo faz com que o mercado do café se caracterize cada vez mais por uma acirrada concorrência. Os convênios e acordos firmados entre os produtores, num mundo marcado pela livre concorrência, não podem, evidentemente, impor uma disciplina completa aos negócios, apesar de constituírem um passo à frente, ainda que débil, em favor dos países produtores. Em outras palavras, o que se pode dizer é que os mencionados acordos têm contribuído para que a redução dos preços do café no mercado internacional se opere mais lentamente do que quando eles ainda não haviam sido assinados. Isso é o que tem mostrado a prática.

É nessa conjuntura que se situa o problema dos fretes do café. Qualquer fator que interfira na estrutura dos preços do produto tem a máxima importância. No que se refere somente ao frete, pode-se aquilatar o vulto do problema levando-se em conta que representa mais de 5 por cento do preço do produto. Com efeito, uma saca de café posta a bordo no Brasil, custa cerca de 44,5 dólares (ao preço oficial de 33,77 "cents" de dólar por libra-peso, para o Santos tipo 4), enquanto o frete cobrado oficialmente é de 2,5 dólares por saca.

As maiores exportações brasileiras destinam-se aos Estados Unidos e Canadá. Somente os Estados Unidos absorvem mais de metade de todas as vendas de café do Brasil. Também no que se refere ao consumo mundial, os Estados Unidos estão em primeiro lugar: suas importações vão além de 50 por cento de todas as importações. Em 1959, sobre um total de 41 milhões de sacas de café exportadas, os Estados Unidos importaram 23 milhões. Estes números mostram a importância do mercado norte-americano nos negócios do café, e, de outro lado, a sensibilidade dos preços do produto neste mercado em relação aos fatores que os formam.

Torna-se claro, assim, que o café que pagar frete mais baixo, leva vantagem no mercado. As exportações brasileiras de café têm seus fretes regulados pela Conferência de Fretes Brasil-Estados Unidos-Canadá. São onze as companhias de navegação que entram nessa Conferência: a cada dia para obterem maiores êxitos em suas lutas,

Dicionário

Relações de Produção Escravistas

O Estado escravista desempenhou um papel decisivo no desenvolvimento e na consolidação das relações de produção da sociedade escravista. Sem o Estado, não teria sido possível manter o jugo dos escravistas sobre as massas de escravos, nem poderia ter existido a sociedade escravista. Se nos situarmos no atual estágio da civilização humana, causa-nos repulsa a situação das massas sob a escravidão. Todavia, para uma justa apreciação do que representou o escravismo na trajetória da civilização é mister compará-lo com a formação econômico-social anterior, a sociedade comunitária primitiva. E em relação a esta, o escravismo foi um grande progresso. Basta ver as grandiosas realizações daquela época que atravessaram os séculos e, sem dúvida, avançarão ainda muito pelo futuro, como as pirâmides do Egito, diferentes monumentos da China, da Índia, da Grécia e de Roma antigas, o notável desenvolvimento alcançado pelo conhecimento humano em vários domínios, o enorme avanço das forças produtivas da sociedade sob o escravismo.

Ao mesmo tempo, porém, deve-se assinalar que a democracia existente na Grécia e na Roma antigas, tão decantada por certos historiadores, com intenções bem perceptíveis, era essencialmente uma democracia apenas para os senhores de escravos, para os escravos, para a esmagadora maioria, significava a tirania mais terrível.

Relações de produção escravistas — O que caracteriza basicamente as relações de produção na sociedade escravista é que ali não apenas os meios de produção eram propriedade dos senhores de escravos, senão também os próprios escravos, os produtores. O escravo era considerado como uma coisa — um "instrumento com voz" e pertencia, como qualquer outra coisa, ao senhor de escravos. Este podia dispor do seu escravo como bem lhe aprouvesse: dá-lo, vendê-lo, maltratá-lo e até matá-lo, sem que tivesse de sofrer por isso a menor recriminação por parte da sociedade ou de quem quer que fosse.

Segundo Marx, o escravo era como o boi: não vendia sua força de trabalho ao senhor; simplesmente trabalhava para ele.

O trabalho do escravo tinha um caráter de imposição declarada. Não lhe oferecia qualquer estímulo. Por isso, os escravos eram obrigados a trabalhar debaixo do chicote e das violências físicas e dos castigos mais brutais. Muitos deles eram marcados como gado, ou traziam, presos ao corpo, grilhões de ferro com a marca do senhor. Aqui mesmo no Brasil, onde a escravidão existiu já em outra época mais avançada e sofreu sua influência, os negros trazidos da África eram objeto de castigos, torturas e pedicamentos inenarráveis. A história da escravidão no Brasil está ligada a torturas cruéis como o tronco, e pelourinho, etc.

Todo o fruto do trabalho do escravo pertencia ao senhor, que lhe destinava, apenas, o estritamente indispensável à subsistência — o bastante para que não morresse de fome e pudesse continuar a trabalhar como escravo. O senhor de escravos apropriava-se de todo o produto suplementar do trabalho do escravo e, ainda, de uma grande parte do produto necessário.

Preços baixos e imprevidência

Tais preços, ao contrário, vêm baixando. Em 1957, por 798,067 toneladas exportadas de minérios de manganês obtivemos US\$ 37.505.000, o que dá uma cotação média anual de 47 dólares por tonelada. Em 1958, por 664 mil ton. obtivemos US\$ 30.121.000, ou seja, 45,5 dólares por tonelada, em média. No ano passado, para obter pouco mais do que a soma de divisas obtida em 1958 — US\$ 30.302.000 — tivemos que exportar 914.216 toneladas. Isto quer dizer que a cotação média anual de 1959 baixou para 33,1 dólares por tonelada.

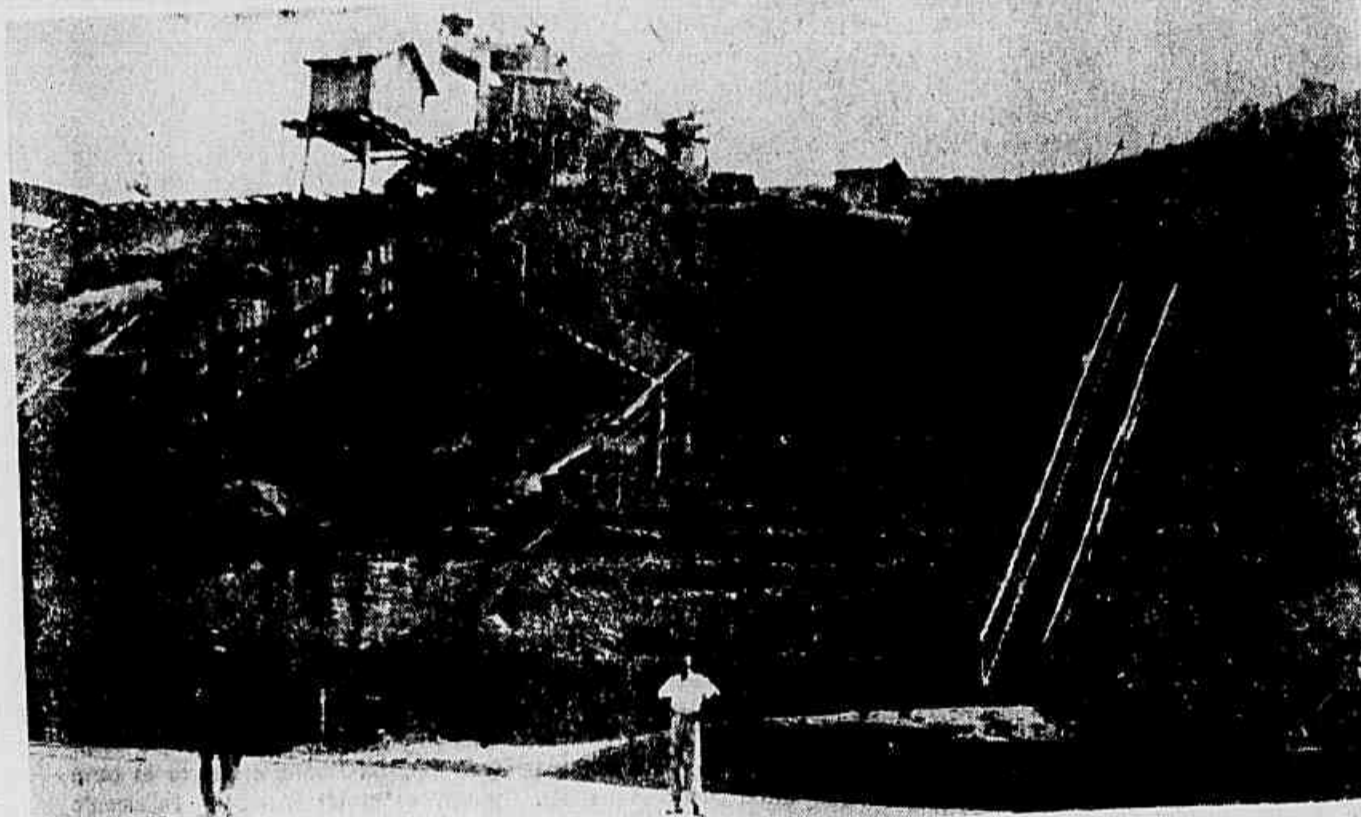
E o que é mais grave, não tomamos sequer providências para proteger o manganês daquelas jazidas melhor localizadas, por sua proximidade do parque siderúrgico nacional, que são as de Minas Gerais. Vários técnicos já mostraram que estas reservas estão em vias de esgotamento. Mas a exportação continua. Os trustes siderúrgicos norte-americanos, como veremos na próxima reportagem, até agora foram mais fortes.

Remédio Absurdo Para Combater o Contrabando

até de 1,5 dólares por saca, isto é, menos um dólar do que as do cartel de fretes. Se esta redução de um dólar em saca se generalizasse, para toda a exportação brasileira de café, o nosso produto chegaria aos portos norte-americanos com uma redução no preço que seria sensível ao mercado de café. Efectivamente, tomando-se como base as exportações em 1959, para os Estados Unidos, que ascenderam a 10 milhões de sacas, aproximadamente, a despesa com fretes seria 10 milhões de dólares menor.

Nessa situação, baixou a SUMOC a Instrução n.º 202, segundo a qual todas as exportações brasileiras de café seriam transportadas por empresas pertencentes à Conferência de Fretes. A vigência dessa portaria foi sustada judicialmente, pois contra ela se insurgiram as companhias excluídas do transporte de café para os Estados Unidos e Canadá, tendo sido concedido liminarmente o mandado de segurança impetrado. Uma das razões alegadas em defesa da instrução da SUMOC seria limitar as possibilidades do contrabando de café. Segundo as mesmas alegações, companhias não integrantes do cartel — os chamados "outsiders" — seriam coniventes com o contrabando, ao passo que as signatárias da Conferência de Fretes agiriam sempre corretamente. Daí, cobrarem as primeiras um frete mais baixo que as últimas. Entretanto, a precariedade de tais razões salta à vista: em primeiro lugar, as mesmas empresas que interam a Conferência de Fretes Brasil-Estados Unidos-Canadá, para o café, são "outsiders" no transporte de outros produtos. E, em segundo lugar, é inaceitável que não podemos combater o contrabando (tenhamos que aceitar fretes mais elevados. Outros meios são ainda possíveis para combater o contrabando, mas a apontada, é sem dúvida a mais importante.

De fato, o que mais convém ao Brasil é poder contar com o maior número de empresas transportadoras, beneficiando-se, assim, da correlação entre oferta e procura. Quanto ao combate ao contrabando não pode ser considerado seriamente, quanto ocorrerem fatos como os que comentamos em nossa última edição: dois funcionários do CEF foram presos pela Polícia de Café, por terem recebido um contrato de bandeira...



As reservas de manganês de Minas Gerais que, por sua localização, melhor servem à indústria siderúrgica do Brasil, estão em vias de esgotamento. Se a exportação continua, não duram nem mais 20 anos. Enquanto isso, os norte-americanos, importando mais do que o necessário para seu consumo, acumulam estoques; com o que deprimem o preço do manganês.

Levam o que é nosso

O Caminho Certo é o da Luta

MOISÉS VINHAS

SÃO PAULO — Novembro — Com o término das eleições de 3 de outubro, os trabalhadores lançaram-se à luta contra a carestia; até o momento 250 mil foram à greve. Estão enganados os corifeus carreiristas que pedem desde agora que os trabalhadores apertem mais o cinto e aguardem a bonança, após um ano de governo do sr. J. Quadros. O voto dado na hora da eleição representa uma forma de luta, mas esta não cessa aí. É a arma de que dispõe o povo contra a miséria.

A carestia continua a assolá-lo e o lar do trabalhador. Os trustes norte-americanos da carne, da energia, do trigo e outros em São Paulo — que representam 50% do volume total do país — continuam a cravar suas garras no estômago do povo. O governo os favorece emitindo em massa os bilhões para facilitar a exportação dos lucros, beneficiar os latifundiários e grupos econômicos que chegam a auferir de 40% até 80% de vantagem ao ano sobre o capital empregado. O sr. Carvalho Pinto continua a aumentar os impostos populares e, igualmente, a reação. Intervio junto ao governo federal para torpedear a reivindicação do enquadramento dos trabalhadores da «Ferry Boat» em greve. — Em

todos os movimentos operários mantém uma única linha de conduta: intervenção policial, a favor dos patrões, manobrar para dividir os trabalhadores. Perdeu várias paradas neste movimento, caracterizando-se, ainda mais, como fura-greves, servil dos trustes e potentados, esfomeador dos trabalhadores e perseguidor dos funcionários públicos.

O ascenso das lutas continua. Nelas estão também os trabalhadores têxteis, dos trigos, químicos, dos laticínios, ferroviários, funcionários públicos, portuários e outros, abrangendo centenas de milhares. Estas lutas apresentam novos aspectos que expressam o crescimento da unidade de ação. Os grêmios que realizaram numerosas reuniões por fábrica, com antecedência, fizeram uma assembléia, inédita no movimento operário, com mais de 10.000 trabalhadores, e os metalúrgicos com mais de 8 mil. A solidariedade vem se reforçando com a greve geral decretada pelo «Forum Sindical» de Santos em apoio aos trabalhadores da «Ferry Boat». Também a crescente solidariedade aos trabalhadores da fábrica Aymeré, cuja duração é de 150 dias, expressam isto. — A greve vitoriosa dos metalúrgicos na cidade de

Mogi das Cruzes ganhou a solidariedade da população e obteve verba de 200 mil cruzeiros da Câmara Municipal.

A resistência gananciosa patronal à política reacionária dos governos e à ação traidora dos trustes, e os trabalhadores só podem opor sua unidade, sua ação e organização.

O «Estado de S. Paulo» — defensor da linha sindical norte-americana — desmascarou-se mais uma vez, aparecendo como inimigo da unidade — concentrou o maior aparato policial para furar a greve dos seus grêmios. Desfazendo os ataques e a ação corruptora do consulado norte-americano e dos Campos Elíseos, executados por alguns marginais que tentam dividir o movimento sindical, como ocorreu por ocasião do seu III Congresso, este se reforça. Cresce o prestígio dos sindicatos e de seus combativos líderes. A sindicalização e organização local reforçam-se igualmente.

O movimento esboçou um programa de luta contra a carestia, com perspectiva de continuidade. Nas assembléias e passeatas exigiram: intervenção nos frigoríficos para baixar o preço da carne, medidas contra o aumento dos preços do feijão, leite, arroz e óleo — cujas safras e produção este ano são muito superiores às do ano passado — contra o aumento das tarifas, taxas e impostos, por melhores salários e vencimentos. Exigem com ruzão a democratização da COAP e o controle dos preços. Só uma luta constante e enérgica contra a carestia impedirão a liquidação da conquista salarial.

Os trabalhadores demonstram nesta luta maior solidariedade à revolução cubana, vendo nela suas próprias aspirações. Outro fato a destacar é a crescente solidariedade dos trabalhadores aos seus irmãos do campo, João Correia e companheiros, processados e encarcerados pelo governo do Estado.

Os comunistas, como sempre, participam destas lutas, em toda a parte, visando melhores conquistas para os trabalhadores, sua unidade e organização, o desmascaramento dos causadores da carestia, dos divisionistas do movimento operário, apontando o caminho a seguir para maiores conquistas. Isto faz com que se prestigiem e reforcem suas fileiras.

A perspectiva dos trabalhadores é a luta, a unidade e a organização, independentemente a quem tenha concedido seu voto a 3 de outubro, ou a corrente política que seguirem. São estas as tradições das massas paulistas que devem ser aprimoradas a cada dia para obterem maiores êxitos em suas lutas.



Pronúncia de vitória

Dezenas de milhares de metalúrgicos paulistas desfilam pelas ruas da capital de São Paulo, por ocasião de sua grande greve pela conquista de melhores salários. Dias depois a greve terminava com uma vitória completa

Sindicalização: Primeiro Passo Para a Organização

ANTONIO CHAMORRO
Sec. da Federação dos Têxteis de São Paulo

O II Congresso Estadual dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, realizado em abril do corrente ano, resolveu que as entidades sindicais do Estado sindicalizassem, de 1º de maio de 1960 até 1º de maio de 1961, 100 mil novos associados.

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, após ter enviado aos seus 30 sindicatos filiados um questionário, elaborou um Plano de Sindicalização, com início a 15 de julho de 1960 e término a 30 de abril de 1961, para conseguir 18.454 novos associados. Foram feitas sugestões visando assegurar o bom êxito do Plano, entre as quais destacaram-se: reunir os membros efetivos e suplentes da Diretoria a fim de traçarem de imediato o Plano de Sindicalização; apresentar o Plano em reunião ou assembleia de trabalhadores; o Plano e as cotas de sindicalização devem ser distribuídos pelos meses até abril de 1961; no Plano deve constar a responsabilidade da distribuição e controle das responsabilidades, sejam diretores ou comissões; seria justo que no Plano se fizesse constar prêmios para estimular os concorrentes; onde forem traçados os Planos, lutar pela sua efetiva concretização.

O lançamento da campanha variou, nas diversas cidades, sob todos os aspectos. Em algumas cidades, foi feito através de assembleias, em outras, através de reunião de diretoria e comissões; e, também, através de pequenas festas, bailes, etc.

O objetivo de todos é o mesmo, mas os planos são diversos. Nos primeiros 75 dias de trabalho, a troca de experiências constituiu uma ajuda mútua, sendo

que agora todos já firmaram o melhor critério para atingir e ultrapassar suas cotas.

O resultado dos primeiros dois meses e meio se apresentou de modo geral, da maneira seguinte: foram acrescentados 6.889 novos associados, sendo que nesse período houve um «superavit» de 2.271; treze cidades ultrapassaram as cotas estabelecidas; os sindicatos das cidades de Jundiaí, São José dos Campos, Salto, Araras e Bragança Paulista já cobriam a cota estabelecida pelo Plano até 30 de abril de 1961.

O que levou os companheiros dessas cidades a tal êxito foi, principalmente, um trabalho metódico a fim de descobrir, através de Guias do Impulsor Sindical, quem não era associado. Uma vez feita essa verificação, enviaram à direção das empresas os recibos juntamente com uma solicitação para que efetuassem o respectivo desconto. E, no mesmo sentido, foram enviados circulares aos operários, convidando-os a ingressarem no sindicato, comunicando que no próximo pagamento seria feito o desconto da mensalidade: aqueles que não aceitassem deveriam dirigir-se à sede para comunicar que não queriam ser associados. Essa iniciativa, somente nas cidades de Jundiaí, São José dos Campos e Araras, «levou» para os sindicatos mais de 2.100 novos sócios.

Em São Paulo, a iniciativa se reduziu ao seguinte: o diretor vai à porta da empresa e distribuiu uma pequena proposta para ser preenchida, voltando, de acordo com os trabalhadores, em data marcada com eles, para recolhê-las. Em algumas empresas, são distri-

buidas 200 propostas e o diretor, quando volta, recolhe em média de 30 a 80, variando de empresa para empresa. E essa colheita já rendeu, no período acima citado, 943 novos sócios.

Uma boa experiência tem se realizado em várias cidades. Logo após ter sido vitoriosa uma reivindicação, por «mais pequena que seja», o diretor aproveita o momento para convidar todos a ingressarem como associados no sindicato. Isto, muitas vezes, na reunião dos trabalhadores, depois de transmitida a notícia da vitória alcançada. O diretor pergunta: «Quem não é sócio?» — e pede para levantar a mão. A seguir, pergunta: «Quantos vão ingressar no sindicato?» E logo manda preencher as propostas. Assim, temos conseguido centenas de novos associados.

A diretoria da Federação tem procurado controlar e estimular os seus filiados a cobrirem seus planos promovendo concentração por região, de grupos de sindicatos, e incluindo, na ordem dos trabalhos para discussão de reivindicações, o Plano de Sindicalização.

Procuramos, assim, incutir em nossos companheiros que a sindicalização deve ser uma preocupação constante do dirigente e do militante sindical.

«Devemos compreender que o esforço do Sindicato com centenas de novos associados não é nenhum favor; é um dever, é uma obrigação de todos os militantes sindicais. A sindicalização é um fator de reforço da unidade, pois o grande número de trabalhadores não sindicalizados constitui um campo fértil e propício para a desorganização, divisão e enfraquecimento do sindicalismo. Sem a organização de planos, sem controle, sem a atividade prática para o bom êxito dos mesmos, dificilmente qualquer direção — Governo, Secretarias, Confederação, Federação ou Sindicato — poderá obter grandes êxitos.

O liberalismo, o individualismo, são inimigos da organização; daí, portanto, decorre a necessidade urgente da planificação de nossos trabalhos.

Sugerimos, pois, que os sindicatos filiados organizem, executem e controlem as suas atividades a fim de conseguirem maiores vitórias tomando o máximo de iniciativas.»

Essas foram algumas recomendações básicas para o bom êxito do Plano. Naturalmente, nem tudo é um «mar de rosas». A maior debilidade ainda reside na falta do «Trabalho de equipe». Mas temos plena confiança em que os objetivos a que nos propusemos serão atingidos. Será, dessa forma, cumprida a decisão do II Congresso. Quando, em fins de abril de 1961, balancearmos a vitória do Plano de Sindicalização, que é o primeiro passo para a organização, concluiremos que os sindicatos se fortaleceram com o aparecimento de novos quadros sindicais e que nada mais fizemos do que cumprir um dever de simples militante sindical.



Candangos ao Governo: Cumpra a Lei

Certamente, desde que foi inaugurada a 21 de abril último, Brasília não mostrou suas amplas e belas ruas tão movimentadas. Mais de dois mil operários da construção civil — os candangos que constroem a nova capital — realizaram uma entusiástica manifestação (a primeira do gênero na cidade e para a maioria deles) reivindicando o salário mínimo de 9.600 cruzeiros, igual ao do Estado da Guanabara. Selando a legislação vigente, nenhuma região do país pode ter salário mínimo superior ao da Capital Federal. E acon-

tece que a Capital hoje é Brasília. Entretanto, a lei (que nessa caso favorece os operários) não foi obedecida. Daí a manifestação de protesto, que foi também uma manifestação para que se cumpra a lei, contra o governo que não quer cumpri-la. Através de sucessivas irradiações, pretendeu a polícia impedir a manifestação, declarando-a proibida e ameaçando dissolvê-la. A interferência dos deputados Domingos Velasco e Jacob Frantz anulou a proibição e a passeata se realizou, pacificamente incorporando-se à mesma, além

dos já citados, mais os deputados Lycio Hauer, Coutinho Cavalcanti e outros. Comícios foram realizados no saguão do Palácio do Congresso (a despeito da resistência do Senado, cuja mesa se recusou a receber os manifestantes) e diante do palácio presidencial. A reivindicação dos operários é esta: passar o salário mínimo, que está fixado em pouco mais de 6 mil cruzeiros, para 9.600 cruzeiros. O Sindicato está à frente da campanha.

Justos Preços Para o Algodão e o Amendoim

OSVALDO BARBOSA

Milhares de lavradores no Estado de São Paulo estão preocupados com a falta de garantias de preços para o algodão e o amendoim. Em relação ao algodão, já em julho do ano passado o governo Federal decretava o preço para a safra de 1960, e agora, já em novembro, tal medida não foi tomada. O governo do Estado, que através da Comissão Especial do Algodão, influi sobre o preço a ser decretado, peca pela ausência junto ao governo Federal. Em resposta a abaixo-assinados de lavradores dirigidos à Presidência de República, a secretaria de J. K. acusa que não há opinião do governador do Estado. Enquanto isso os monopólios que dominam o mercado do algodão espalham os boatos de «sempre» que o preço mínimo será de 395,00 por arrôbo, mas que «eles» pagarão 450,00, etc.

O que reivindicam os lavradores? Os arrendatários e sítiantes que constituem a grande maioria dos plantadores de algodão reivindicam um preço que compense os gastos cada vez mais altos com a produção.

A carestia de vida que atinge o campo, tanto quanto na cidade em relação aos produtos alimentares, vestuários e farmacêuticos, cuja venda à prazo é acrescida de juros até 20%, é ainda mais aguda na lavoura, pois subiram muito os preços dos adubos, inseticidas, ferramentas, sementes, etc.

As sementes fornecidas pelo governo do Estado sofrem grandes majorações: sementes pretas custam 600 cruzeiros a saca e a branca 350,00. O preço do adubo atingiu alta de 100% indo até 12.400 cruzeiros por tonelada, sem contar o frete de 1.500 cruzeiros por mil quilos. Os preços dos adubos e inseticidas esfolam os lavradores e engordam a Sanbra, Clayton, Manah e outros grupos produtores.

Difícil pois é a labuta dos plantadores de algodão. A demora em saber o preço mínimo do algodão, também dificulta a obtenção do crédito, pois os bancos recusam-se a dar o crédito necessário para um bom trato da

lavoura, alegando a falta de base nos preços.

Assim, a imediata garantia de preço para o algodão é necessária e nesse sentido lutam os plantadores de algodão. Várias Câmaras Municipais a pedido dos plantadores dos seus municípios já se pronunciaram. Entre elas: Santo Anastácio, Martinópolis e Regente Feijó. Em seus pedidos ao governo Federal solicitam preços acima de 500 cruzeiros por arrôbo, a fim de os lavradores enfrentarem seus compromissos.

A mesma exigência de garantia de preços, faz-se com mais força ainda para o amendoim, cujas primeiras vendas se efetuarão em dezembro. No entanto, o mercado está ao sabor da Sanbra e da Clayton que dominam os setores da compra e da venda. O óleo sabe, mas o preço do amendoim, na época da colheita, geralmente baixa. Fruto do estímulo do plantio, cresce em grande escala a cultura do amendoim, com milhares de alqueires plantados. Também aumentaram as despesas com o plantio, com a aquisição de mais adubos e inseticidas contra as pragas.

O governo Federal resiste em estabelecer preços para o amendoim, alegando limitações da lei que o impede de adotar os preços. A Sanbra e Clayton, trabalham para impedir a garantia de preços, como aconteceu no corrente ano quando a COAP tabelou o óleo e garantiu o preço de 450,00. A ação dessas firmas estrangeiras determinou que o labelamento fosse derrubado.

Para enfrentar a ação dos monopólios da Sanbra, Clayton e de outras firmas e a falta de medidas dos governos Federal e Estadual, os plantadores de amendoim e de algodão se mobilizam para a luta, procurando organizar a luta em todo o Estado, para obterem melhores resultados. Das Câmaras Municipais e Associações de Lavradores, partem as exigências para a urgente decretação de preços. E dentro em pouco, com a aproximação da safra, tal movimentação se intensificará no campo.

Conheça Seus Direitos na Previdência Social

Atendendo a pedidos de inúmeros leitores iniciamos a publicação mais detalhada, neste número, dos benefícios a que os trabalhadores e suas famílias têm direito, de acordo com a Lei Orgânica da Previdência Social.

O Regulamento Geral da Lei estabelece, em seu artigo 1º, que é assegurado aos beneficiários dos Institutos:

- 1) os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, tempo de serviço, incapacidade, ou, eventualmente, desemprego, bem como prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente;

- II) auxílio em caso de natalidade e outros eventos que acarretam aumento de despesas, configurados no Regulamento Geral;

- III) a prestação de serviços que visem a proteção de sua saúde, a sua reabilitação profissional e ao seu bem-estar.

Quem tem direito

O artigo 2º esclarece que têm direito às vantagens da previdência social, como seus «beneficiários»:

- 1) na qualidade de «segurados», to-

dos aqueles que exercem emprego ou atividade remunerada em território nacional;

- II) na qualidade de «dependentes», as pessoas que dependam economicamente do segurado, a saber:

- 1) a esposa, o marido inválido, os filhos, de qualquer condição, menores de vinte e um anos ou inválidos;

- 2) o pai inválido e o mãe;

- 3) os irmãos menores de 18 anos ou inválidos, e as irmãs solteiras menores de vinte e um anos ou inválidas.

- 4) o designado pelo segurado, inclusive a filha ou a irmã solteira, viúva ou desquitada que, por motivo de idade, de saúde, ou de encargos domésticos, não puder angariar meios para o seu próprio sustento.

O artigo 15 da Regulamentação esclarece que a existência de dependentes enumerados nos itens 1 e 2 exclui o direito à prestação de benefícios aos outros casos, exceto o designado, que só é excluído pela existência de beneficiários enquadrados no item 1.

Empregados domésticos

Os empregados domésticos, de acordo com o artigo 8 da regulamentação da Lei Orgânica, podem requerer a sua inscrição junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Período de carência

O artigo 38 denomina «período de carência» o lapso de tempo durante o qual os beneficiários não poderão gozar determinados direitos, pelo fato

de ainda não terem pago o número mínimo de contribuições mensais exigido para esse fim.

A aposentadoria por invalidez, o auxílio natalidade, o auxílio doença, o auxílio para tratamento fora do domicílio, a pensão por morte, o auxílio reclusão, a assistência financeira e a assistência médica só serão concedidas após 12 meses de contribuições.

A aposentadoria por velhice, e para os domésticos, a aposentadoria por tempo de serviço e o abono de permanência em serviço só serão concedidas após 60 (sessenta) meses de contribuições.

A aposentadoria especial só será concedida após 180 (cento e oitenta) meses de contribuições.

Desnecessária a carência

Mas o artigo 40 estabelece que independe do tempo de carência a concessão de aposentadoria por invalidez ao segurado que, após o seu ingresso no regime de previdência social, for acometido de tuberculose ativa, lepra, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia, ou cardiopatia grave, bem como à pensão por morte, aos seus dependentes;

O auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte, nos casos de acidente de trabalho, bem como a assistência médica, quando se tratar de serviços em ambulatório ou domiciliar de urgência, também serão prestados sem necessidade da observação do período de carência.

Trinta e Quatro Deputados e Senadores Pedem Anistia Para Espanhóis e Portugueses

Assinado por dois senadores e 32 deputados federais, foi divulgado em Brasília um manifesto de parlamentares brasileiros em apoio à II Conferência Sul-Americana em favor da anistia aos presos e exilados políticos espanhóis e portugueses, que deverá realizar-se em Montevidéu, na primeira quinzena de janeiro próximo. O manifesto condena com veemência o regime de perseguições aos democratas portugueses e espanhóis, aos quais expressa formal solidariedade.

Eis a íntegra do documento: «Na oportunidade da realização da

2ª Conferência Sul-Americana em favor da anistia aos presos e exilados espanhóis e portugueses, na qualidade de parlamentares brasileiros, queremos expressar lãda a nossa intensa solidariedade a essa causa que tão de perto fala ao sentimento e aos interesses dos latino-americanos.

«A luta pelas liberdades democráticas e pela independência dos povos é hoje uma constante afirmação de vitórias, prenunciando o mundo que é o anelo de lãda a Humanidade. Em nossos dias, não é admissível a intolerância que puna com a prisão e o exílio

os ibéricos que se opõem democraticamente aos governos de suas Pátrias. A campanha que esses exilados e presos encenam, no sentido de voltarem ao uso e gozo de seus direitos e deveres de cidadãos, já mereceu a consagração da opinião pública brasileira, quando da 1ª Conferência, realizada em São Paulo. A concretização da 2ª Conferência pode constituir um magnífico avanço em prol dos objetivos da campanha, a qual merece o irrestrito apoio de todos os povos da América Latina.»

Seguem-se as assinaturas dos senadores Camillo Nogueira da Gama e An-

tônio Baltar, e dos deputados federais: Solvador Lossaco, Campos Vergal, Diolma Maranhão, Dagoberto Sales, Coutinho Cavalcanti, Maia Netto, Fernando Ferrari, Nelson Omega, Yvette Vargas, Milton Reis, Celso Brant, Aderbal Justo, Clidenor Freitas, Oziris Pontes, Henrique de La Roque, Hélio Ramos, Jacob Frantz, Ultimeo de Carvalho, Waldemar Pessoa, Aloysio Nonô, Floriano Paixão, Sylvio Braga, Miranda Ramos, Cesário Coimbra, Lycio Hauer, Carlos Lago, Armando Carneiro, Domingos Velasco, Fernando Santana, Ramon de Oliveira, Almino Afonso e Adail Barreto.

Os Conceitos de Liberdade e a Revolução Cubana

BLAS ROCA

NOVOS RUMOS publica hoje a parte final da conferência pronunciada pelo secretário geral do Partido Socialista Popular (comunista) através da televisão e do rádio cubano. A conferência de Blas Roca fazia parte de um debate sobre o tema da liberdade, do qual participaram professores, políticos e representantes das diferentes camadas sociais de Cuba.

Uma imprensa nova que diz a verdade

Esta imprensa nova que diz a verdade, esta liberdade de imprensa revolucionária, esta restrição de fato às mentiras e aos enganos dos imperialistas na imprensa fornece ao povo de Cuba uma nova liberdade, de não ser enganado e confundido pelos imperialistas e contra-revolucionários e seus lanceiros. Graças a esta informação, os cubanos têm agora maior oportunidade de conhecer o que de fato ocorre no mundo e em Cuba, podem formar opiniões mais corretas e objetivas e, portanto, decidir sua atitude e suas ações com maior conhecimento de causa e conseqüentemente com maior liberdade real. Aquêle que decide sem saber a verdade não é livre; é um iludido ou um ignorante que se deixa levar pelos que mentem. Graças à difusão da verdade, o Governo Revolucionário é muito mais forte do que gostariam seus inimigos pois, como dizia Lenin, é a consciência das massas o que constitui a força de um Estado. «O Estado é forte, assinalava o grande líder do proletariado mundial, quando as massas sabem tudo, podem julgar sobre tudo e fazem tudo conscientemente.»

A revolução empreendeu um sério trabalho para eliminar a discriminação racial, para estabelecer que o emprego de cargos públicos ou privados, o serviço nos estabelecimentos, o ingresso nas escolas, o uso dos lugares públicos, o tratamento social, etc., sejam feitos sem discriminação alguma entre os cubanos quanto à cor da pele. Quando se liberta o negro da discriminação racial liberta-se também o branco do preconceito racial, das mentiras, sofismas e temores que lhes foram metidos na cabeça, durante gerações, sobre seu companheiro na luta, no trabalho, na cultura, no esforço para alcançar as novas metas. Isto também é uma liberdade maior para todo o povo de Cuba. É a liberdade do negro para ser considerado igual e integrado na nacionalidade; é a liberdade do branco para despojar-se de preconceitos, convencionalismo, temores e mentiras contra o negro e para considerar Cuba como é, com seus brancos, e seus negros e mulatos.

A revolução fundou as forças armadas rebeldes, está organizando e armando as milícias revolucionárias operárias e camponesas em todo o país. Esta é uma nova liberdade verdadeira para o povo cubano; é a liberdade de armar-se para defender a soberania nacional frente

à agressão estrangeira, para defender o governo revolucionário frente às manobras e ataques da contra-revolução, para defender as conquistas, os direitos e interesses do povo, dos operários, camponeses, empregados, profissionais honestos, das mulheres e dos jovens contra seus inimigos imperialistas, contra-revolucionários e traidores.

A revolução dissolveu os partidos políticos da ditadura, tanto os que integravam diretamente o governo, como os que colaboraram com ele fazendo-se passar por oposicionistas. Os dirigentes desses partidos, os candidatos e os que desempenhavam cargos eletivos ficaram impedidos, por trinta anos, de exercer funções eletivas ou políticas. Os que ajudados por esses cargos roubaram ou enriqueceram ilícitamente foram obrigados a devolver o roubado à nação. Isto deu uma nova liberdade ao povo de Cuba: a liberdade de não ser manipulado, enganado, roubado e vendido por essas camarilhas políticas que monopolizavam os partidos e o poder, que fabricavam cédulas falsas, compravam filiações e votos, recorrendo a tramóias e panelinhas recompensando-se por tudo isto vendendo o país aos imperialistas, entregando-se a latifundiários e empresários parasitas, roubando as Finanças Públicas.

A revolução derrotou não só o governo ditatorial mas também Mujal e seus mais próximos colaboradores que tinham feito do aparelho sindical oficial um instrumento para romper as greves, trair os trabalhadores revolucionários, colocar-se servilmente ao lado do imperialismo norte-americano e da ditadura. Frente aos métodos de fascistação do movimento sindical, com cota sindical obrigatória, dirigentes ladrões e corrompidos, ocupação de sindicatos, proibição aos trabalhadores de participar nas Assembléias, proibição das manifestações, inclusive do Primeiro de Maio, etc., a Revolução deu uma nova liberdade aos trabalhadores: a liberdade de reorganizar e reorientar seu movimento sindical, de eliminar o mujalismo e os mujalistas, de pôr-se à frente das tarefas revolucionárias, de restabelecer, em toda a sua plenitude, a democracia sindical, a unidade operária e os direitos e liberdades sindicais.

Poderíamos, assim, continuar a enumerar as liberdades reais que a revolução trouxe para o povo cubano.

É necessário assinalar que estas são liberdades reais, e não liberdades formais. Que não se trata de proclamações apenas em palavras de liberdades teóricas, e sim da realização na vida, na prática, nos fatos, dessas liberdades.

Estas são liberdades que a revolução trouxe ao povo de Cuba, aos operários e camponeses, aos empregados e profissionais, às massas dos humildes de nosso país.

Estas não são liberdades de forma, são liberdades de conteúdo.

A liberdade, para ser estabelecida com um sentido geral como

atributo do homem, necessita antes de tudo da liquidação de todo o sistema de exploração do homem pelo homem, da eliminação das classes antagonicas.

Só homens socialmente iguais podem ter uma liberdade real que alcance a todos.

O domínio de nós mesmos nos propicia a liberdade

Ter liberdade não é estar livre de obrigações e sim compreender integral e acertadamente quais são as obrigações necessárias à obtenção e à manutenção da liberdade e cumpri-las adequadamente.

A obtenção e a realização da liberdade requer luta e disciplina, requer, como dizia Engels, o domínio de nós mesmos.

Tomemos um exemplo prático de nossa luta recente.

Em 1957 se travava na Serra Maestra a luta guerrilheira e em toda a ilha o combate, mediante diversas formas, contra a ditadura.

Ir para a Serra significava desconforto, fome, perigos, ferimentos e morte, vitórias e fracassos. Integrar-se nas diversas atividades contra a ditadura fora da Serra, era a clandestinidade, o perigo constante da prisão, da tortura, do assassinato e da mutilação, da perda de trabalho e das rendas. Tanto uma coisa como outra significava renunciar à família, às diversões, ao emprego, ao estudo, à vida «normal», como a entendem os políticos.

Em 1957, enquanto uns combatiam na clandestinidade ou tomavam o caminho da Serra, outros se divertiam em cabarés e festas ou se juntavam à ditadura, retiravam lucros, escreviam na imprensa censurada, faziam o que lhes «dava vontade» e viviam normalmente.

Quais eram os que tinham então verdadeira liberdade?

Os que faziam o que lhes «dava vontade»?

Os que cumpriam a dura e difícil obrigação de lutar na Serra ou na planície contra a ditadura?

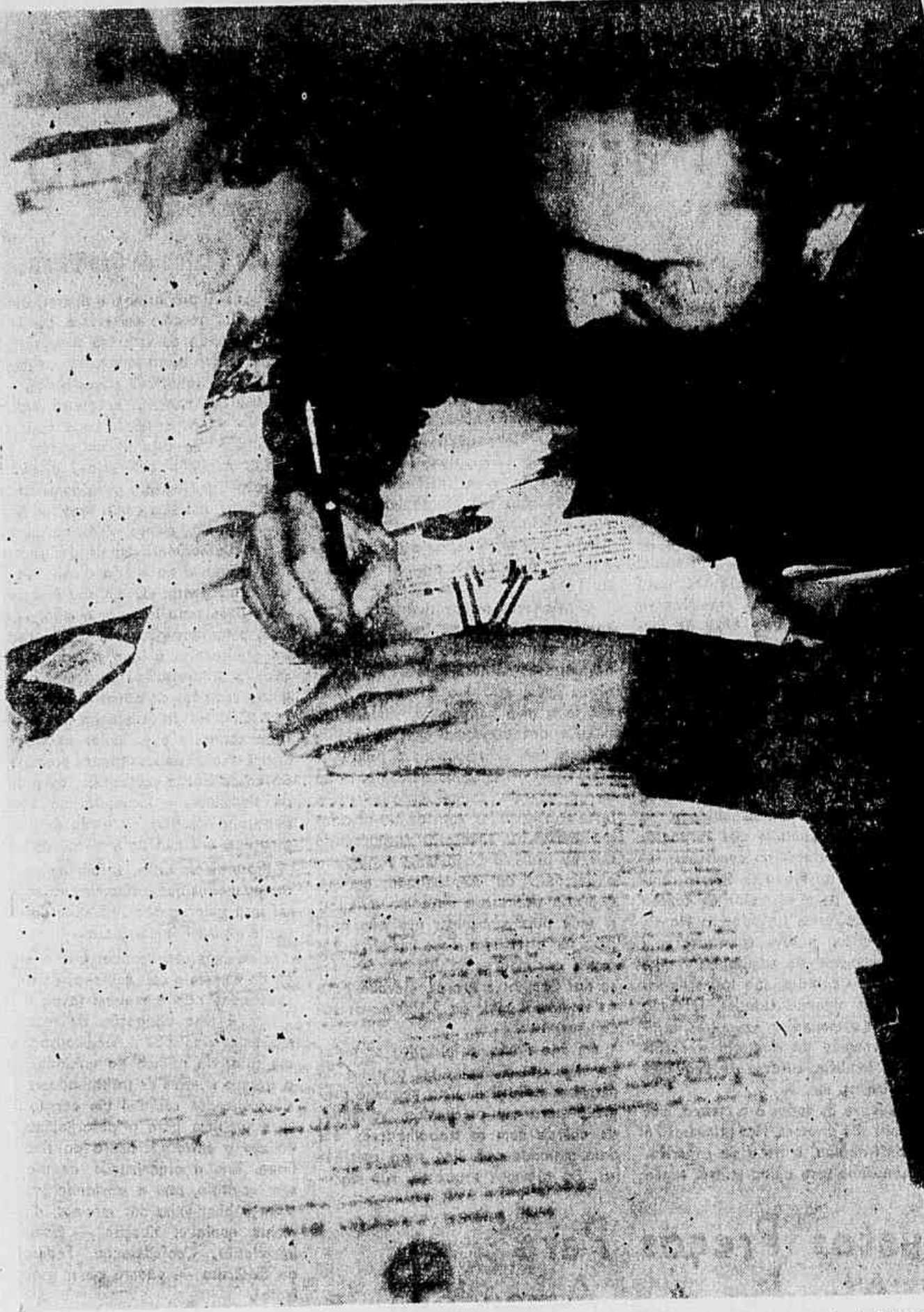
Os que se divertiam e viviam normalmente?

Os que impunham a si mesmos todas as privações, penalidades e perigos para conseguir a liberdade da pátria e do povo?

Só os que impunham a si mesmos toda classe de privações, penalidades e perigos tinham verdadeira liberdade, porque ao empreender a luta contra a ditadura e o imperialismo deixavam de ser seus subordinados, seus escravos e alcançavam, por isso mesmo, sua própria liberdade ao lutar pela liberdade da pátria e do povo, porque, dito em termos filosóficos, se colocavam a serviço da necessidade histórica e lutavam para realizá-la.

Os que ficavam do lado da ditadura e do imperialismo, os que os aceitavam e continuavam «fazendo o que lhes dava vontade em sua vida normal» (isto é, divertindo-se, embebendo-se ou ganhando dinheiro sem muito esforço) careciam

duplamente de liberdade, pois, portem diminuída sua liberdade, e sim



Fidel entrega terra aos camponês

um lado, suportavam sem queixa a opressão que o imperialismo e a ditadura impunham a todo o país e, por outro, aviltavam seu espírito não reconhecendo sequer a opressão e a ignomínia em que viviam.

Os que ante a opressão do imperialismo e da ditadura escolhiam a liberdade e subiam para a Serra ou trabalhavam no movimento clandestino, não só se submetiam a todo tipo de penalidades, privações e perigos, como também a uma severa e dura disciplina. A disciplina da guerra na Serra e a disciplina da organização fora dela.

Essa é a disciplina necessária para triunfar.

É a disciplina de homens conscientes, a disciplina livremente aceita pelos que sabem que ela é necessária para a obtenção dos objetivos da revolução e da liberdade que isso traz consigo.

Ao adotar plenamente essa disciplina, os revolucionários não sentiam diminuída sua liberdade, e sim

O que existe hoje em Cuba não é a liberdade formal e meramente jurídica, mas a liberdade garantida por um regime revolucionário que defende os interesses dos trabalhadores. Em particular, a liberdade dos camponeses foi concedida pela Reforma Agrária, com a entrega da terra aos parceiros e arrendatários e a defesa dos direitos dos assalariados com a formação de cooperativas.

aumentada sua verdadeira liberdade, a da consciência de estar lutando eficazmente contra o imperialismo, contra a opressão, contra o atraso e a miséria, de estar lutando pela redenção dos humildes e oprimidos, pelo ascenso e o progresso da verdadeira liberdade.

Também a disciplina é uma condição da liberdade.

Os desordeiros, os anárquicos, os indisciplinados nas fileiras da revolução, nas fileiras das Forças Armadas Rebeldes, nas fileiras das instituições revolucionárias, são, queiram-no ou não, inimigos da liberdade porque estorvam e põem em perigo a possibilidade de alcançar as metas na união, na produção, na defesa e na consciência que a garantem.

Eleições e democracia representativa

Os imperialistas fazem hoje da Revolução Cubana o tema da chamada «democracia representativa». É um truque para combater a Revolução. Logo que se derrubou a ditadura de Batista, os imperialistas, ao ver que as coisas não iam bem para eles, começaram a perguntar quando seriam realizadas eleições. Tinham grande pressa em realizar eleições. Queriam realizá-las rapidamente. Se elas tivessem sido realizadas quando queriam, o Governo Revolucionário as teria ganho sem dúvida, por maioria esmagadora. Mas teriam entrado nesse triunfo uma série de elementos, que não podem ser chamados de revolucionários, e como todos sabem a Revolução foi depurando estes elementos. No início, até os latifundiários se consideravam «revolucionários». Quando foi aprovada a lei de Reforma Agrária, os latifundiários se tornaram imediatamente contra-revolucionários.

Depurou-se a revolução desses elementos e assim, sucessivamente, na ordem social foram se definindo os campos. O povo cada vez mais junto do governo, os inimigos do povo, cada vez mais contra o governo revolucionário. Este foi o processo.

Também na ordem política, no governo, entraram uma série de figuras, das quais algumas agora estão no exílio ou falando muito mal do governo, dizendo horrores. Imagine-se se fizéssemos eleições com essa gente, eleições em nome da Revolução, porque por méritos próprios não poderiam vencê-las, não eram nada aqui, nada representavam. Teriam capitalizado uma revolução que eles não representavam para apoderar-se dos cargos e,

de posse desses cargos, servir efetivamente ao imperialismo, aos latifundiários, levar ao que nós sabemos que levou o impulso da revolução de 1933, na qual, por cima do sacrifício do Povo, do sangue derramado pelo Povo, levantou-se a burguesia, deu um golpe de Estado e acabou com a Revolução.

Agora usaram outros processos, mas naturalmente a Revolução não lhes agradou. Então gritam que não existe liberdade nem democracia, porque não houve eleições. Haverá eleições em Cuba. Um país que faz sua revolução precisa de eleições. A revolução se institucionalizará definitivamente; terminará por destruir as velhas coisas mas que é preciso destruir e depois que forem destruídas haverá eleições para continuar construindo o que se está fazendo agora. Isto será feito pela Revolução, mas em seu devido tempo. Qualificar de democracia somente os países onde há eleições é uma tolice. Trujillo realiza eleições regularmente. Agora, o Presidente não é Trujillo, e sim seu irmão; como este renunciou, o vice-presidente Balaguer assumiu a presidência. Eleitos em «eleições». Entretanto, qual a democracia que existe em São Domingos? Ninguém pode dizer que existe democracia em São Domingos apesar de ter havido eleições. Representativo coisa alguma. Representa os imperialistas, os monopólios, o grande latifúndio do senhor Trujillo que é São Domingos.

Agora, essa democracia do povo de Cuba é representativa do povo, dos trabalhadores, dos camponeses, das massas trabalhadoras, dos intelectuais, dos profissionais honestos, de toda a parte sã e progressista de nosso país que quer liberdade para a Pátria e democracia para o país.

Esta é uma democracia representativa, porque se realiza por representação do povo, apesar de não ter chegado ainda à etapa das eleições. Esta gente acredita, ou melhor, finge, acreditar que as eleições consistem apenas em depositar um voto numa urna. Pois bem, há eleições em que se vota sem depositar votos na urna. Há eleições em que se vota derramando o sangue pela liberdade, com o sacrifício do povo, com as massas marchando de armas nas mãos pelas ruas do país. Estas eleições foram realizadas e se realizam diariamente em Cuba. É a eleição do sangue e do sacrifício. Um governo eleito com votos governa quatro anos. Imagine-se quanto pode durar um governo eleito com o sangue e o sacrifício.



é a mesma coisa Governo e povo

A liberdade de que goza o povo cubano pode ser vista no polo voluntário, firme e armado do povo ao Governo Revolucionário. Por toda a ilha, centenas de milhares de camponeses, operários, estudantes, funcionários, intelectuais e empregados comparecem em massa em resposta aos apelos de Fidel Castro e seus companheiros para defenderem a Revolução. Jamais na história do país o povo cubano teve governantes que gozassem e merecessem tanta confiança. Jamais o Estado se apresentara como o verdadeiro governo do povo e para o povo como acontece hoje.

DECLARAÇÃO DE REPRESENTANTES DOS PARTIDOS COMUNISTAS DA AMÉRICA LATINA

A Solidariedade à Revolução Cubana é Mais Imperiosa do Que Nunca

O diário «Notícias da Hoy», que se edita em Havana, publicou em sua edição do dia 21 de setembro último, o documento que a seguir transcrito:

«A realização da VIII Assembléia Nacional do Partido Socialista Popular em Havana coincidiu casualmente com a reunião da OEA em São José da Costa Rica.

Os delegados fraternais que assistimos a essa Assembléia, representando os Partidos Comunistas e Operários da América Latina, tomamos conhecimento aqui, com natural indignação, das decisões que os imperialistas ianques, mediante a chantagem, a coação e o suborno, com a complicidade de seus lacaios latino-americanos, impuseram na Conferência de Chanceleres da OEA contra Cuba e contra a Revolução Cubana.

Ante a declaração cínica e imperialista de São José, nós, delegados fraternais latino-americanos à VIII Assembléia Nacional do P.S.P., declaramos:

1) Como latino-americanos e patriotas, repudiamos enérgica e patrioticamente a declaração de São José por condenar Cuba por exercer sua plena soberania nacional, desenvolver sua revolução e manter relações diplomáticas, comerciais e culturais com todos os países, inclusive com a União Soviética, com a República Popular da China e outros países socialistas e por condenar a União Soviética e a China pela ajuda espontânea e incondicionada que ofereceram a Cuba em face da agressão econômica e a ameaça de intervenção militar aberta feita pelos Estados Unidos.

Sustentamos que a única atitude justa e digna dos Chanceleres latino-americanos em São José teria sido a de apoiar sem reservas Cuba e condenar as agressões, os crimes, campanhas de calúnia e ameaças de intervenção direta que os imperialistas dos Estados Unidos fazem contra Cuba.

A defesa de Cuba é a defesa dos direitos, da soberania e das aspirações de cada país da América Latina. Por isso, as decisões da OEA são um crime contra Cuba e contra a América Latina.

2) A defesa da revolução cubana e o desenvolvimento da mais ampla e profunda solidariedade de nossos povos com o governo popular, antiimperialista e antifeudal encabeçado pelo doutor Fidel Castro e com as forças revolucionárias de Cuba, constituem um dever imperioso dos patriotas e de todos os setores democráticos de nosso Continente.

Cuba, ao reivindicar sua plena soberania nacional, ao repelir toda interferência, mediação, imposição ou intervenção de Washington em seu Governo, ao enfrentar com resolução e patriotismo o imperialismo dos Estados Unidos, criou melhores condições de independência para cada país da América Latina, pois debilitou as possibilidades dos imperialistas ianques de impor sua vontade.

A revolução que se leva a cabo em Cuba e que se acha em pleno e ininterrupto avanço nacionalizou o monopólio da eletricidade, o monopólio telefônico, os refinarias de petróleo, as centrais açucareiras e outras empresas dos imperialistas norte-americanos que durante anos sugaram a riqueza do país; realiza uma reforma agrária que está dando fim ao latifúndio semifeudal, está entregando a terra em propriedade aos camponeses, está organizando cooperativas, está diversificando e aumentando a produção agrícola; diminuiu os alugueis em cerca de 50% e tomou outras medidas de melhoramento econômico imediato dos trabalhadores, empregados e outros setores de escassos recursos da população; iniciou a batalha total contra o analfabetismo, impulsiona o ensino, converte as fortalezas militares em escolas e estimula o florescimento da cultura nacional, progressista e libertadora; destruiu as forças armadas da reação e os velhos aparelhos policiais de repressão do Estado e deu nascimento a um novo poder, o poder revolucionário, autenticamente democrático, que executa a vontade e as aspirações do povo e é sustentado e defendido pelo povo armado no Exército Rebelde e nas milícias operárias e camponesas. Ao golpear os monopólios imperialistas e levar a cabo uma política exterior independente e de paz, ao acabar com o latifúndio e com as sobrevivências feudais, ao ser uma revolução «dos humildes e para os humildes», realizadora, portanto, de uma autêntica democracia, Cuba encarna hoje as aspirações patrióticas e democráticas de todos os nossos povos cujas riquezas são espoliadas pelo imperialismo ianque e seus cúmplices latifundiários e grandes capitalistas antinacionais, e cujas soberanias estão mediatizadas

pelo «diktat» norte-americano em matéria de política externa.

O vasto movimento de solidariedade para com a revolução cubana, que hoje já alcança grandes manifestações em toda a América Latina, é uma demonstração palpável de que esta revolução se liga aos mais profundos problemas da libertação nacional e social de nossos povos. A solidariedade à revolução cubana se entrelaça pois com todas as questões pelas quais nossos povos palpitam, a luta pelo pão, pela terra, pela democracia e pela soberania nacional. Além de dever internacionalista, ela se torna assim para cada povo uma de suas mais candentes tarefas nacionais. Nós, comunistas, delegados fraternais à VIII Assembléia Nacional, representantes de nossos Partidos Comunistas e operários, que têm como bandeira a luta nacional e democrática, as reivindicações das massas, nos comprometemos a intensificar nossos esforços para desenvolver essa solidariedade em colaboração com todas as forças operárias, estudantes, camponesas, populares, patrióticas, democráticas e progressistas de nosso Continente.

3) A solidariedade à revolução cubana é mais imperiosa do que nunca. A campanha intervencionista do imperialismo norte-americano, as manobras do Departamento de Estado e os preparativos militares de agressão pelo Pentágono desenvolvem-se de uma maneira cínica e furiosa. As calúnias e intimidações, a chantagem e as ameaças, seguiram-se o bombardeio das plantações e cidades de Cuba, o treinamento de tropas mercenárias nos Estados Unidos ou em terras de seus mais odiados lacaios; o imperialismo norte-americano passa agora à organização da intervenção pelo Exército e Marinha dos Estados Unidos. Se a invasão a Cuba não se realizou isso se deve à firmeza do governo cubano e à unidade vigilante de seu povo e de suas forças revolucionárias, e, em particular, à solidariedade dos povos da América Latina e do mundo cujo expoente mais alto é a solidariedade e a ajuda do campo socialista encabeçado pela União Soviética. Pode-se assegurar com plena certeza que a declaração de Kruschew, advertindo que se os Estados Unidos invadissem Cuba os foguetes soviéticos defenderiam a pequena e gloriosa ilha das Caraíbas, deteve a agressão já preparada pelo governo norte-americano. A declaração do governo soviético foi, assim, uma defesa do povo de Cuba e uma garantia do exercício inalienável de seu direito de autodeterminação. A União Soviética e o campo socialista demonstraram mais uma vez, como o fazem em relação ao apoio econômico desinteressado e em pé de igualdade que prestam aos planos econômicos cubanos, à sua industrialização e a seu livre comércio, que constituem o mais firme sustentáculo de todos os povos que desejam lutar pela independência nacional e pelo desenvolvimento progressista de suas economias.

A semelhança do exemplo dos povos da Ásia e da África que graças à ajuda da União Soviética e dos países socialistas puderam salvar sua independência e reger livremente seus destinos, Cuba é hoje uma comprovação a mais de que o imperialismo já não pode impedir a libertação daqueles Estados que se dispuserem com firmeza a se libertar da submissão estrangeira e a desenvolver e diversificar suas economias e praticar um comércio igualitário fora da órbita dominadora dos monopólios.

4) Enfurecido pela integridade e pela valentia do povo e do governo cubanos que sustentam a palavra-de-ordem de PÁTRIA OU MORTE, o imperialismo ianque recorreu à OEA. Procura controlar os governos vendidos ou conciliadores da América Latina, por meio da chantagem, da corrupção ou da complicidade, visando isolar o governo popular de Cuba, reforçar o panamericanismo, este véu padre da dominação ianque sobre o continente, e coonestar mais uma vez as agressões do dólar contra nossos países por trás das declarações firmadas pelos Chanceleres do Sul afundadas na ignominia e no entreguismo. Assim aconteceu em Caracas quando os Estados Unidos preparavam, o ataque à Guatemala. E assim acontece agora em Costa Rica, nova e brilhante demonstração de que a OEA não é nem jamais foi outra coisa senão o «ministério das colônias dos Estados Unidos».

Todavia, se a declaração votada e a conduta dos governos que a firmaram constituem o capítulo mais negro e vergonhoso da história desavergonhada da OEA, a atitude do governo cubano colocando no banco dos réus os colonialistas do dólar e retirando-se depois da Conferência, deu um golpe de morte nesse organismo da opressão colonial de nossos povos,

mera conclave de lacaios comandados pelo imperialismo ianque, isto é, pelo inimigo mortal da independência das pátrias latino-americanas, pelo espoliador insaciável de nossas riquezas naturais e do trabalho nacional de nossos povos, pelo empresário das diladuras sangrentas, pelo degolador de nossas liberdades democráticas. O fervoroso discurso do governo cubano elevou-se assim como a voz ressonante de todos os nossos povos. Falou pelas massas continuadoras da luta pela Independência, por essas massas que em todo o continente, em manifestações e comícios, em greves gerais e em ações diversas, sob o grito de CUBA SIM, IANQUES NÃO, demonstraram seus sentimentos em todas as pátrias latino-americanas. Seria, não obstante, um grave erro sublimar depois da Conferência da OEA os perigos que ameaçam Cuba e todos os nossos povos. A Declaração da OEA deve ser denunciada como uma credencial falsa entregue ao imperialismo

para a agressão a Cuba; como uma tentativa de estimular a guerra fria e o anti-sovietismo, como um instrumento destinado a atacar o movimento de libertação nacional de nossos povos, e como uma conjura contra as liberdades democráticas e os direitos dos trabalhadores e das massas populares de cada país. A luta pelas reivindicações operárias e populares, a luta patriótica e democrática em que estamos empenhados se une mais do que nunca à solidariedade militante para com a Cuba popular, antiimperialista e democrática. A unidade da classe operária, dos camponeses, dos estudantes, da intelectualidade, de todas as classes e camadas sociais capazes de cumprir uma função patriótica está chamada a ser mais firme em cada país e em todo o Continente.

5) A luta em defesa de Cuba e pela independência de nossos povos se entrelaça com a batalha mundial pela coexistência pacífica,

pela paz e o desarmamento, travada pelos povos do mundo e à qual o campo socialista encabeçado pela União Soviética dedica sua mais firme compreensão e apoio. Os preparativos agressivos do imperialismo ianque contra Cuba tornam-se uma ameaça para a paz mundial. Neste sentido, a declaração da OEA encerra a pretensão do governo dos Estados Unidos de servir-se dos países latino-americanos para seus planos belicistas internacionais. Tal é o conteúdo das referências à União Soviética e à República Popular da China na Declaração de Costa Rica. A classe operária e os povos da América Latina devemos proclamar bem alto nosso repúdio à essa Declaração. Somos pela paz e a independência de nossos povos! E sabemos que, graças às mudanças havidas na situação internacional, a guerra — essa tendência congênita do capitalismo imperialista — deixou de ser inevitável. E se lutarmos com firmeza contra o imperialismo ianque e

contra as classes dominantes a seu serviço, contribuiremos para a batalha pela paz, a coexistência pacífica e o desarmamento travada por todos os povos da terra!

A solidariedade à Revolução cubana, o repúdio à Declaração da OEA, se integram como uma parte inseparável em nossa luta pela paz.

Havana, Agosto de 1960.

Partido Comunista da Argentina, Partido Comunista da Bolívia, Partido Comunista do Chile, Partido Comunista da Colômbia, Partido Vanguarda Popular da Costa Rica, Partido Comunista da Venezuela, Partido Guatemalteco do Trabalho, Partido Socialista da Nicarágua, Partido do Povo Panamenho, Partido Comunista do Uruguai, Partido Comunista do Peru, Partido Comunista do Equador, Partido Comunista do México, Partido Comunista de Porto Rico, Partido Comunista do Brasil.

Cresce em Todo o País o Movimento de Solidariedade a Cuba

Os povos latino-americanos tendem para a revolução cubana como as plantas para o sol. Os brasileiros não fazem exceção à regra. Ainda recentemente, os arquitetos de Brasília, encabeçados por Oscar Niemeyer, refletiram esse estado de espírito, num manifesto em que diziam:

«Os arquitetos e técnicos de Brasília, que durante três anos se acostumaram a um clima de trabalho e democracia, sentem com surpresa e revolta as ameaças que as forças do imperialismo e da reação exercem contra a revolução libertadora de Cuba.

E contra isso se manifestaram, certas de que outras demonstrações de solidariedade surgirão por toda a América, por todos os povos subdesenvolvidos, que encontram na revolução de Cuba os mesmos anseios e as mesmas reivindicações.»

Os amigos de Cuba não acreditam no espontaneísmo

Os brasileiros que apoiam a revolução de Fidel Castro aumeniam, cada dia, em ritmo acelerado. E como se o ódio de nosso povo ao imperialismo norte-americano houvesse se encarnado no movimento de solidariedade à luta dos cubanos. Mas não é espontaneamente que surge, no Rio ou em São Paulo, em Brasília, Salvador ou Recife esse movimento. Ele é fruto de uma atividade constante: os amigos da revolução cubana sabem que são muitas as mentiras que precisam desfazer, para que o povo identifique a causa de Fidel Castro como sua. Multiplicam-se assim a fundação de comissões, a organização de atos públicos, a votação de moções, a feitura de manifestos pré-Cuba.

Os estudantes são os mais ativos

Os estudantes têm sido os mais ativos no trabalho de solidariedade à obra criadora do antiimperialismo cubano. Mesmo antes da vitória dos exércitos de Sierra Maestra ele já tomara vulto. E sempre com a UNE à frente.

Ai estão, para confirmar, as passeatas recentemente realizadas, no Rio e em Belo Horizonte, quando era mais aguda a pressão intervencionista norte-americana, passeatas que se constituíram em excelente elemento de mobilização da opinião pública. Outras atividades que devem ser lembradas: p convite dos estudantes de Direito de Goiás a Fidel Castro para parabenizar a turma de bacharelados de 1960 (Fidel foi escolhido em eleição que concorreu com JK) e a greve vitoriosa dos estudantes de economia do R. G. do Sul, com o objetivo de forçar o Itamarati a conceder vistos que havia negado aos jovens cubanos convidados àquele certame.

Merece também ser destacado o movimento iniciado em várias escolas e organizações estudantis, no sentido de convocar a mocidade para examinar e, em seguida ratificar a Declaração de Havana, o que já foi feito pela UNE e pelo congresso de estudantes gaúchos de Economia. A peculiaridade desse trabalho relacionado com a Declaração, está no fato de significar um repúdio formal à doutrina de Monroe e ao falso pan-americanismo que flui dela e que tem servido para justificar todas as safadezas e espoliações dos norte-americanos em nosso Continente. Serve, de outro lado, como resposta da juven-



Brasil ao lado de Cuba

lude à política de chapéu na mão da OPA, que cada dia se torna mais ridícula aos olhos de nosso povo.

Representantes do povo e sindicatos ao lado de Cuba

São numerosas as manifestações de deputados (estaduais e federais), senadores e vereadores a favor da revolução cubana. A Assembléia Legislativa da Bahia, por exemplo, votou moção convidando Fidel Castro a visitar o Estado. As câmaras municipais das cidades de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre declararam sua solidariedade às transformações revolucionárias que estão sendo levadas a cabo pelo povo cubano.

Na Câmara Federal e no Senado, os nacionalistas têm sido os campeões da defesa da luta dos barbudos. No começo deste ano, diziam em nota (assinada por mais de 50 deputados) de apoio à conferência de países subdesenvolvidos convocados por Fidel Castro:

«Como nacionalistas, estamos acompanhando com o mais vivo interesse as reformas de base realizadas em Cuba. Estejamos certos de que não pouparemos esforços a fim de desfazer as intrigas e confusões acérra de vossa nação, espalhadas em todo o mundo pelas agências de notícias e jornais a serviço dos que se beneficiam com o atraso dos nossos povos.»

Pode-se citar ainda a nota da Frente Parlamentar Nacionalista, redigida por Gabriel Passos, lançada por ocasião da Conferência dos Chanceleres, e que teve por finalidade condenar qualquer medida em São José da Costa Rica contra Cuba.

Entre os discursos pronunciados, estão os recentemente feitos pelo sena-

dor Laurival Fontes e pelos deputados Domingos Velasco, Coutinho Cavalcanti e Celso Brant.

O movimento sindical tem tido igualmente destacado papel na mobilização da opinião pública a favor da revolução cubana. Durante a realização do III Congresso dos Trabalhadores foram inúmeras as moções e discursos de apoio a Cuba. Agora, nas passeatas realizadas durante a greve dos trabalhadores do transporte, no Rio e em São Paulo, grandes cartazes traduziam o calor e a solidariedade dos paralisados à revolução cubana. Em vários sindicatos, em todo o país, têm sido feitas palestras e conferências sobre o sentido e a importância da luta dos trabalhadores cubanos. Em outros, organizam-se comissões de solidariedade.

Finalmente, não se pode deixar de mencionar a passeata dos camponeses, no Recife, organizada pelo líder Juliano, nos dias da campanha eleitoral, em que o apoio a Cuba, e em especial a reforma agrária feita pela revolução, foi um dos pontos altos da manifestação.

Solidariedades dos intelectuais

Os nossos escritores, artistas, professores, etc. têm, em sua grande maioria, demonstrado a sua concordância com as idéias libertadoras da revolução cubana: principalmente com a revolução cultural que está sendo feita na ilha. Freqüentemente, estão colhendo assinaturas para um manifesto (redigido por Alvaro Lins), que será publicado dentro de mais alguns dias. Já assinaram o documento importantes nomes do nosso mundo literário, entre os quais estão Jorge Amado, que é um dos patronos da iniciativa.

Cabe aqui assinalar o êxito que vêm obtendo os livros aparecidos sobre Cuba, como o de Sartre, o de Jamil Almansur Hadad e o de Paul Sweeze.

O movimento nos Estados

A solidariedade a Cuba adquire, nacionalmente, caráter organizado. Já surgiram comissões, com nomes diversos, pelo menos nos mais importantes Estados da Federação. No Ceará, existe uma comissão de solidariedade, presidida pelo desembargador Daniel Lopes. Em São Paulo, o Clube dos Amigos de Cuba, tem à sua frente o juiz Dácio Arruda Câmara. Na Bahia, o movimento de apoio à revolução cubana foi fundado no dia 26 de julho, numa sessão comemorativa do dia, organizada por jornalistas, líderes sindicais, estudantes, deputados estaduais e representantes de partidos, e é presidido pelo deputado Joel Muniz. Existem comissões em vários outros Estados.

Comissão brasileira contra intervenção em Cuba

Dentro de mais alguns dias será lançada no Rio a Comissão Brasileira Contra Intervenção em Cuba. Para isso existe um manifesto, elaborado pelo Prof. Josué de Castro, que está recebendo assinaturas de personalidades. O documento já conta com a assinatura de 50 deputados federais, 3 senadores, 2 vice-governadores, 200 líderes sindicais, 30 deputados estaduais e dos dirigentes da UNE e da UME.

O movimento a favor de Cuba começa desse modo a coordenar-se nacionalmente, o que certamente contribuirá para torná-lo ainda mais forte e irresistível.



**Primeiro passo:
conhecer a cidade**

Do Brasil, da Argentina, do Congo, da Índia, de qualquer país que fosse o estudante admitido na Universidade da Amizade dos Povos, a primeira coisa que pedia, logo após a sua chegada a Moscou, era para conhecer a cidade. Organizavam-se em grupos os mais heterogêneos, e tinham sempre o privilégio de ter a intérprete mais bonita para acompanhá-lo, e toca a virar a cidade. Rua Gorki, a Exposição Agrícola, um passeio de lancha pelo rio Moscou e, no fim, a visita ao Kremlin e à famosíssima praça Vermelha.



A fila ficou extensa em dois tempos. A turma, que tinha "gramado" quatro longas horas de aula no período da manhã, invadiu o restaurante na hora do almoço. Comida russa para gente de todos os gostos.

Moscou: Primeiros Dias de Aula na Universidade

O grande momento



Vencendo a barreira do idioma

Mohammed Ali El Sheh, da República do Tehad, estudante da universidade, começa a vencer a primeira e bastante difícil barreira para conquistar o sonho ambicionado de se tornar médico: aprender o russo.



Charada russa

Os três, bastante intrigados, iniciaram uma verdadeira discussão sobre o significado de uma palavra do livro onde estudam o idioma russo. "É isso..." "Não é..." mas acabaram descobrindo. Não era charada.



Festa africana em Moscou

Um grupo de estudantes africanos da Universidade da Amizade dos Povos, logo após a aula, reuniu-se num dos salões da escola e realizou um verdadeiro festival da música africana em Moscou. Os intérpretes eram do Togo, o violinista de Serra Leão, as músicas, de toda a região da África Ocidental. A festa, que começou íntima e saudosa, transformou-se depois em verdadeiro recital. Dezenas de estudantes dos outros países reuniram-se em torno dos colegas africanos, aplaudindo-os e exigindo mais e mais. A moda pegou, e logo apareceram guitarras russas para o acompanhamento.

NOVOS RUMOS